

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM  
EDUCAÇÃO  
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO**

**O PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA BOLSA  
FAMÍLIA/BENEFÍCIO VARIÁVEL JOVEM NO MUNICÍPIO DE  
CASCAVEL: CONDICIONALIDADE E DESCUMPRIMENTO**

**CHRISTIANI CASSOLI BORTOLOTO LOPES**

**CASCAVEL/PR**

**2013**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO  
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO**

**O PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA BOLSA FAMÍLIA/BENEFÍCIO  
VARIÁVEL JOVEM NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL: CONDICIONALIDADE E  
DESCUMPRIMENTO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, área de concentração: Sociedade, Estado e Educação para a obtenção do título de Mestre em Educação. Orientadora: Prof. Dra. Francis Mary Guimarães Nogueira.

**CASCAVEL/PR  
2013**

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)**

**BIBLIOTECA CENTRAL DO CAMPUS DE CASCAVEL – UNIOESTE**

Ficha catalográfica elaborada por Jeanine da Silva Barros CRB-9/1362

L851p    Lopes, Christiani Cassoli Bortoloto  
O programa de transferência de renda Bolsa Família/Benefício Variável Jovem no município de Cascavel: condicionalidade e descumprimento / Christiani Cassoli Bortoloto Lopes.— Cascavel, PR: UNIOESTE, 2013.  
149 f. ; 30 cm

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Francis Mary Guimarães Nogueira  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Centro de Educação, Comunicação e Artes.

Bibliografia.

1. Programa Bolsa Família/Benefício Variável Jovem. 2. Política social. 3. Ensino médio. I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. II. Título.

CDD 21.ed. 361.610981

UNIOESTE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE Mestrado

**O PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA BOLSA  
FAMÍLIA/BENEFÍCIO VARIÁVEL JOVEM NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL:  
CONDICIONALIDADE E DESCUMPRIMENTO**

Autora: Christiani Cassoli Bortoloto Lopes

Orientadora: Francis Mary Guimarães Nogueira

Este exemplar corresponde à Dissertação de Mestrado defendida por Christiani Cassoli Bortoloto Lopes, aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE para obtenção do título de Mestra em Educação.  
Data: 12/03/2013

Assinatura:  
(orientadora)



COMISSÃO JULGADORA:

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Rosana Mirales

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Mabel Mascarenhas Torres

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Liliam Faria Porto Borges

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por me conceder luz e sabedoria nos momentos mais difíceis, iluminando minha caminhada para que eu conseguisse alcançar esse objetivo, pois além dos meus esforços pessoais creio que há um ser superior que nos transmite luz para superarmos os obstáculos proporcionados pela vida, e que nos fazem crescer e amadurecer no decorrer da nossa jornada.

À professora Dra. Francis Mary Guimarães Nogueira, pelas suas ricas e valiosas contribuições, bem como à professora Dra. Maria Lúcia Frizon, pelas sugestões realizadas enquanto coordenadora do presente trabalho.

Às professoras Dra. Rosana Mirales, Dra. Lilian Faria Porto Borges e Mabel Mascarenhas Torres por aceitarem compor a banca examinadora e pelas ricas contribuições que foram fundamentais ao desenvolvimento desta dissertação.

A todos os professores que compõem o Mestrado em Educação da Unioeste, em especial às professoras Maria Lídia Sica Szymanski, Isaura Monica Souza Zanardini, Francis Mary Guimarães Nogueira, Fernanda Aparecida Meglhioratti, Ireni Marilene Zago Figueiredo aos professores Gilmar Henrique da Conceição, Adrian Alvarez Estrada, Paulino José Orso, Alexandre Felipe Fiuza, pelas disciplinas ministradas, cujas discussões foram imprescindíveis para a realização deste trabalho e para a minha formação enquanto mestranda.

Ao Grupo de Pesquisa em Políticas Sociais – GPPS, principalmente a linha formação de pesquisadores, coordenado pela professora Dra. Maria Lucia Frizon Rizzotto, onde fui acolhida e que contribuiu para dar continuidade enquanto pesquisadora por meio do rigor teórico, científico e comprometimento com a pesquisa no meio acadêmico.

À secretária do Programa do Mestrado Sandra Maria Gausmann Koerich, a qual sempre se manteve disposta nos atendimentos às minhas solicitações, que de forma atenciosa correspondeu aos meus anseios.

Ao meu querido amigo Eduardo Madureira pela pronta disposição e ajuda com dados para a elaboração desta dissertação de mestrado.

À minha cunhada Nardânia de Medeiros Lopes pela pronta disposição e ajuda para revisão do texto e confecção do abstract.

Agradeço principalmente aos meus filhos Laura Bortoloto Lopes e (em memória) Augusto Bortoloto Lopes e que me acompanharam nessa trajetória e mesmo na vida uterina contribuíram para que esse momento fosse realizado, pois de forma alguma dificultaram esse processo, ao contrário por eles encontrava mais inspiração, força e perseverança de continuar o processo da pesquisa.

Aos meus familiares, em especial a meu esposo Nardel de Medeiros Lopes, e sempre demonstrou disposto a me auxiliar nesse processo, se mostrou paciente e compreensivo em todos os momentos dessa caminhada. À minha irmã Claudimara Cassoli Bortoloto que compartilhou comigo as angústias e aflições, que por meio de

discussões e ideias, por sua generosidade pessoal e intelectual sempre se demonstrou pronta a me auxiliar na construção deste trabalho. Aos meus pais José Devacir Bortoloto e Maria de Lourdes Cassoli Bortoloto e aos meus irmãos Flavio Cassoli Bortoloto e Bruno Cassoli Bortoloto.

**RESUMO:** Esse trabalho traz uma análise do Programa Bolsa Família - PBF/ Benefício Variável Jovem - BVJ vinculado à política de educação na perspectiva de identificar e analisar se o PBF/BVJ contribui ou não para a permanência de adolescentes no ensino médio, a partir da realidade de duas escolas estaduais do município de Cascavel e possuem adolescentes beneficiários do PBF/BVJ nessa etapa de ensino. As questões relacionadas a esse estudo surgiram com a necessidade de apreender como se configura a política de transferência de renda PBF/BVJ vinculada à política de educação como resposta ao combate da pobreza a partir do reordenamento do capital, principalmente na década de 1970 quando eclode a crise do petróleo com reflexos nefastos para os países periféricos. O PBF ganhou amplitude nacional a partir de 2003 com a unificação de programas isolados e atende a aproximadamente 13,3 milhões de famílias em todo território nacional. Trata-se de um programa que contempla famílias que comprovem renda per capita de até R\$140,00 reais independente dos arranjos familiares que as constituem, com vistas a combater o ciclo reprodutivo da pobreza e extrema pobreza. Dessa forma, a década de 1990 é marcada pelo aprofundamento da crise econômica com consequências expressivas no campo das políticas sociais, como o aumento da pobreza e elevada concentração de renda, essa conjuntura obrigou o estado brasileiro a desencadear um conjunto de medidas vinculadas a lógica neoliberal assentadas na reestruturação produtiva, acumulação flexível e mundialização da economia com reformulações no campo das políticas sociais de caráter focalizado e emergencial, como o PBF. Essas medidas tiveram influência também na educação brasileira, principalmente no ensino médio, no qual se consagra a velha forma da dualidade historicamente configurada nessa etapa de ensino. Os dados primários e secundários desta pesquisa serviram de base para compor a síntese do presente estudo, e possibilitou a análise de que o PBF/BVJ trata-se de uma política contribuinte para o combate da evasão escolar a partir da realidade das duas escolas que se constituíram como campo empírico da pesquisa.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa Família/Benefício Variável Jovem, Política Social, Ensino Médio.

**ABSTRACT:** This paper presents an analysis of the Family Grant Program - FGP / Variable Benefit Young - VBY linked to education policy in order to identify and analyze if the FGP / VBY contributes or not to stay of teenagers in high school, from the reality of two state schools of Cascavel, which have teenagers who are beneficiaries of FGP / VBY in high school stage of education. The issues related to this study are a result of the need to learn how to configure the policy of income transfer PBF / VBY linked to education policy as a response of the prevent of poverty from the reorganization of the capital, mainly in the 1970s when breaks the oil crisis with adverse consequences for peripheral countries. The PBF won national scale since 2003 with the unification of isolated programs and serves approximately 13.3 million households nationwide. This is a program that contemplates families that proving per capita income of up to R\$ 140.00 reais independent of family arrangements that compose them, in order to combat the reproductive cycle of poverty and extreme poverty. Thus, the 1990s is marked by the deepening economic crisis with significant consequences in the field of social policies, such as increasing poverty and high income concentration, this situation forced the Brazilian state to initiate a set of measures linked to neoliberal logic settled on productive restructuring, flexible accumulation and globalization of the economy with reformulations in the field of social policies characterized of focused and emergency, such as FGP. These determinations also had an influence in Brazilian education, especially in high school, in which enshrines the old form of duality that historically took place at this stage of education. The primary and secondary data in this search served as a basis for composing the summary of this study, which allowed that the analysis of the FGP / VBY is a policy that helps to prevent the high school dropout from the reality of two schools that were constituted as empirical field research.

**Keywords:** Family Grant Program / Benefit Variable Youth, Social Policy, School

## LISTA DE SIGLAS

APMF – Associação de Pais Mestres e Funcionários  
BF – Bolsa Família  
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento  
BM – Banco Mundial  
BPC – Benefício de Prestação Continuada  
BVJ – Benefício Variável Jovem  
CEFETS – Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica  
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe  
CF – Constituição Federal  
CONAE – Conferência Nacional de Educação  
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
DEB – Departamento de Educação Básica  
EUA – Estados Unidos da América  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
FUNDEPAR – Fundação Educacional do Paraná  
GM- Gabinete do Ministro  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa  
ICS – Instância de Controle Social  
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IFPR - Instituto Federal Paraná  
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome  
MEC - Ministério da Educação  
NIS - Número de Identificação Social  
PAIF – Programa de Atenção Integral a Família  
PBF – Programa Bolsa Família  
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola  
PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional  
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
PIB - Produto Interno Bruto  
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio  
PNAS – Política Nacional de Assistência Social  
PPC – Paridade do Poder de Compra  
PPP - Projeto Político Pedagógico  
PROEM - Programa Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná  
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PTR – Programa de Transferência de Renda  
SEASO – Secretaria Municipal de Assistência Social  
SEED – Secretaria Estadual de Educação  
SEMED – Secretaria Municipal de Educação  
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SERE – Setor Estadual de Registro Escolar  
SUAS – Sistema Único de Assistência Social  
SUED – Secretaria de Estado da Educação Superintendência da Educação  
SUS – Sistema Único de Saúde  
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
UNEDS - Unidades Descentralizadas de Ensino  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 –POPULAÇÃO TOTAL E POPULAÇÃO SOBREVIVENDO COM MENOS DE US\$ PPC 1,25 POR DIA (EM MILHÕES) – BRASIL, 1990/2008.....	47
GRÁFICO 2 – MOTIVOS DOS DESCUMPRIMENTOS DE CONDICIONALIDADES DOS ALUNOS BVJ NO DECORRER DO ANO DE 2011 VINCULADO AO ENSINO MÉDIO DO COLÉGIO ESTADUAL PADRE PEDRO CANÍSIO HENZ ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO.....	121

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – NÚMERO DE INSTITUIÇÕES POR NÍVEL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SEGUNDO DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA.....	92
TABELA 2 – NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SEGUNDO O NÍVEL E A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA .....	93
TABELA 3 - NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA NO ESTADO DO PARANÁ CONFORME CENSO ESCOLAR.....	96
TABELA 4 - NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL CONFORME CENSO ESCOLAR.....	97
TABELA 5 – TOTAL DE MATRÍCULAS, NÚMERO DE BVJ E NÚMERO DE DESCUMPRIMENTOS POR ESCOLA COM ENSINO MÉDIO, CASCAVEL, 2011 .....	102
TABELA 6 – TAXAS DE APROVAÇÃO, REPROVAÇÃO E ABANDONO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO NO ANO DE 2011 DO COLÉGIO ESTADUAL PRESIDENTE COSTA E SILVA.....	108
TABELA 7 – TAXAS DE APROVAÇÃO, REPROVAÇÃO E ABANDONO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO NO ANO DE 2011 NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL.....	109
TABELA 8 – ÍNDICE DE APROVAÇÃO, REPROVAÇÃO E ABANDONO ESCOLAR NAS TRÊS SÉRIES DO ENSINO MÉDIO EM 2010 NA ESCOLA ESTADUAL PADRE PEDRO CANÍSIO HENZ.....	114
TABELA 9 – LEGENDA DE MOTIVOS DOS DESCUMPRIMENTOS DE CONDICIONALIDADES DO PBF/BVJ.....	120

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>13</b>
<b>Capítulo I - A Política Social: o programa de transferência de renda bolsa família.....</b>	<b>22</b>
1.1 O contexto neoliberal: a emergência dos programas de transferência de renda no Brasil Bolsa Família/Benefício Variável Jovem.....	30
<b>Capítulo II – Pobreza e a desigualdade social.....</b>	<b>41</b>
2.1 Família: origem e aspectos sócio econômicos.....	53
2.2 O Programa Bolsa Família/Benefício Variável Jovem: condicionalidades e sua história no Brasil.....	70
2.3 A assistência social: o papel estratégico do programa de transferência de renda bolsa família.....	81
2.4 O Ensino Médio e sua relação com o Benefício Variável Jovem.....	84
<b>Capítulo III – O Benefício Variável Jovem – BVJ: possibilidades e limites na política de educação na etapa de ensino médio .....</b>	<b>100</b>
<b>Considerações finais .....</b>	<b>132</b>
<b>Referências .....</b>	<b>139</b>

## INTRODUÇÃO

O interesse em estudar o Programa Bolsa Família-PBF Benefício Variável Jovem-BVJ<sup>1</sup>, vinculado à educação vem ao encontro de realizar uma análise dos elementos constitutivos desta política associada à educação no ensino médio. No entanto, adolescentes com idade de 16 a 17 anos para receber o BVJ devem cumprir a condicionalidade obtendo frequência mínima de 75% nessa etapa de ensino e comprovar renda per capita de até R\$140,00 reais. Compreender o PBF enquanto medida de proteção social, na política de educação, particularmente no ensino médio, faz parte do que essas políticas intersetoriais representam na sociedade, enquanto acesso aos direitos sociais, e como resultado do embate da relação entre capital e trabalho. Dessa forma, entende-se proteção social enquanto,

[...] as formas “institucionalizadas” que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações. [...] Neste conceito, também, tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto os bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas na vida social. Ainda, os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades. (BRASIL *apud* DI GIOVANNI, 2004, p.31).

A intersetorialidade entre as políticas de assistência social e educação está na conexão onde os serviços de proteção social deve ter estreita relação com a

<sup>1</sup> O Programa Bolsa Família-PBF contempla o recebimento de Benefício Básico para famílias cuja renda mensal per capita seja comprovada no valor até R\$70,00, é pago o valor de R\$70,00 mesmo que as famílias não tenham em sua composição familiar crianças, adolescentes ou jovens. Além do Benefício Básico o Programa contempla o recebimento dos Benefícios Variáveis, sendo eles: Benefício Variável no valor de R\$32,00, pago às famílias com renda mensal per capita de até R\$140,00 desde que tenham crianças e adolescentes na idade de zero a 15 anos, gestantes e/ou nutrizes, cada família pode receber até cinco benefícios variáveis, ou seja até R\$160,00. Dentre os Benefícios Variáveis tem o Benefício Variável Jovem vinculado ao adolescente no valor de R\$38,00, o valor é transferido às famílias que tenham em sua composição familiar adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola, podendo receber até dois BVJ por família, ou seja, o valor até R\$76,00. Diante disso, **o valor que uma família pode receber de PBF, com renda per capita de até 140,00 pode variar entre R\$32,00 a R\$306,00** dependendo da sua composição. (BRASIL, 2012 a). A presidente Dilma Roussef anunciou no dia 19 de fevereiro de 2013 a extensão da complementação de renda por meio do Bolsa Família com objetivo de alcançar os últimos 2,5 milhões de pessoas que ainda convivem com a situação de extrema pobreza. Essa medida do ponto de vista da renda, alcançou uma marca histórica, retirando mais de 22 milhões de brasileiros da extrema pobreza nos últimos dois anos. Dessa forma, no BF, não existirá nenhuma família com renda mensal inferior a R\$70,00 por pessoa, a partir disso, os beneficiários passam a ter a garantia de renda de ao menos R\$70,00 per capita, ou seja, R\$350,00 em uma família de cinco pessoas. (BRASIL, 2013a).

A partir deste momento o Programa Bolsa Família e/ou Bolsa Família e Benefício Variável Jovem será tratado no texto pelas respectivas siglas: PBF, BF e BVJ. Assim ocorrerá com o conceito Programa de Transferência de Renda que será identificado pela sigla: PTR.

garantia do direito que é a presença da criança e do adolescente na escola, este último, principalmente na etapa do ensino médio o que exige uma interação entre as políticas setoriais.

O acompanhamento das famílias que possuam crianças e adolescentes em situação de descumprimento de condicionalidades na área de educação por parte da assistência social, por meio dos serviços como o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS apontam para a intersectorialidade das políticas, na medida em que existe a integração entre as duas políticas no que se refere à proteção social com intuito de reforçar o direito a educação.

Diante disso, a escolha do tema está relacionada a minha experiência profissional enquanto assistente social da prefeitura municipal de Cascavel lotada na Secretaria Municipal de Assistência social-SEASO até novembro de 2011, atuando no CRAS, onde nessa instituição tem-se como público prioritário de atendimento as famílias de baixa renda, principalmente aquelas inseridas em políticas de transferência de renda, por meio de programas sociais dentre eles o PBF/BVJ.

Dessa experiência cotidiana constatou-se a elevada demanda de atendimento que tinha como origem o descumprimento de condicionalidades na área da educação, principalmente com adolescentes do ensino médio, chamando atenção para essa temática específica ainda não estudada, no município de Cascavel.

Entender a efetividade do PBF/BVJ enquanto política de enfrentamento a pobreza, requer compreender também a sua vinculação com o ensino médio em termos de como se dá o descumprimento da permanência de 75% de frequência do adolescente nessa etapa de ensino frente às exigências do programa para o recebimento do BVJ. Por essa escolha, esse recorte não pressupõe realizar estudos sobre a juventude, a criança e o adolescente em relação à inserção no trabalho produtivo e da violência urbana onde estes sem dúvida na realidade de Cascavel e do Brasil estão inseridos.

A política de transferência de renda PBF/BVJ, condicionada ao ensino médio, se vinculam com as estratégias de políticas resposta ao combate da pobreza. Essa situação de pobreza e miséria de uma grande parte da população também foi abordada na relação com a crise do capital internacional, na década de 1970, e que atingiu as economias dos países centrais, e posteriormente transferiu todo o ônus

para os países periféricos, na impossibilidade de pagamento da dívida externa desses países, na década de 1980.

As metamorfoses desencadeadas pela crise do sistema capitalista têm reflexos mediatos para o cotidiano dos sujeitos sociais que fazem parte desse processo. Dessa forma, entender o BVJ como parte do PTR/PBF a partir de 2008, no final da primeira década do século XXI, não pode prescindir das necessidades que impõe o capital para a sua reprodução, e como resultado imediato o aumento da pobreza, na sociedade brasileira. Realidade reconhecida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, já no início de seu governo, em que foi ampliando e reorganizando os programas de transferência de renda, como o PBF/BVJ.

O PBF/BVJ enquanto estratégia de enfrentamento à pobreza não se caracteriza como uma novidade no campo da política social dado que as políticas keynesianas foram implementadas na década de 1930 para resolver o problema da depressão e recessão econômica, resultado da queda da bolsa de valores de Nova York em 1929. As suas principais políticas foram a construção maciça de obras públicas, a erradicação do desemprego, a manutenção da economia aquecida a demanda agregada e a garantia do pleno emprego, com ampla intervenção do Estado tanto na esfera econômica como na social, de acordo com Pereira (2002)

Dessa forma, a doutrina Keynesiana<sup>2</sup> estimulou a criação de medidas macroeconômicas, incluindo a regulação do mercado, a emissão de moedas, o controle dos preços, a imposição de contratos, a distribuição de renda, o vasto investimento público, o combate à pobreza, visando à socialização do consumo.

Os problemas sociais vinculados principalmente ao desemprego se vinculam ao esgotamento dessas mesmas políticas que foram implantadas nos países centrais entre 1930 e II pós-guerra, na década de 1940. Também não se descarta o protagonismo do Banco Mundial - BM na América Latina, nas décadas de 1960 e 1970 para a erradicação da pobreza, e resultou mais em receitas ideológicas do que efetivo combate à pobreza. Tanto que este organismo multilateral nos anos de 1990 propugnava somente o alívio à pobreza.

Na década da crise do capital mencionada acima, período que coincide com o início do debate internacional sobre as políticas de renda mínima como medidas

---

<sup>2</sup> Sobre a doutrina Keynesiana consultar: Anderson, (1995); PEREIRA, (2002).

para combater o fenômeno da pobreza<sup>3</sup> e da extrema pobreza, tem-se a adoção de propostas pautadas na ideologia neoliberal, por muitos países centrais, sendo aplicada em alguns países da América Latina, na década de 1980, e particularmente no Brasil, na década de 1990.

As consequências dessa crise obriga o Estado a rever os programas compensatórios e sua capacidade de dar respostas à miséria de grande parte da população nos países periféricos, inclusive no Brasil. Neste contexto se criam, neste país, os programas de renda mínima, e foram ampliados e legitimados como eixos centrais da proteção social na contemporaneidade, conforme Silva (2006).

A década de 1990 é marcada pelo aprofundamento da crise econômica com consequências drásticas no campo das políticas sociais, como o aumento da pobreza e da miséria, resultado das respostas mais clássicas do capital para enfrentamento da crise: desemprego em massa, salários precários e elevada concentração de renda, entre outros.

Essa conjuntura obrigou o estado brasileiro a desencadear um conjunto de medidas neoliberais, assentadas na reestruturação produtiva, acumulação flexível e mundialização da economia e priorizou a reformulação e implantação de políticas de caráter focalizado, seletivo e emergencial, como o PBF, para alívio da pobreza. Tais medidas influenciaram também no campo da política educacional brasileira em que se priorizou o ensino fundamental com consequências ainda maiores de estrangulamento com ausência de políticas específicas para o ensino médio, aprofundando o dualismo que revela o descaso dos governos desde a década de 1930 nessa etapa de ensino.

As políticas de Transferência de Renda, PBF/BVJ, como as políticas sociais, na história da reprodução do trabalho têm sido fundamentais em todos os momentos de acomodação do capital. Essa necessária tensão entre capital e trabalho possibilita também a reprodução da vida material de milhões de pessoas. Com as práticas econômicas neoliberais, mesmo de caráter precário, focalizado e seletivo, não está sendo diferente, pois o acesso aos serviços públicos e recursos que essa população usufrui lhe permitindo, mesmo limitadamente, possibilidades de consumo

---

<sup>3</sup> “[...] medidas de pobreza (renda per capita inferior a ½ salário mínimo) e indigência (renda per capita inferior a ¼ do salário mínimo)”. (BRASIL, 2004, p.18). A renda per capita inferior a ¼ do Salário mínimo é entendida por alguns estudiosos como medida de extrema pobreza. De acordo com dados do relatório de gestão do MDS de 2011 este documento trata como medida de extrema pobreza a renda per capita inferior a R\$70,00.

e de sobrevivência, assim, é nesse contexto que podemos compreender o PBF/BVJ na sociedade brasileira, enquanto medida de complementação, ou de única renda das famílias.

Portanto, o estudo teve como objetivos: (1) identificar aspectos das políticas de educação escolar e de assistência social e as possíveis implicações para a permanência ou não de jovens no ensino médio; (2) caracterizar as escolas do campo da pesquisa, como o Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz e Colégio Estadual Presidente Costa e Silva, ambos da rede estadual do município de Cascavel, bem como aspectos da comunidade escolar e perfil familiar; (3) conhecer os motivos dos descumprimentos da condicionalidade entre os jovens beneficiários do PBF/BVJ; (4) analisar as possíveis razões internas e externas a escola, como a família, que contribuem para o descumprimento da condicionalidade da frequência escolar por jovens inseridos no PBF/BVJ.

Destaca-se que a escola Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz possui uma estrutura pedagógica de ensino médio de forma diferenciada, ou seja, a organização dessa etapa de ensino por blocos de disciplinas<sup>4</sup>.

Para atingir esses objetivos optou-se pelos seguintes aspectos metodológicos. Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória. A pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com o tema de interesse do pesquisador que conforme (GIL, 1999, p.43-44), “[...] são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. Já com a pesquisa descritiva busca-se apresentar as características de determinada população ou fenômeno, em que se estabelecem relações entre variáveis, “[...] são juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação da prática”. (GIL, 1999, p.43-44)

Este tipo de pesquisa contribui para revelar dados ou fatos sociais, a partir

---

<sup>4</sup> Essa organização do ensino médio por blocos, se dá pelo fato desta escola aderir no ano de 2010, a partir de uma reunião com a comunidade escolar a uma estrutura diferenciada na oferta do ensino médio, a qual deixou de ser seriada, passando a ser ofertado por Blocos, cujo nome é: “organização do ensino médio por blocos de disciplinas semestrais”. Nessa estrutura, os alunos cursam as disciplinas anuais em um único semestre de forma concentrada, como medida de combate a evasão escolar. Trata-se de uma organização pedagógica vista como uma solução rápida para um problema posto como antigo e urgente, principalmente do ensino médio noturno, no qual a maioria dos alunos são trabalhadores e com idade acima de 18 anos e, os índices de evasão escolar é mais significativo. (PARANÁ, 2013).

da obtenção de informações dos novos fenômenos que desafiam nossa curiosidade, portanto, não basta apenas à descrição dos fatos, é necessário interpretar o significado dos resultados capazes de contribuir para a construção de alternativas de enfrentamento dos problemas existentes a partir de dados oriundos da realidade concreta.

Para o desenvolvimento do presente estudo utilizou-se de fontes primárias e secundárias. As fontes primárias consistiram de dados das Secretarias de Educação por meio do projeto presença do MEC disponibilizado a esta secretaria e Assistência Social do município de Cascavel, Projeto Político Pedagógico (PPP)<sup>5</sup> das escolas que fazem parte desta pesquisa empírica, Cadastro Único<sup>6</sup>, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), além de documentos publicados e divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), leis e decretos. As fontes secundárias contribuíram para a construção do marco teórico que subsidia a discussão e análise dos dados.

Como campo da pesquisa empírica elegeu-se duas escolas do município de Cascavel que acolhem alunos beneficiários do PBF/BVJ, sendo elas, o Colégio Estadual Presidente Costa e Silva e o Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz. O critério de escolha se deu em face de serem, respectivamente, as escolas com menor e maior índice de descumprimento da condicionalidade de frequência escolar exigida pelo referido programa. Para o cálculo considerou-se a relação entre o número de descumprimento da condicionalidade e o número de alunos beneficiários do PBF/BVJ matriculados.

A coleta de dados ocorreu no período de fevereiro a junho de 2012. Os descumprimentos da condicionalidade se referem aos meses de fevereiro a novembro de 2011 e o número de adolescentes inseridos no BVJ vinculado ao ensino médio corresponde ao mês de novembro de 2011. Os dados foram fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e Secretaria Municipal

---

<sup>5</sup> Os questionários foram aplicados pela escola junto aos alunos de ambas as escolas, tratam-se da pesquisa realizada com esse público alvo em 2010, o resultado dessa pesquisa consta no PPP e serviu de base para o presente estudo.

<sup>6</sup> O Cadastro Único (Cad-Único) para programas sociais, é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país. É de característica pública e cadastra as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Famílias com renda superior a esse critério poderão ser incluídas no Cad-Único, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implementados pela União, Estados ou Municípios, ex. Programa minha casa minha vida, carteira do idoso, tarifa social de água e luz. (CASCAVEL, 2012a).

de Assistência Social (SEASO), por meio do Cadastro Único e sistema de informação do ensino médio do núcleo regional de educação de Cascavel. O município de Cascavel, em novembro de 2011, conforme dados do documento projeto presença<sup>7</sup> do MEC disponibilizado pela SEMED apresenta um quantitativo de 1.395 adolescentes estudantes com perfil PBF/BVJ inseridos nas escolas estaduais de ensino médio de Cascavel.

Observou-se, durante a coleta de dados, uma divergência entre os dados fornecidos pelo MEC/SEMED e pelo Cadastro Único/SEASO. Neste trabalho, pela importância das informações educacionais, optou-se pelos dados fornecidos pelo MEC/SEMED.

Os resultados da pesquisa são apresentados em três capítulos seguidos de uma conclusão. O primeiro capítulo faz uma discussão sobre política social. Ressalta-se que a análise esteve centrada na perspectiva de compreender como o Estado brasileiro vem intervindo na sociedade mediante implementação de política social de assistência social como o PBF/BVJ e a política educacional no ensino médio, também traça uma análise referente à intersectorialidade das políticas, com seus limites e desafios tendo em vista que o PBF/BVJ necessariamente requer ações articuladas na sua implementação e execução.

Expõem-se ainda no primeiro capítulo buscar a elucidação do contexto neoliberal e a emergência dos programas de transferência de renda, assim como PBF no contexto brasileiro, recuperando alguns estudos sobre a discussão do fenômeno da pobreza e como essa evoluiu, sobretudo a partir dos anos de 1970, e sua conexão com os PTRs. Para uma compreensão desse fenômeno é necessário entender os parâmetros norteadores desses programas que são desenvolvidos pelos governos para combater a pobreza e extrema pobreza no sentido de

---

<sup>7</sup> O acompanhamento da frequência à escola feito pelo MEC no âmbito do PBF tem como objetivo combater a evasão e estimular a progressão escolar de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social. Este acompanhamento tem em vista a superação da baixa frequência pela identificação das razões as quais provocaram esse fato, com vista a garantir a conclusão do ensino fundamental e a continuidade dos estudos no ensino médio. A baixa frequência está relacionada a algum motivo conforme a legenda de motivos na Tabela 09 deste trabalho, onde cada um contém um código, caso haja alguma causa de baixa frequência que não conste na Legenda, a escola deve indicar o código 59 (motivo inexistente na tabela), sendo assim esse registro servirá de referência para o aprimoramento da tabela de motivos. Quando o aluno beneficiário do PBF/BVJ solicitar a transferência escolar, a escola deve registrar no documento de transferência o Número de Identificação Social - NIS do aluno e a informação de que se trata de um beneficiário do PBF. (Projeto presença – ficha de preenchimento da frequência escolar).

responder ao funcionamento do sistema econômico o que ocorre de forma a cumprir a lógica do sistema vigente.

No segundo capítulo, realiza-se uma análise da desigualdade social no Brasil. Historicamente esse país apresenta um dos maiores índices de desigualdade social, com elevada concentração de renda por uma minoria privilegiada, e segundo Barros et al (2009) aproximadamente 90% dos países apresentam distribuições menos concentradas que as do Brasil.

Percebe-se que, em momentos de menor crescimento econômico como o período compreendido dos anos 1980 até os anos 2000, houve ainda maior concentração de renda no Brasil, que praticamente duplicou em termos relativos e absolutos o número de pessoas ricas, ampliando-se o índice de pobreza, conforme destaca Weissheimer (2006, p.18) “O Brasil é hoje o país com maior concentração de renda do mundo, com cerca de 14 milhões de pessoas convivendo com a fome e mais de 72 milhões em situação de insegurança alimentar”.

O PBF trata de uma política de transferência de renda que agrega todos os arranjos familiares para sua inserção, em que o Estado, por meio dessa política, tem priorizado ações no âmbito familiar, nesse capítulo pretende-se também discutir sobre o conceito de família, de forma a considerar sua gênese, bem como as configurações determinantes das novas relações familiares, que tem inclusive alterado o conceito tradicional de família historicamente configurado no conceito de família nuclear patriarcal. Essa discussão enfatiza a mudança nos papéis familiares consubstanciadas nos novos arranjos familiares, atrelados às transformações econômicas em que a pobreza e as desigualdades se estampam de forma significativa para o conjunto das famílias alvos dos programas de transferência de renda como o PBF/BVJ. Apresenta ainda o PBF/BVJ, suas condicionalidades e concepções históricas, e as reais mudanças sofridas desde as primeiras propostas implantadas e implementadas no Brasil.

Ainda no segundo capítulo abordaremos sobre a assistência social e seu papel estratégico do PBF, bem como os aspectos históricos das políticas de ensino médio no Brasil, a partir de 1930, onde começa a desenharem-se políticas para o então ensino secundário e ensino técnico. Busca-se destacar como essa etapa de ensino, configurou-se como uma das expressões da categoria de dualidade, histórica no sistema público de educação, e para este estudo, particularmente no

ensino médio, expressando também a dualidade social entre as classes na sociedade brasileira.

No terceiro capítulo, tratar-se-á da sistematização dos dados coletados por meio de tabelas e gráficos digitalizados em banco de dados. Pretende-se desenvolver a análise e interpretação dos dados a partir de uma perspectiva crítica, levando em conta a realidade social concreta e suas relações existentes entre os fenômenos a serem identificados e sua correlação com o cotidiano dos sujeitos sociais e os possíveis determinantes que interferem no descumprimento de condicionalidades no ensino médio, tendo em vista a vinculação do recebimento do BVJ com a frequência escolar nessa etapa de ensino.

Nas considerações finais do presente estudo, pretende-se destacar os principais resultados da pesquisa.

## CAPÍTULO I

### A POLÍTICA SOCIAL: O PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA BOLSA FAMÍLIA

A análise das políticas sociais particularmente a política de transferência de renda PBF/BVJ demanda uma discussão sobre a conjuntura neoliberal, sendo que nos países de economia dependente, assim como o Brasil na década de 1990, emerge os programas de transferência de renda, dentre eles o PBF como estratégia ao combate à pobreza, em face ao acirramento dos problemas sociais, com reflexos nefastos para a classe trabalhadora brasileira.

O PBF/BVJ é política social, vinculada à política educacional, particularmente na etapa do ensino médio, por condicionar o recebimento do benefício à frequência escolar do adolescente na perspectiva de sua efetivação quanto à garantia ou não do ingresso e permanência desses adolescentes no ensino médio.

Dessa forma, essas políticas não podem ser analisadas de forma isolada das transformações históricas da sociedade, ao passo que é, a partir da compreensão desse processo de mudanças delineadas pelas crises cíclicas do sistema capitalista, desde o século XIX que cabe a análise do surgimento dos programas de transferência de renda PBF.

Esse capítulo vai discutir a emergência das políticas sociais no Brasil como resultantes da luta entre capital e trabalho, decorrentes da chamada “Questão Social”, sendo definida por Netto (2006) como o conjunto de problemas sociais, econômicos, políticos, culturais e ideológicos que demarcam o surgimento da classe operária enquanto sujeito sócio-político no contexto da sociedade burguesa.

A “Questão Social” é também compreendida por Yamamoto (2005) como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista haja visto que a produção social é cada vez mais coletiva e o trabalho torna-se amplamente social, porém a apropriação dos seus frutos torna-se monopolizada por uma parte da sociedade, a classe detentora dos meios de produção, ou seja, a burguesia.

Historicamente, a análise das políticas sociais está relacionada com o aparecimento do movimento operário em suas reivindicações trabalhistas no século XIX, portanto, não pode ser compreendida deslocada do processo histórico o que

revela as lutas travadas no interior das relações entre capital e trabalho, em que a distribuição da riqueza se caracteriza como desigual, havendo a concentração de renda para apenas um conjunto da população, enquanto deixa a maioria à margem dessa distribuição. Dessa forma, Vieira argumenta que,

Não tem havido, pois, política social desligada dos reclamos populares. Em geral, o Estado acaba assumindo alguns destes reclamos, ao longo de sua existência histórica. Os direitos sociais significam antes de mais nada a consagração jurídica de reivindicação dos trabalhadores. Não significam a consagração de todas as reivindicações populares. E sim a consagração daquilo que é aceitável para o grupo dirigente no momento. (VIEIRA, 1992, p.23).

Nessa lógica, Netto (2006) concorda com Vieira quando as políticas sociais resultam da luta entre capital e trabalho, inerentes a chamada expressão da “Questão Social”, como resultado de um conjunto de problemas sociais, em que o trabalho é social, mas o resultado dessa produção é apropriada privadamente, sendo uma das manifestações mais concretas do processo de acumulação do capital, cujas consequências são os altos índices de concentração de renda, crescimento das condições de pobreza e exclusão social em todas suas formas, configurando o então conflito da relação entre capital e trabalho.

A organização da classe trabalhadora em suas reivindicações leva o Estado a respondê-las por meio de políticas sociais, por isso tais políticas são contraditórias, já que representam uma forma de controle do Estado sobre essas demandas, e simultaneamente como resultados históricos tem sido também conquistas pela classe trabalhadora, pois fazem parte do processo de luta e da relação entre capital e trabalho. Esse é o caráter contraditório revelado pelo conjunto das expressões da “Questão Social”.

A política social oriunda das tensões de classe e, da totalidade das demandas emanadas pelo conjunto dos trabalhadores ao Estado, é respondida por meio de políticas fragmentadas, fragmentando a luta por direitos, que se subdividem em políticas de habitação, saúde, segurança, esporte, lazer, cultura, educação dentre elas, a política de transferência de renda por meio de programas sociais que transferem renda, conforme Netto (2006).<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Ver mais a respeito na obra de Netto, (2006).

Essa fragmentação das políticas sociais corresponde à lógica do Estado, compreendido como Estado de classe, que no contexto histórico se utiliza de ações estratégicas por meio de implementação de políticas sociais para desmobilizar a luta dos trabalhadores. Trata-se do atendimento isolado de suas demandas com ações residuais de caráter focalizado e voltadas a determinados segmentos da população.

No entanto, sabe-se que não há concessão a todas as demandas da classe trabalhadora, mas apenas parte de suas reivindicações são atendidas por meio de políticas sociais, que “De fato, elas são resultantes extremamente complexas de um complicado jogo em que protagonistas e demandas estão atravessados por contradições, confrontos e conflitos”. (NETTO, 2006, p. 33).

A fragmentação, das políticas sociais, ocorre pela inviabilidade do atendimento de todas as reivindicações da classe trabalhadora no capitalismo, se configurando dessa forma como uma estratégia de desmobilização dessa classe. Isso torna a política social cada vez mais fragmentada e focalizada, pois não altera a ordem das relações de produção, deixando inalterada a propriedade privada característica legitimadora da ordem burguesa.

As crises cíclicas do sistema capitalista são também compreendidas como possibilidades de rearticulação e reorganização desse próprio sistema, é dessa forma que a crise ganhará força no capitalismo monopolista, como uma alternativa à superação das crises desencadeadas no capitalismo concorrencial.

Conforme Netto, (2006) o capitalismo monopolista se rearticula e se reorganiza, mediante a implementação de políticas sociais, como uma alternativa a contornar as crises do sistema, e dessa forma garantir o aumento dos lucros por meio do controle dos mercados. Nesse sentido, há a necessidade do capitalismo controlar as matérias primas, o processo produtivo bem como o consumo.

A concorrência não é superada com a fase monopolista, ao contrário, ela se intensifica, acirrando as contradições. Frente a isso o capitalismo não sobrevive sem a presença do Estado e nessa lógica as políticas sociais tem um caráter funcional ao sistema, já que no capitalismo monopolista o Estado garante o desenvolvimento dos monopólios e as condições para reprodução da força de trabalho.

Sincronizadas em maior ou menor medida à orientação econômico-social macroscópica do Estado burguês no capitalismo monopolista, o peso destas políticas sociais é evidente, no sentido de assegurar as condições adequadas ao desenvolvimento monopolista. E, no

nível estritamente político, elas operam como um vigoroso suporte da ordem sócio-política: oferecem um mínimo de respaldo efetivo à imagem do Estado como “social”, como mediador de interesses conflitantes. Esta resultante não se produz apenas pelo real atendimento (por vezes, antecipado) de demandas de segmentos das classes subalternas. (NETTO, 2006, p. 31-32).

O Estado, ao incorporar esse novo protagonismo com a implementação de políticas sociais, garante a funcionalidade dessas ao sistema, e se legitimam por se tornarem um mecanismo de consumo, além de atender alguns anseios dos trabalhadores.

Apesar de entendermos que não existe política social de transformação da sociedade, pois inexisteriam sem a organização da classe trabalhadora: “Não há dúvidas de que as políticas sociais decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização e organização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores, a que o Estado, por vezes, responde com antecipações e estratégias”. (NETTO, 2006, p. 33).

O capitalismo monopolista foi a alternativa de superação da crise do capitalismo concorrencial por meio do fortalecimento do Estado para prover o desenvolvimento dos monopólios e da reprodução da força de trabalho, dando assim novo fôlego ao capitalismo. No entanto, as crises não são de fato suprimidas para sempre, mas são cíclicas, e passam novamente a estar presentes em uma nova conjuntura em que o capitalismo mais uma vez apresenta sintomas de esgotamento.

E assim foi a manifestação da crise do petróleo nos anos 1970, que vai requerer do sistema novas estratégias de enfrentamento, destacando-se como parte do conjunto dessas estratégias a globalização, a reestruturação produtiva, o neoliberalismo.

Conforme veremos adiante, a ideologia neoliberal constitui-se como uma política econômica e impõe o reordenamento das relações entre sociedade, economia e Estado, em que este principalmente nessa conjuntura se torna mínimo para as políticas sociais, e máximo para o capital conforme destaca Netto, (2006).

Nesse contexto, no âmbito da política social, cabe destacar a realidade atual da intersectorialidade das políticas, nas quais esta passou a ser valorizada à medida que não se observava a questão da eficiência, efetividade e eficácia<sup>9</sup> na

---

<sup>9</sup> NOGUEIRA, (1998) define esses termos como: eficiência trata-se de uma análise do custo benéfico de um determinado programa, em termos econômicos ou políticos, efetividade como o juízo de valor estabelecido a partir da relação entre a execução de um programa e o impacto provocado na

implementação das políticas setoriais, necessariamente no que se refere ao atendimento das demandas da população, bem como dos recursos para a execução das políticas sociais.

Dessa forma, a intersetorialidade passou a ser condição para a implementação das políticas sociais de forma setorial na busca pela efetividade por meio da articulações governamentais e não governamentais conforme sinaliza Nascimento, (2010), com a necessidade de observar o impacto que provoca as ações onde foram executadas.

A intersetorialidade nesse contexto passou a ser requisitada na implementação das políticas setoriais, na perspectiva de visar à efetividade por meio da articulação entre os setores governamentais que operacionalizam essas políticas, bem como com setores não governamentais, além disso, abrem-se novos desafios para superação de práticas fragmentadas características das políticas sociais as que historicamente foram se constituindo.

Para Senna et al (2012) os programas de transferência de renda enquanto política social têm como proposta a promoção e articulação com a política de saúde, educação e assistência social, visando criar possibilidades de romper com o próprio caráter fragmentário típico das políticas sociais no Brasil, e pode ainda facilitar a adesão de ações intersetoriais.

Para esses autores, o PBF se desenha para ações coordenadas entre as três esferas de governo e demais setores governamentais e não governamentais. A descentralização e intersetorialidade juntamente com o controle social tratam-se dos principais núcleos ordenados do processo de ações a serem implementadas no âmbito do programa.

Os limites estruturais se consubstanciam na ineficiência das ações intersetoriais, tendo em vista a rede de serviços de proteção social, e a ausência da articulação entre as políticas pode contribuir para o insucesso de programas, projetos e propostas que se pretende implementar, bem como, da operacionalização do próprio PBF. Esse programa depende necessariamente da articulação intersetorial das políticas e do diálogo constante entre as três esferas de governo

---

realidade em que foi executado, e eficácia como avaliação da relação entre objetivos e instrumentos de um programa ou projeto e os resultados obtidos, podendo ser considerada uma avaliação de processos implementados.

além dos demais setores responsáveis pelo desenvolvimento das políticas sociais setoriais.

Senna et al (2012), salienta a intersectorialidade das políticas setoriais por meio da articulação das mesmas podendo trazer ganhos para a população à medida que passa a integrar objetivos comuns.

Para Nascimento (2010) é necessário destacar que a gestão administrativa nos diversos níveis de governo envolve os entes federados e se coloca diante da política pública, bem como, da intersectorialidade e ao dialogar com Junqueira (2004), ressalta que a realidade apresentada deve partir de um novo conhecimento capaz de partilhar no interior das organizações gestoras das políticas privilegiando a integração dos saberes e experiências em detrimento da setorialização.

Nascimento (2010) dialogando com Koga (2003), Ribeiro (2007) e Sposati (2006) destaca que ambos reconhecem ser o território o local para potencializar a articulação entre as políticas de desenvolvimento urbano e as políticas sociais, considerando a presença dos sujeitos sociais, sendo público alvo das referidas políticas, bem como, no atendimento as suas reais necessidades. Pois as políticas sociais por si só não dão conta de resolver o conjunto de demandas, sendo que, a interface, a intersectorialidade e articulação entre as políticas passam a ser necessárias à medida que, devem reconhecer as reais necessidades da população e os benefícios que podem ou não ofertar no processo de planejamento e execução das mesmas.

Koga citado por Nascimento (2010) reconhece a intersectorialidade como sendo uma qualidade necessária no processo de intervenção, por meio de programas, projetos e equipe técnica, em que são desafiados ao diálogo constante, ao trabalho com perspectivas e objetivos comuns, na busca pela inclusão social, considerando a participação de membros da comunidade enquanto sujeitos no processo e priorizando o território para articulações das ações.

Nascimento (2010) ressalta que para Junqueira (2004) a intersectorialidade trata-se de uma concepção que deve notificar uma nova forma de planejamento execução e controle na prestação dos serviços, com vistas a garantir um acesso a população por meio de ações integradas o que supõe alterar a forma de articulação dos diversos segmentos governamentais, bem como, dos seus interesses com ações integradas das políticas setoriais.

Diante disso, realizar ações integradas das políticas sociais significa a mudança de padrões, práticas e valores que se fizeram presentes no decorrer do processo histórico, incorporando projetos com interesses coletivos capazes de contribuir para maior eficácia na gestão das políticas sociais e econômicas, levando em conta o processo de avaliação no decorrer das ações.

Inojosa (2001), outro autor que Nascimento (2010) dialoga, atribui a intersectorialidade com a articulação dos saberes e experiências no planejamento e avaliação das políticas, programas e projetos, com a finalidade de alcançar resultados de cunho cooperativos em situações complexas. Nessa perspectiva, o trabalho de carácter intersectorial implica mais do que compor projetos de carácter setoriais, a intersectorialidade traduz um conjunto de implicações de ações para o Estado, em que este deve ser o protagonista principal na implementação das políticas.

Sposati (2006), citado por Nascimento (2010), corrobora com essa ideia e ao realizar uma análise sobre a intersectorialidade, destaca que, esta tem dimensões que necessitam ser combinadas, sendo a setorial e a intersectorial, com a presença do Estado levando em conta o direito e a cidadania, onde o princípio setorial que rege essa relação está atrelado ao da convergência, caracterizando-se como um conjunto de impulsos para a ação em determinada situação, podendo ser, um tema, um objeto, uma necessidade, um determinado território, um determinado grupo enfim uma perspectiva.

Para tanto, há a necessidade da intersectorialidade enquanto mecanismo racionalizador da ação, pois se trata de uma estratégia de gestão institucional que busca a qualidade dos serviços e das ações e por permitir superar os limites que ocorreriam apenas na abordagem de carácter meramente setorial.

A intersectorialidade, nesse sentido, coopera para a criação e reconhecimento de saberes que resultam do processo de integração entre as ações de carácter setoriais, Sposati (2006) vê a intersectorialidade para além do campo da aprendizagem dos agentes institucionais, mas como um atalho estruturado das construções de novas ações que respondam as novas demandas para cada uma das políticas.

Nascimento (2010) pontua que para Koga (2003), a intersectorialidade não será representada apenas pela conjugação de diversas secretarias, ou seja, requer

um conjunto de estratégias comuns que a definam como tal, levando em conta um lugar comum de ações, e qual tipo e quais intervenções deverão ser efetuadas, pois mesmo que as políticas sociais atuem no mesmo território, isto não significa que as ações sejam confrontadas e realizadas a partir de um projeto mais amplo.

Nascimento (2010) ao fazer uso das concepções de Azevedo (2003) destaca que a intersetorialidade, interface se refere a inter-relação entre as diferentes políticas. Pontua avanços e limites no processo gestor das políticas no que concerne a prática intersetorial, caracterizando a própria cultura, dificuldades político-partidárias e outras situações que incidem diretamente na execução das políticas, uma vez que, se defrontam interesses e mecanismos lobistas para sua importância e existência.

Nessa lógica, Nascimento (2010), menciona para haver uma real intersetorialidade entre as políticas é necessário antes de tudo construir espaços com objetivos comuns com possibilidade de comunicação entre as políticas sociais não privando o desenvolvimento de troca de saberes constantes, havendo interações no processo de formulação e execução da política, com participação dos técnicos e gestores das referidas pastas e das referidas políticas no que se refere ao planejamento simultâneo com apoio político.

Para Senna et al (2012) no âmbito do PBF enquanto numa política social são frágeis os mecanismos de indução por parte do governo federal, é necessário construir canais de diálogos eficientes entre as políticas envolvidas, uma vez que, a intersetorialidade ainda é algo que necessita de uma visão da complexidade dos problemas presentes, com vistas a superar a mera sobreposição de ações intersetoriais.

Destaca-se que diante do estudo realizado referente o PBF/BVJ no município de Cascavel, no que concerne a intersetorialidade das políticas de assistência social e educação, estas, se comunicam de forma restrita uma vez que, no âmbito municipal há a discrepância nos dados do número de BVJ e número de descumprimento de condicionalidades por parte das secretarias municipais de educação e assistência social, o que demonstra uma fragilidade das políticas intersetoriais de assistência social e educação vinculada aos respectivos ministérios MDS e MEC no município.

Essa fragilidade na intersetorialidade entre as políticas sociais ocorre também entre os ministérios MDS e MEC, ao passo que, os adolescentes com idade até 15 anos inseridos no PBF devem cumprir frequência escolar de 85% no ensino fundamental, ao completarem 16 anos, este automaticamente deixaria de receber o benefício variável no valor de R\$32,00 e passaria a receber o BVJ no valor de R\$38,00, porém na prática, a morosidade no sistema inviabiliza essa passagem automática para o BVJ, levando muitas vezes meses para serem ingressados de um benefício para outro e em alguns casos o adolescente completa 18 anos sem receber o BVJ.

### **1.1 O contexto neoliberal: A emergência dos Programas de Transferência de Renda Bolsa Família/Benefício Variável Jovem**

Qualquer análise dos programas de transferência de renda no Brasil deve considerar que esta política surgiu num momento bastante demarcado, com adesão das políticas de caráter neoliberal, num contexto e conjuntura com expressivo aumento da pobreza, aprofundando o caráter focalizado e seletivo das políticas sociais.

É no contexto do neoliberalismo que há a implantação de políticas dessa natureza, no Brasil ela está relacionada às alternativas de combate a pobreza, que se agudiza mediante as transformações da sociedade, com as repercussões da crise eclodida na segunda metade dos anos 1970 e da chamada década perdida de 1980 quando se vivencia o aumento expressivo dos problemas sociais.

O país, até a eclosão dessa crise, vivenciou o aumento acelerado do Produto Interno Bruto - PIB, com crescimento econômico intermitente pautado no modelo econômico de desenvolvimento que incidia no desenvolvimento urbano-industrial com forte concentração de renda e exclusão da classe trabalhadora pautado numa política em condições de retomar o crescimento econômico e financeiro do país.

Dessa forma, a sociedade brasileira conhece o fenômeno do “milagre econômico” brasileiro decorrente da decisão política do governo militar ao liberar crédito na segunda metade da década de 1960 após vários anos de recessão econômica, associada a altas taxas de desemprego, baixa capacidade produtiva, custo reduzido de mão de obra de pouca ou nenhuma qualificação, somadas a isso,

o aumento do consumo por parte da classe burguesa com forte concentração de renda, conforme denomina Singer, (1980).

Para esse autor, a partir de meados da década de 1970, inicia-se a desmistificação do milagre econômico brasileiro, acompanhado da crise econômica que se acentua principalmente no final dessa mesma década, sobretudo com profundos impactos sentidos nos anos 1980, principalmente para os setores mais pobres da população, com crescente deterioração das condições de vida, resultando no aumento da fome, favelas, enfermidades, marginalidade, marcado pela pobreza absoluta, que avançou em números expressivos.

Alencar, Carpi e Ribeiro (1981) corroboram que o milagre econômico brasileiro foi um movimento de retomada do crescimento industrial a partir de 1967 e 1968. Teve como fomento a reconcentração da renda, crescendo assim o consumo vertical no país, ou seja, as classes de alta renda tiveram sua capacidade de comprar multiplicada.

Os reflexos mais evidentes da crise estrutural tratam-se do prolongamento e profunda crise econômica, social e política, principalmente na segunda metade da década de 1980 no Brasil, onde as contradições são cada vez mais expostas, face ao agravamento da dívida externa, marcada por uma conjuntura de generalização da pobreza e miséria, desvalorização da mão de obra com arrocho salarial e níveis inflacionários exorbitantes conforme Silva, (2007).

Por outro lado, essa conjuntura específica da década de 1980 favoreceu o debate democrático em que o Estado por meio de um campo legal e institucional, por grande pressão social no final da ditadura e no processo constituinte, passa a atender parte das reivindicações da classe trabalhadora por meio da Constituição Federal -CF de 1988.

Dessa forma, na década de 1980, a saída política para a crise brasileira era a exigência por uma ordem mais justa e igualitária, onde a “Questão Social” ganhou dimensão na agenda política mediante a CF de 1988, no contexto da recessão econômica e inflação acelerada potencializando pactos sociais oriundos de reivindicações de diversos grupos da sociedade brasileira conforme destacou Telles, (2001).

Apesar da CF de 1988 e as leis subsequentes garantirem de forma progressiva os direitos sociais, para a população em geral, especialmente aquelas

em situação de pobreza, este fenômeno ainda se apresenta como inexecutável, afinal os direitos existem, mas não atinge a todos que deles necessitam, uma vez que trata-se do atendimento isolado das demandas da população. Exemplo disso são as políticas sociais de caráter focalizado, fragmentária e seletiva, que apesar de direitos constitucionais universalistas, o Estado brasileiro, cumpre como todos os Estados burgueses, para parte da população brasileira, mesmo que ainda se discuta a importância da intersetorialidade.

Conforme Silva, (2007), por mais que avançamos nas concepções legais acerca das políticas sociais na segunda metade da década de 1980 com a CF de 1988, na próxima década o Brasil se depara com o prolongamento da crise obtendo índices elevados de desemprego. No campo das políticas sociais há um esvaziamento dos recursos públicos em que mesmo os programas direcionados, implementados na primeira metade da década de 1990 pelos governantes brasileiros foram afetados por meio da diminuição e cortes dos gastos públicos. No campo educacional, priorizou-se o ensino de primeiro grau.

A pobreza no Brasil de acordo com Telles, (2001) sempre alcançou números alarmantes e no efeito conjugado de recessão econômica, reestruturação produtiva, desmantelamento dos direitos sociais e serviços públicos ela se expressa de forma espantosa, tendo em vista sua configuração, ou seja, como fenômeno o que está atrelado aos parâmetros que regem a vida em sociedade e que não colocam em xeque as regras da sociedade vigente.

Especialmente na década de 1990 no Brasil, a pobreza ganha novos contornos por conta dos novos excluídos pelo processo de reorganização do capitalismo deixando fraturas na sociedade sob políticas neoliberais em que as mudanças em curso reatualizam à tradição da desigualdade e exclusão, obstruindo a possibilidade de generalização dos direitos com aumento do grau de vulnerabilidade social<sup>10</sup>, sendo esta, “[...] decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social (discriminações

---

<sup>10</sup> Além do conceito exposto pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 a Vulnerabilidade social para Arregui e Wanderley os quais se apropriaram da literatura de vários autores questionadores do conceito, “[...] o que parece ser comum em quase todas as literaturas é a relativa ligação da noção de vulnerabilidade com o conceito de risco, ou, posto em outros termos, a noção de vulnerabilidade com a equação entre exposição ao risco e capacidade de resposta da população” (2009, p.151).

etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)”. (BRASIL, 2004, p.28).

O neoliberalismo no Brasil<sup>11</sup> teve particularidades, de acordo com Oliveira (1995) a dilapidação do Estado brasileiro iniciou-se na ditadura militar e prosseguiu com a “democracia de José Sarney”, os militares tinham um apreço pelo liberalismo, pelo livre mercado. Essa dilapidação propiciou o clima em que a ideologia neoliberal, avassaladora nos países desenvolvidos, encontrasse aqui terreno fértil para uma pregação antissocial. Era uma ideologia arraigada no Estado desperdiçador, e se consolidou com Fernando Collor de Melo, cuja propaganda de eleição vinha ao encontro à cassação dos marajás, eliminando o desperdício do dinheiro público.

O neoliberalismo no Brasil, conforme esse autor sempre fora tratado pelos intelectuais de forma “avacalhada”, e não foi levado a sério como deveria.

Para Oliveira (1995) a sociedade por meio de suas organizações mais potentes mostrou uma ampla capacidade de mobilização e enfrentamento às medidas neoliberais. O impeachment de Collor, e as grandes mobilizações populares contra as privatizações demonstram esse poder de enfrentamento do povo brasileiro contra as políticas neoliberais.

Embora essas mobilizações tenham se constituído em obstáculos para o avanço do neoliberalismo no Brasil, elas foram perdendo forças no decorrer do processo frente a uma realidade de precarização e empobrecimento da população associada à hiperinflação, que corroía os baixos salários e as condições materiais de sobrevivência.

[...] a função pedagógica perversa da hiperinflação foi administrada a conta-gotas durante a primeira parte do governo de Itamar, precisamente para produzir o terreno fértil no qual se joga a semente neoliberal e ela progride. Acompanhamos as peripécias do governo Itamar até a posse do senador Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda, preparando a URV, forma pedagógica de incurtir a desesperança nas formas econômicas, sociais e políticas que estavam sendo construídas, que lutaram contra o projeto neoliberal, para uma nova investida neoliberal. Em excelente artigo em O Estado de S.Paulo, Wanderley Guilherme dos Santos mostrou como o neoliberalismo, nessas condições de desespero, com taxas de inflação que chegaram a 50% às vésperas do Plano Real, torna-se o equivalente à tirania. (OLIVEIRA, 1995, p.26).

---

<sup>11</sup> Sobre o aprofundamento do projeto neoliberal nos países centrais ver em: Perry Anderson (1995) e BATISTA (2001).

Oliveira (1995), conclui que o neoliberalismo no Brasil, possui duas grandes letalidades. Uma é a recuperação de a economia estar associada ao agravamento do social, o Estado brasileiro perde sua autonomia em relação ao mercado, como uma sátira, o autor discorre que o Estado não consegue controlar nem o jogo do bicho e as brigas de galo. Além dessa perda de autonomia estatal, ocorre um ataque às esperanças presente nos movimentos da sociedade civil organizada. A outra grande letalidade é o medo da mudança de uma população que tinha o deterioramento das suas condições de vida, a hiperinflação, que enfraqueceu os movimentos populares, a destruição das organizações sindicais.

Netto (1995), ao dialogar com esses pensadores, concorda que o neoliberalismo teve êxitos, principalmente no que se refere ao alastramento de sua ideologia e o seu alcance pela incorporação de muitos governos e o ataque a classe trabalhadora. Sem dúvidas esse foi o ponto máximo do sucesso do neoliberalismo.

Para o autor é preciso buscar respostas, para compreender porque o movimento operário e sindical perdeu forças com o neoliberalismo. O autor busca responder que esse enfraquecimento está relacionado às profundas transformações no mundo do trabalho, o afluxo ao mercado de trabalho, o surgimento de um novo tipo de trabalho, condicionou substancialmente a perda de força e vigor do movimento sindical tradicional.

Avaliando a implementação do neoliberalismo no Brasil, Netto (1995) discorda de Anderson, quando ele destaca que o neoliberalismo pode ter pela frente um amplo fôlego. Para Netto, é preciso ter cautela nessa análise, pois o neoliberalismo mesmo com toda sua vitalidade pode deparar-se com obstáculos crescentes. A capacidade de tolerância das massas a degradação das suas condições de vida é um desses obstáculos e limites do neoliberalismo conforme relata o autor.

Além disso, a hiperinflação serviu como um instrumento ideológico o que favoreceu o avanço do neoliberalismo no Brasil, pois com a abertura democrática não se via possibilidades de mudança, os preços continuavam altos, e o salário do trabalhador era cada vez mais comprometido com a alta inflação, essa realidade contribuiu para a ideologia neoliberal ir ganhando força constituindo-se como uma alternativa a precarização das condições de vida da população.

Essa nova conjuntura demarca a reestruturação do Estado e sua relação com a sociedade, por meio da adesão das políticas de ideologia neoliberal. O Estado

passa a assumir uma política econômica com base no modelo definido pelos organismos multilaterais, como BM e Fundo Monetário Internacional – FMI, cujas orientações visavam à estabilização econômica e a realização das reformas estruturais, conforme deliberações do Consenso de Washington, conforme Batista, (2001).

De acordo com esse autor, nesse encontro foi deliberado um conjunto de medidas macroeconômicas que se tornaram a política oficial do FMI em 1990, passando aos países periféricos um receituário para promover o ajustamento macroeconômico, cujas ações deveriam primar pela liberdade de mercado e redução do Estado com o Estado mínimo, que preconiza as seguintes medidas: reformas estruturais com privatização de empresas públicas, desregulamentação de mercados, bem como, liberação comercial e financeira, combate à inflação por meio da estabilização da economia, retomada dos investimentos externos para incrementar o processo de desenvolvimento econômico e violento corte nos gastos públicos.

Tendo em vista que o neoliberalismo é também uma estratégia de superação das crises do sistema, sua autenticidade não se reduz apenas na economia de livre mercado, como pressupõe o liberalismo do século XVII e XVIII, mas aprofunda substancialmente a ausência da obrigação do Estado enquanto provedor de políticas públicas considerando os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais. O enfraquecimento da soberania nacional, diante das nações do capitalismo imperialista foi se impondo, a redução e precarização do Estado na oferta de serviços públicos, bem como na privatização de empresas estatais.

O neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscal e monetária sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital, como o FMI e o Bird, desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores, combate cerrado ao sindicalismo de esquerda, propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados, dos quais a cultura “pós-moderna” é expressão, animosidade direta contra qualquer proposta socialista contrária aos valores e interesses do capital etc. (ANTUNES, 2005a, p. 189).

A partir da adesão às políticas neoliberais e conseqüentemente com a reestruturação produtiva, o capitalismo se recoloca na esfera produtiva e recupera a sua dinâmica de acumulação de forma a contornar suas crises com o acirramento das contradições sociais, conforme Netto (1995, p.33) “[...] o capitalismo, revigorado pelo neoliberalismo, dá a impressão de estar mais vivo do que nunca”.

O cerne das políticas neoliberais é a intensificação das expressões da “Questão Social” em todas suas formas. Para tanto, a política neoliberal se recoloca mediante uma ideologia que defende o ajuste dos Estados nacionais para atender as exigências do capitalismo transnacionalizado, sendo contrário aos pactos que subordinam o capital sob qualquer forma de soberania de caráter democrático, bem como a consolidação de instituições com interesse público conforme Ianni, (2003a).

O Brasil adere à política de orientação neoliberal com a implementação de políticas que visavam cumprir o ordenamento do Consenso de Washington, cujas justificativas estavam relacionadas à adequação da economia ao processo de globalização, isso proporcionou impactos regressivos no campo das políticas sociais, em que o conjunto de valores propostos preconiza os ajustes dos Estados nacionais sob a exigência do capital de caráter transnacionalizado, o que para Ianni,

O que está em causa, na base da política de reestruturação do Estado, destinada a criar o Estado mínimo e decretar a formação de “mercados emergentes” é a destruição de projetos de capitalismo nacional e de socialismo nacional, bem como a transformação dessas nações em províncias do capitalismo global. Em lugar do projeto nacional, capitalista ou socialista, o projeto de capitalismo transnacional, transnacionalizado desde o alto e desde fora. (IANNI, 2003b, p 56).

Para esse autor, a política neoliberal que fundamenta a globalização do sistema vigente supõe conforme já aludido à quebra do poder dos Estados e dos limites das barreiras territoriais e de soberania. Estes devem submeter-se as novas regras de interesses exclusivamente do mercado a nível mundial, e tornar suas políticas compatíveis às propostas de Estado mínimo, flexível e de competição exclusivamente privada.

O maior impacto do processo de globalização associado à política de cunho neoliberal se manifesta ainda pela desregulamentação da força de trabalho, com salários medíocres, e aumento sem precedentes do desemprego. Sua fase perversa

do mundo globalizado traduz-se em desigualdades transformando-se numa sociedade de riscos, pois se rompe com os direitos sociais edificados na CF de 1988, com a concentração do capital e aumento desmesurado da pobreza.

[...] a globalização em curso produz e reproduz desigualdades e antagonismos, nos quais polarizam-se grupos, classes, etnias, minorias e outros setores da sociedade global. Na forma pela qual se está realizando, a globalização do mundo ao mesmo tempo que integra e articula, desagrega e tensiona, reproduzindo e acentuando desigualdades em todos os quadrantes. (IANNI, 2003a, p.145).

Ortiz, (2002) ao discutir esse processo, destaca que, associado ao ideário neoliberal, à acumulação flexível é outro componente desse contexto, em que a configuração do sistema capitalista vem assumindo nas últimas décadas a mudança do padrão de acumulação que se caracteriza como altamente destrutivo ao passo que tem gerado grandes perdas para a classe trabalhadora, principalmente com a desregulamentação das políticas que foram conquistadas no decorrer do processo histórico.

Deste modo, esse novo padrão tem condicionado a uma profunda reestruturação não somente no que se refere ao avanço extraordinário tecnológico, mas necessariamente na forma de gerenciamento da forma de produzir e claro, nas relações de trabalho como um todo, bem como das políticas sociais.

Pode-se concluir que para Ortiz, (2002) o padrão tecnológico o que conjugava o taylorismo/fordismo sob as bases do keynesianismo (que entrou em crise) e sua função interna está sendo substituído pela chamada era da acumulação flexível ou modelo japonês, por meio do avanço tecnológico o que demarca uma nova forma de produzir associada a novas relações de trabalho.

O neoliberalismo, a globalização juntamente com a reestruturação produtiva como parte de um mesmo processo, consiste numa resposta do sistema capitalista para contornar a crise estrutural, a que se pauta no padrão de acumulação flexível sob o qual se configura em adequar aos interesses de continuar se reproduzindo sob as mais perversas relações de trabalho conforme destaca Ortiz, (2002).

A conjuntura neoliberal contribuiu para o aumento da pobreza e deterioramento das condições de vida da maioria da população associadas à necessidade de cumprir as recomendações dos organismos multilaterais, na década de 1990, o país direcionou suas políticas de combate à pobreza, estando, portanto

em consonância com o receituário proposto pelo BM e FMI. Não é por acaso que o combate à pobreza aparece como estratégia à implantação das políticas de transferência de renda no Brasil de forma enfática nessa década.

Diante desse quadro é necessário destacar a preocupação dos organismos multilaterais com o aumento da pobreza nos países periféricos. Tal preocupação se manifesta na ampliação dos empréstimos para o combate a este fenômeno associando financiamento em torno da infraestrutura e a satisfação das necessidades básicas ainda na década de 1970. Isso se explica pela convergência da necessidade de adequação do BM em financiar o desenvolvimento nos países periféricos, as condições da acumulação de nível internacional, oriundas das necessidades de continuar a reproduzir e concentrar capital, conforme destaca Nogueira (1999).

De acordo com essa autora, as iniciativas de combate à pobreza por parte do BM se vincula à gestão de MacNamara<sup>12</sup>, sugestões explicitadas no Relatório Pearson (1969), estudo sugerido pelo seu antecessor Georg D. Woods (1963-1968). Com base nesse relatório, havia a proposta de rever a idéia de desenvolvimento, bem como, suas relações com o crescimento econômico.

A ampliação da pobreza ao mesmo tempo pode gerar um descontentamento da população face à situação a que está submetida, colocando em risco a própria hegemonia da sociedade capitalista. Dessa forma os organismos multilaterais compreendem ser necessário financiar programas que venham a combater a pobreza, e, simultaneamente, garantir a reprodução e acumulação de capital por meio da reprodução da força de trabalho, e da imposição de ajustes financeiros adequados aos interesses dos bancos investidores.

Dessa forma, é na década de 1970 que o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD/BM enfatiza a questão dos investimentos sociais a que estava associada às críticas e recomendações do Relatório Pearson, bem como, a crise internacional e aos movimentos de libertação da África, na Ásia e América Latina. Sendo assim, somente a partir das questões de segurança à sociedade, o BM passou a considerar as causas sociais da pobreza e das necessidades básicas conforme Nogueira (1999).

---

<sup>12</sup> Robert Strange Macnamara foi empresário e político estadunidense, secretário de defesa dos EUA 1961-1981, também presidente do BM de 1968-1981.

Dentre as suas recomendações e indicações foi necessário discutir sobre a satisfação das necessidades básicas, como uma questão e requer atenção, sem rever a noção de crescimento econômico como fator de desenvolvimento, associando recursos financeiros por meio de financiamento das necessidades básicas humanas como saneamento básico, saúde, educação de base e alfabetização.

A partir da crise da ajuda bilateral no final dos anos de 1960, conforme indicou o próprio Relatório Pearson, a noção de desenvolvimento é redirecionada para a valorização da satisfação das necessidades básicas subordinando-as ao crescimento econômico.

Os investimentos em infraestrutura eram vistos como prioridade, permanecendo como eixo central do crescimento econômico como fator de desenvolvimento especificamente na década de 1970.

Centralizava-se a preocupação política com a pobreza e, como corolário direto, à nutrição e saúde, à necessidade de ampliação escolar, o Ensino Profissionalizante, de Saneamento Básico para as grandes cidades, que sofriam com o inchaço da migração rural, etc. (NOGUEIRA, 1999, p.115).

Porém, “[...] o que ocorreu foi apenas a instituição da diversificação de prioridades setoriais, e particularmente, a introdução das ‘necessidades básicas’, estabelecidas a partir do final dos anos 60, e consolidadas nos anos 70” (NOGUEIRA, 1999, p.116).

Para essa autora, a partir disso, MacNamara representou o primeiro marco expressivo de mudança na concepção teórica do BM ao passo que antes essa instituição não havia concebido a tarefa de desenvolvimento como algo relacionado ao alívio da pobreza, principalmente nos países periféricos. Defendeu que a pobreza deveria ser enfrentada, pois os benefícios do crescimento econômico por si só não alcançariam os pobres, sendo, portanto, um dos principais responsáveis pela mudança na estratégia de política externa norte-americana. Foi a partir desse período que os organismos multilaterais passaram a investir no combate à pobreza nos países periféricos.

Tendo em vista as crises cíclicas do capitalismo e suas formas de superá-las (particularmente a crise da década de 1970 quando a maioria da população

brasileira se encontra em uma situação de privação das condições mais elementares de vida, sendo o desemprego estrutural reinante, o sub emprego, o precário sistema de saúde, aumento da fome e baixo nível de escolaridade somados as péssimas condições de moradia daqueles habitantes de regiões periféricas) é fundamental recuperar a partir desse processo como a pobreza evoluiu desde esse período.

Considerando a crise que obriga o capitalismo a se reorganizar, sem deixar de mencionar a implantação dos PTRs centrados no combate a esse fenômeno no contexto brasileiro, particularmente o PBF/BVJ à medida que este benefício variável sendo um dos benefícios compõe o Bolsa Família, este possui vinculação intrínseca com o ingresso e permanência do adolescente no ensino médio.

## **CAPÍTULO II**

### **POBREZA E A DESIGUALDADE SOCIAL**

A discussão sobre pobreza no Brasil deve ser compreendida no conjunto das mudanças econômicas, sociais e políticas que caracteriza o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, sobretudo nas últimas décadas. Esse fenômeno é um produto de uma longa trajetória histórica marcada pelo contraste entre riqueza e miséria.

Os dados divulgados pelo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE 2010 revelam que o Brasil está se tornando um país desenvolvido e erradicando a extrema pobreza, portanto, embora nos últimos anos houve melhora em aproximadamente todos os indicadores sociais, o piso ainda é baixo, fruto de um arrocho de muitos anos.

Referente as políticas públicas essas não são implementadas de forma a garantir as reais necessidades da população no campo da proteção social, ao passo que, herda-se um conjunto de medidas que acabam por reproduzir as desigualdades sociais oriundas de um sistema excludente, em que o núcleo gerador da pobreza, ou seja, a produção dessa desigualdade conforme apresenta Bava nos indica que,

Os dados do Censo que identificam o rendimento domiciliar per capita, divulgados no mês de novembro, mostram um cenário de pobreza que não está sendo debatido no espaço público: 25% da população têm uma renda mensal de até R\$188. Cinquenta por cento da população têm uma renda mensal que não ultrapassa R\$375. Traduzindo numa renda diária, os primeiros têm R\$6,27, e os segundos, R\$12,50. E estamos falando de metade da população brasileira. (BAVA, 2012, p.01).

Esses dados nos remetem a questionar sobre o impacto eficiente das políticas de combate a pobreza e extrema pobreza no contexto da sociedade brasileira, levando em consideração as mudanças econômicas, sociais políticas e culturais no interior da sociedade.

Considerando as transformações históricas, sem a pretensão de esgotar a temática pobreza, vale pontuar alguns fatos históricos que caracterizam o campo de discussões desde a década de 1970 contribuindo necessariamente para a agudização dos problemas sociais oriundos do processo contraditório da sociedade.

Esse universo da pobreza ancorada pelas relações sociais desencadeadas pelo próprio sistema capitalista potencializa que a população necessariamente viva em condições paupérrimas e de miséria, ou seja,

[...] a pobreza é fixada onde sempre esteve – como paisagem na qual é figurada como algo externo a um mundo propriamente social, como algo que não diz respeito aos parâmetros que regem as relações sociais e que não coloca por isso mesmo o problema das injustiças e iniquidades inscritas na vida social. (TELLES, 2001, p.141).

Pochmann e Amorim (2009), ao caracterizar a expansão econômica associada à situação social alarmante no período de 1930 a 1980 destacam que o conjunto de problemas era explicado de forma desvinculada de fenômenos como analfabetismo, migração, baixo nível de escolaridade, famílias numerosas, o que para estes autores trata-se na verdade de consequências do processo de um sistema desigual com ausência de políticas de reforma agrária, e da intervenção do Estado e da timidez dos movimentos trabalhistas.

Para esses autores o Brasil evitou realizar as reformas necessárias do capitalismo contemporâneo, principalmente no que concerne a reforma de caráter tributária.

Isto é, o crescimento gerava ganhos que se concentravam na parte superior da pirâmide social, e mesmo a parcela da renda que poderia permanecer nas mãos dos trabalhadores lhes era tributada, voltando ao circuito de financiar mais crescimento que concentrava ganhos no topo da sociedade. (POCHMANN e AMORIM, 2009, p.132).

No capitalismo dependente brasileiro, o Estado tradicionalmente assumiu o papel de desenvolver os setores básicos, isto é, a indústria pesada, de bens de capital. Além disso, a questão da pobreza para Arregui e Wanderley, (2009) está relacionada com o surgimento das grandes cidades e conseqüentemente aglomerações de populações oriundas do campo com o êxodo rural que, ao se instalarem nas cidades, se constitui sob condições precárias. Dado o seu caráter multidimensional, a pobreza deve ser entendida nos seus múltiplos aspectos sendo,

[...] produzida e reproduzida no seio das relações sociais, depende não apenas da renda, mas também do acesso ou da falta de acesso aos serviços sociais, a espaços de participação, ao poder e à

possibilidade de usufruir da riqueza material e imaterial socialmente construída. (ARREGUI e WANDERLEY, 2009, p. 147).

Nas concepções desses autores, as repercussões das transformações em curso abrem um fosso quase intransponível entre o fenômeno da pobreza em que circulam e fixam um contingente de trabalhadores que estão fora da sociedade produtiva formal, expostos aos riscos sociais com aumento de situações de vulnerabilidade social em todas as suas formas.

No cenário globalizado a questão da pobreza está no centro das inquietações e perplexidades diante de um futuro incerto, tendo em vista os rumos da modernização da sociedade brasileira.

Se durante décadas a pobreza foi figurada como sinal de um atraso que haveria, quem sabe, algum dia, de ser superado pelas forças do progresso, agora parece se fixar como realidade inescapável, dado incontornável posto pelos imperativos do mercado em tempos de aceleração econômica e revolução tecnológica. A atual modernização por que passa a sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que dramatiza enormemente nossa velha e persistente questão social, vem erodindo as referências pelas quais nos acostumamos a pensar – ou imaginar – as possibilidades desse país conquistar regras de civilidade em seus padrões societários. Em torno dessas imagens de uma pobreza sem redenção possível talvez se tenha uma chave para decifrar os dilemas que os tempos vêm abrindo ou reabrindo nesse país situado na periferia do capitalismo. (TELLES, 2001, p. 139).

Singer (2003), ao discutir dados sobre a pobreza no Brasil revela que na década de 1980 e principalmente na de 1990 ocorre uma elevação da desigualdade social, manifestada sob vários aspectos. A pobreza tem como sifra a exclusão social acompanhada da desigualdade de renda, que determinam seus níveis alarmantes no que concerne a apropriação da riqueza pelos mais ricos em detrimento da perda de poder aquisitivo entre os mais pobres, excluindo-lhes do acesso aos mínimos sociais para garantirem sua reprodução e sobrevivência.

Nesse contexto, Vieira (2007) ressalta que o Brasil sob o comando dos organismos financeiros como BM e FMI redirecionam suas políticas de desenvolvimento para o combate a pobreza. Com base no Relatório Mundial Sobre Desenvolvimento de 1990, esses organismos encarregam-se de orientar aos países periféricos o desenvolvimento para o combate a pobreza, tema central tratado nos relatórios sobre desenvolvimento do BM nessa década.

Considerando as análises de Silva (2007) por meio de dados do IPEA referente à conjuntura da década de 1990, verificou-se que o Brasil adentra nessa década com 14,4 milhões de famílias empobrecidas, isso significa 64,5 milhões de pessoas vivendo com rendimento per capita igual ou inferior a um salário mínimo, não sendo possível suprir suas necessidades básicas, tendo em vista a dimensão assumida pela pobreza nessa conjuntura.

Nessa lógica, o fenômeno da pobreza ganhou referência na sua centralidade, fazendo parte do discurso dos Organismos Multilaterais como BM e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, esses organismos traçam um conjunto de reformas sob a ideologia neoliberal com programas sociais focalizados.

No Brasil, programas dessa natureza tiveram algumas iniciativas municipais com a bolsa escola, em Brasília – Distrito Federal, em seguida nos municípios de Campinas – SP, Belo Horizonte – MG e Vitória – ES, precisamente na segunda metade da década de 1990.

Essa centralidade se constitui por meio de elaboração de estratégia para desenvolvimento com abertura de financiamento de políticas de combate a pobreza para países de economia periférica como é o caso do Brasil, conforme apresenta Silva, (2006).

De acordo com Telles (2001), tendo em vista as estratégias em curso sob a orientação dos organismos multilaterais, a projeção da pobreza enquanto problema público teve a alimentação como bem público e direito universal. Foi um princípio associado à campanha da fome o que balizou a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, em 1993, como uma das medidas para o enfrentamento ao combate a fome, pois conforme aludido é na década de 1990 que a questão da pobreza estava decididamente na pauta dos dirigentes públicos à medida que punha ao Brasil a necessidade de criar alternativas para combatê-la.

Dessa forma, o efeito devastador do ingresso do país às políticas neoliberais ancoradas na fragilização do trabalho e destituição dos direitos que, no caso brasileiro foram a recusa do direito o que não chegou a ser efetivado (conforme prescrito na CF de 1988 na década anterior), a perda de direitos trabalhistas e a precarização das relações de trabalho contribuem para ampliação do fenômeno da pobreza no país.

Na verdade é esse deslocamento que permite requalificar o universo da pobreza, pois trata-se um campo político construído pela convergência de várias temporalidades: o pesado legado de um passado excludente, os movimentos sociais, as reivindicações por direitos e as promessas de uma cidadania ampliada, a reestruturação produtiva e a redefinição do poder regulador do Estado em um mundo globalizado, o que projeta as políticas sociais no centro da crise ou redefinição dos modos de regulação social, já que ganham uma nova centralidade pelo aumento crescente da população excluída do contrato mercantil e contributivo. (TELLES, 2001, p.155-156).

Ao centrar-se na discussão da pobreza, Bronzo e Veiga (2007) dissertam que nas últimas três décadas as transformações de caráter econômico e tecnológico mudaram os processos de trabalho em âmbito mundial. É nesse contexto que a redução dos níveis de pobreza de contingentes significativos de populações dos países periféricos passou a ser objeto de atenção dos organismos internacionais, assim como o respeito à diversidade e equidade social, sendo esse um tema relevante nas discussões desses organismos.

Nessa lógica, a CEPAL lança em 2010 o documento A Hora da Igualdade: brechas por fechar, caminhos por abrir, em que as análises contidas no documento têm como base evidências históricas no contexto dos desafios do novo cenário mundial e aquelas exigidas pelo valor da igualdade.

As análises contidas nas propostas da CEPAL têm como base os desafios do cenário que se apresentam à luz das mudanças em curso. A estratégia do desenvolvimento no mundo atual dos países Latino Americanos leva a necessidade de reformulação completa do papel do Estado no que concerne à ampliação de medidas de caráter econômico e social nos diferentes âmbitos para o alcance de um desenvolvimento econômico e social sendo convergente com as aspirações e os direitos da cidadania. (CEPAL, 2012).

Segundo o referido documento, a estrutura do setor produtivo, bem como, os sistemas educacionais auxiliam, em grande medida, na reprodução do processo desigual da sociedade.

Mediante as lutas estabelecidas no decorrer do processo histórico, ampliaram as conquistas e os direitos de setores excluídos. No que tange a distribuição de renda, a América Latina continua assumindo os patamares enquanto uma das regiões mais desiguais do planeta. (CEPAL, 2012).

Para a CEPAL (2012) as respostas efetivas no que se refere à evidência da crise reforçam a necessidade de intervenção do Estado por meio de políticas em várias frentes e proteção social a que mediante normas e leis que oferecem políticas com propostas para o desenvolvimento almejado. Dessa forma,

Entre 1990 e 2002, a distribuição de renda na região foi marcada por grande rigidez, seguindo os aumentos de desigualdade de distribuição acumulados na década de oitenta. Por sua vez, o período 2003 a 2008 foi caracterizado não apenas por um gradativo crescimento econômico, mas também por uma ligeira, porém nítida, tendência de diminuição da concentração de renda. A nível da região como um todo, o índice de Gini caiu cerca de 5% em relação ao valor registrado em 2002 impulsionado, sobretudo, por quedas registradas na Argentina (área metropolitana); no Estado Plurinacional da Bolívia (área urbana); no Panamá (área urbana) e na República Bolivariana da Venezuela, todas superiores a 10%. Brasil, Chile, Equador (áreas urbanas), Nicarágua e Paraguai (áreas metropolitanas) também registraram reduções importantes, da ordem de 7% ou mais, deste indicador. (CEPAL, 2012, p.174).

Weissheimer, (2006) corrobora com essa discussão e reforça que o Brasil, conforme (PNAD-IBGE 2004), é um dos países de maior concentração de renda no mundo. E menciona ser o PBF um programa que tem por objetivo o combate à pobreza, por meio da associação entre o repasse ou transferência de renda ao acesso aos direitos sociais básicos como: alimentação, saúde, assistência social e educação. Pressupõe um dos objetivos centrais do programa o combate à miséria e a exclusão social além de promover a emancipação de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

Alguns autores ao discutirem sobre a pobreza no Século XXI<sup>13</sup> destacam que somente a partir desse período pode ser observado o impulso econômico retomado pelo Brasil, cujo crescimento pode estar associado também a soma da ampliação das políticas de transferência de renda assim como PBF/BVJ no país, e previdência social nos três níveis de governo. Mas acrescentam que, apesar do avanço econômico iniciado no começo deste século, isso não foi suficiente para eliminar a extrema pobreza, apesar de nos últimos anos, o país ter gerado novas oportunidades de emprego, são preocupantes as cifras alarmantes de pobreza.

---

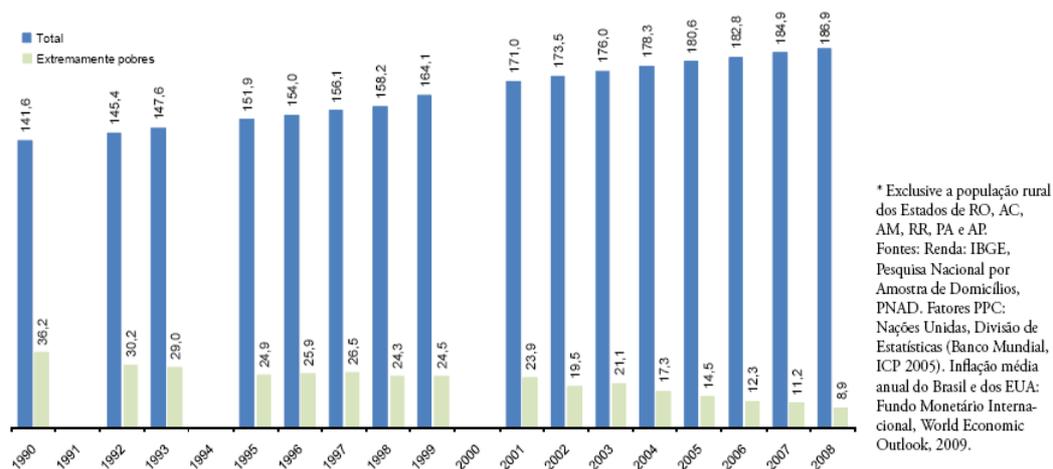
<sup>13</sup> Os autores consultados que discutem a pobreza no século XXI são: POCHMANN e AMORIM, (2009); BARROS et al 2007; BARROS et al 2009; BARROS et AL 2011.

Isso pode ser demonstrado no documento Objetivos de Desenvolvimento do Milênio por meio do Relatório Nacional de Acompanhamento, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, em março de 2010, por meio de estudos que contemplou o período de 1990 a 2008, onde se constatou a redução da pobreza extrema mediante o aumento da renda, que nos anos 1990 era de 2,2 % alcançando a cifra de 3,1%. Conforme os objetivos de desenvolvimento do milênio, exposto no presente relatório, o presente documento apresenta como uma das metas do milênio erradicar a extrema pobreza e a fome de 1990 a 2015 (IPEA, 2012a).

Conforme dados, esse documento esclarece que a população brasileira de 1990 a 2008 cresceu de 141,6 para 186,9 milhões de pessoas. Um dado importante é da população extremamente pobre ter decaído de 36,2 em 1990 para 8,9 milhões em 2008. No entanto, no ano de 2008 havia um quarto dos pobres existentes em 1990 e variou de um pouco mais de um terço dos existentes no ano de 1995, conforme apresenta o Gráfico - 1 retirado do presente documento.

Gráfico 1 – População total e população sobrevivendo com menos de US\$ PPC 1,25 por dia (em milhões) – Brasil\*, 1990/2008.

Fonte: IPEA, 2012a.



De acordo com as análises já feitas neste texto sobre o papel das políticas sociais com os programas de transferência de renda, que não vão solucionar o problema da pobreza e extrema pobreza, mas percebe-se que nos anos 1990 havia 36,2 milhões de pessoas vivendo na situação de extrema pobreza, e esse número

foi reduzido para 8,9 milhões de pessoas, sendo que 27,3 milhões de pessoas deixaram a situação de extrema pobreza.

Comparando-se com os dados que tratou Silva (2007), no início da década de 1990, essa autora trata o fenômeno da pobreza, enquanto o Gráfico acima se refere à questão da extrema pobreza, justificando assim a discrepância dos dados referentes ao número de pobres e extremamente pobres conforme referenciados.

Conforme Barros et al (2009) ao analisarem a redução das desigualdades sociais, demonstram que a pobreza atinge os grupos de populações mais vulneráveis, com uma expansão do acesso deste público a uma ampla variedade de oportunidades, criadas pelas políticas sociais no século XXI tendo em vista o crescimento econômico mensurado de 2003 a 2008. Para esses autores, mesmo as mudanças econômicas tendo contribuído para a redução da pobreza e desigualdade, essa ainda permanece sob números elevados.

O mensurado declínio da pobreza e extrema pobreza no século XXI está intrinsecamente relacionado ao crescimento da faixa da renda dos mais pobres e associado ao crescimento econômico do país. Dessa forma, parte dessa queda nas últimas décadas deve-se ao crescimento econômico e a outra parte a redução da desigualdade social, ou seja:

Avaliando a contribuição do crescimento da renda e da queda no grau de desigualdade para a redução da pobreza e extrema pobreza entre 2001 e 2008, constatamos que cerca da metade da queda na pobreza veio do crescimento econômico, e a outra metade, da redução no grau de desigualdade. Não apenas a redução na desigualdade foi fundamental para a queda na pobreza, mas também sua importância foi relativamente maior para elevar a renda dos mais carentes entre os pobres. (BARROS et al, 2011, p. 60).

Embora o crescimento econômico esteja associado a redução das desigualdades sociais, isso não significa que ele seja uma condição para isso, mas, é extremamente favorável a aplicação de parte desse recurso em políticas sociais, e isso pode ser percebido na gestão governamental dos anos 2000, e ampliou conforme já demosstramos consideravelmente os recursos voltados para essas políticas.

Barros et al (2011), ao discutirem sobre a diminuição da pobreza no Brasil e o papel das transferências monetárias públicas na queda recente da desigualdade de renda brasileira, acrescentam ainda que, de 2001 a 2007, o Brasil apresentou uma

elevada e contínua redução da pobreza e extrema pobreza dada a alguns fatores relevantes contribuintes para esse sucesso.

Esses fatores estão atrelados à proporção de adultos na família com as transformações demográficas, as alterações no mercado de trabalho, decorrentes da expansão de adultos em atividade no mercado de trabalho, bem como as mudanças na forma de distribuição de renda não oriunda do trabalho, com destaque para os PTRs e benefícios de caráter governamentais, com ênfase para o Benefício de Prestação Continuada – BPC, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI<sup>14</sup> e PBF. (BARROS et al, 2007).

Se houve uma ampliação considerável desses recursos através das políticas sociais nos anos 2000, isso não significa essas cifras serem equivalentes ao que é destinado ao grande capital. Há um conjunto de análises trazidas a tona nesses dados, nos permitindo perceber a escassês de recursos voltados para as políticas sociais, embora eles tivessem sido ampliados na primeira década do século XXI.

É certo que os PTRs não tocam no cerne do capital, ou seja, a propriedade privada, se constituindo apenas enquanto políticas desenvolvidas pelos Estados, transferindo aos mais pobres benefícios cuja origem está associada a empréstimos contraídos juntos aos organismos multilaterais, bem como dos cofres públicos.

Sobre a comparação entre recursos investidos em políticas de transferência de renda e aqueles voltados ao grande capital, Yazbek (2012) citada por Weissheimer (2006) destaca que o Brasil dispôs em 2010 de um orçamento no valor de 0,4% do PIB, equivalente a aproximadamente (11,4 bilhões)<sup>15</sup>, voltados especificamente para o Bolsa Família. Este programa não é um dos mais importantes em termos de volume de recursos investidos, mas talvez seja o de maior impacto na vida de milhões de pessoas que perpassam com a dificuldade de por comida na mesa.

---

<sup>14</sup> O BPC prevê o benefício no valor de um Salário mínimo para idosos acima de 65 anos e pessoas com deficiência cuja renda comprovada per capta familiar inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo. O PETI é um PTR a famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil cuja renda per capta familiar deve ser comprovada no valor de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. Este último no final de 2005 integrou-se com o Programa Bolsa Família o que ampliou o atendimento a cerca de 3.2 milhões de crianças em situação de trabalho infantil em ações sócio educativas e de convivência. (WEISSHEIMER, 2006).

<sup>15</sup> De acordo com o telejornal da Rede Globo “Bom dia Brasil” que foi ao ar em 20 de fevereiro de 2013, foi anunciado que o Brasil gastou média de 14 bilhões de reais com investimento para o PBF no ano de 2012.

Em contrapartida, o país gastou com juros da dívida total cerca de 5,32% do PIB, ou seja, (200,57 bilhões), considerando o valor do PIB em 2010 de acordo com o Ipeadata (2012b) ser de (3.770,09 bilhões). Quanto aos empréstimos dos organismos multilaterais, além de intensificar os números da dívida externa, intensifica a dependência e submissão dos governos as recomendações e proposições de como devem ser gastos e aplicados tais recursos, retirando dessa forma a autonomia dos Estados nacionais na aplicabilidade e desenvolvimento de suas políticas, sendo simultaneamente essa submissão critério imposto a esses países para a viabilização de empréstimos.

[...] o Estado promoveu esse financiamento intensificando a dependência desses países pela contração de empréstimos estrangeiros, colocando-se simultaneamente como refém do capital internacional e nacional, já que foi utilizado pela burguesia nacional como meio para acentuar a acumulação de capital. (PREDOLIM, 2011, p.66).

Como esses organismos não têm qualquer proposta de atacar a propriedade privada, mas tais propostas concentram-se em fortalecer o capitalismo, o que ocorre é a perda de autonomia dos Estados frente às grandes organizações financeiras, bem como a capacidade de continuar por meio das políticas sociais a garantir os mínimos sociais e combater a pobreza, sendo esse um fenômeno atribuidor de riscos ao sistema, pois provoca insatisfações sociais. Barros et al (2011) na citação abaixo nos dá dados da concentração de renda no país, e a permanência da desigualdade que se expressa na diferença da apropriação de riquezas entre ricos e pobres:

Enquanto os 40% mais pobres vivem com 10% da renda nacional, os 10% mais ricos vivem com mais de 40%. Embora a situação uma década atrás fosse certamente pior, ainda hoje, a fatia da renda apropriada pelo 1% mais rico é da mesma magnitude daquela apropriada pelos 45% mais pobres. O que um brasileiro pertencente ao 1% mais rico – isto é, que vive em uma família com renda per capita acima de R\$4.400 por mês – pode gastar em três dias equivale ao que um brasileiro nos 10% mais pobres teria para gastar em um ano. (BARROS et al, 2011, p.49).

Nessa lógica, o Estado enquanto potencializador para a redução da extrema pobreza e do desenvolvimento econômico, Pochmann e Amorim (2009), ao discutir o

crescimento econômico no século XXI, enfatizam que isso permitiu ao Estado desenvolver medidas constitucionais capazes de potencializar a melhoria na distribuição de renda no país, embora em traços incipientes, com os benefícios sociais, dos PTRs, do aumento real do salário mínimo e da previdência social, contribuindo para a melhoria das condições de consumo e oportunidades da classe trabalhadora.

Segundo matéria jornalística da revista *Le Mond Diplomatique*, publicada no Brasil de dezembro de 2011, a redução da pobreza nos últimos nove anos ocupa as cifras de declínio de 36% para 20% da população total, a desigualdade social também declinou apesar da renda per capita dos mais pobres ter aumentado 50%. A justificativa do sensível progresso é atribuída pelos organismos internacionais ao programa BF, porém trata-se de um entendimento minimalista que é endossada por eles. As concepções dos organismos internacionais revelam a incompreensão referente às reais características do complexo sistema de proteção social brasileiro consagrado pela CF de 1988. Para tanto, conforme artigo publicado nesta revista no contexto brasileiro, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi mais além do meritório PBF.

Seu maior legado foi montar uma estratégia macroeconômica articulada com o desenvolvimento social e ancorada no crescimento econômico, na geração de emprego e renda, na valorização do salário mínimo, no aumento do gasto social, no incentivo às políticas universais e no avanço das políticas voltadas para o combate à pobreza, com destaque para o Bolsa Família. Mais que isso, superamos etapa estéril em que “focalização” (Estado mínimo) e “universalização” (Estado de Bem-Estar) eram vistas como paradigmas excludentes. Passamos a considerá-las estratégias complementares e convergentes. O programa Brasil sem Miséria<sup>16</sup>,

---

<sup>16</sup> O Plano Brasil Sem Miséria, lançado em junho de 2011 tem como meta a retirada de mais de 16 milhões de pessoas da extrema pobreza até 2014. Além de objetivar a visibilidade e instrumentalizar a população quanto às políticas responsáveis pela superação da miséria, também tem como propósito elevar a renda familiar *per capita* das famílias que vivem com até R\$70,00 por mês, assim como ampliar o acesso aos serviços públicos, às ações de cidadania e às oportunidades geradas por políticas e projetos públicos. Política de transferência de renda com objetivo de superação da pobreza no Brasil. O Plano Brasil Sem Miséria tem como principal propósito de contemplar as famílias inseridas no PBF consideradas extremamente pobres e trata-se de um avanço significativo à medida que este plano propõe algo inédito, de um caráter interministerial, de caráter transversal. A renda per capita de zero a R\$70,00 é a média que mantém as famílias extremamente pobres inseridas no PBF. O Plano Brasil Sem Miséria trata-se de um projeto político de uma sequência de governos que possuem compromisso com os direitos sociais e permanência dos serviços, com objetivo de materializar o que contempla a Constituição Federal e traz como exemplo a criação do Sistema Único de Assistência social – SUAS que se tornou lei em julho de 2011 e tem a família como centro de suas ações. (BRASIL, 2011a).

recém-lançado pelo governo federal, caminha nesse sentido. (FAGNANI, 2012, p.05).

Para este autor, o desenvolvimento social recente se explica pelo conjunto de medidas pautadas no crescimento, estabilidade da economia, distribuição de renda e inclusão social que estão associados a seis núcleos importantes, sendo eles: geração de emprego e renda, crescimento econômico, aumento do gasto social, valorização do salário mínimo, políticas de caráter universais e políticas focalizadas de combate à pobreza com destaque na expansão do PBF, sendo este, destinado às famílias, independente dos arranjos familiares.

Dessa forma, como o PBF/BVJ tem como foco central beneficiar a família independente dos seus arranjos, discutir sobre família requer compreender as mais heterogêneas configurações na atualidade, sendo consenso entre os estudiosos sobre os mais variados arranjos familiares e que as mudanças na família estão relacionadas às transformações do sistema capitalista, fazendo-se necessário entender como a família se constitui na contemporaneidade, levando em conta as transformações da sociedade que atingem a família em sua totalidade.

À medida que, as metamorfoses na estrutura familiar impossibilitam identificá-la como um modelo único e ideal, ao contrário, manifesta-se como um conjunto de trajetórias individuais que se expressam em espaços e organizações domiciliares estritamente peculiares rompendo com o modelo de família de caráter nuclear.

Diante desse quadro, é somente na entrada do século XXI que os efeitos da crise da dívida externa vivenciada na década de 1980, bem como da adesão às políticas de cunho neoliberal na década de 1990 com consequências nefastas para a sociedade brasileira, começaram a ser revertidos por meio do dinamismo do mercado de trabalho mais inclusivo e de maior presença do Estado na transferência de renda principalmente com os PTRs.

Dessa forma, os PTRs atualmente se caracterizam como ferramentas de caráter estratégico de política social de combate à pobreza extrema sendo utilizadas pelos governos Latinos Americanos assim como o Brasil, pois se trata de medidas que buscam complementar e aumentar o consumo das famílias por meio de transferências monetárias, e em curto prazo reduzir a extrema pobreza, além de potencializar o fortalecimento das capacidades dos membros familiares romperem com o ciclo da pobreza. (CEPAL, 2012).

No Brasil desde a segunda metade da década de 1990, os PTRs tiveram um enorme crescimento com o Bolsa Escola, e em 2003, consolidado com o programa Bolsa Família no governo Lula, havendo a unificação de programas nacionais de transferência de renda sendo eles: bolsa escola, bolsa alimentação, (vale gás e cartão alimentação) denominado a partir de então, o PBF exige o cumprimento das condicionalidades na assistência social saúde e educação, contendo atualmente os benefícios variáveis, dentre eles o BVJ vinculado ao ensino médio.

O PBF/BVJ além de potencializar a complementação da renda familiar no médio a longo prazo, por meio do cumprimento da condicionalidade na educação, possibilita investimentos em capacidades humanas na área da educação, e contribui para melhorias que contemplarão gerações futuras. Segundo dados do MDS em fevereiro de 2008 há a implantação do BVJ, tendo como objetivo principal favorecer a permanência na escola dos jovens que eram desligados do PBF ao completarem 16 anos, e os que a partir desse programa têm seu benefício prolongado até a conclusão do ensino médio. (BRASIL, 2012c).

## **2.1 Família: origem e aspectos sócio econômicos**

Considerando que o PBF/BVJ possui como foco central o combate da pobreza e extrema pobreza e possui a família como núcleo central de atendimento por meio dessa política, e tem na figura da mãe, em sua maioria, a responsável pelo recebimento do benefício faz-se necessário discutir nesse trabalho, o conceito e a categorização de família, de forma a considerar sua gênese, bem como, as várias configurações ou arranjos familiares que no processo histórico se configura e que vem determinando novas relações desse núcleo familiar, e dessa forma contribuindo para a inserção desse público alvo no próprio PBF/BVJ, sendo este um dos programas incorporador de todos os membros da família independentes de laços consanguíneos ou não.

Os novos arranjos familiares são entendidos pelas literaturas consultadas<sup>17</sup> como famílias compostas pela união de um homem e uma mulher sem ser pelo casamento, com a existência de filhos de outros parceiros conjugais convivendo no

---

<sup>17</sup> Os autores que discutem sobre os novos arranjos familiares são: Ribeiro et al (2005); Lopes, 1994; Carvalho, 1998; Carvalho e Almeida, 2001; Neder, 2005; Mito, 1997; Szymanski, 2002; Camarano, Mello e Kanso, 2009.

mesmo lar, por famílias com divorciados gerando novas uniões ou famílias recompostas. Também são constituídos por casais homossexuais/homoafetivos que adotam ou não filhos, bem como de avós e outros familiares que cuidam de seus parentes mais novos ou mais próximos.

Trata-se ainda de arranjos de famílias de caráter monoparentais dirigidas pelo homem ou pela mulher, destacando a grande porcentagem destas famílias como sendo dirigidas por mulheres, e no conjunto do PBF esta é o membro titular do programa. Mães e adolescentes solteiras que assumem seus filhos, bem como famílias com mulheres que tem filhos com “produção independente” (sem companheiro estável), e famílias de caráter unipessoal, ou seja, famílias compostas por pessoas que moram sozinhas, e ainda, famílias com membros sem ter laços consanguíneos.

Para tanto, é preciso discutir a origem da família. De acordo com Engels (2002) essa não pode ser pensada separada da propriedade privada e que também está vinculada ao desenvolvimento das forças produtivas, possibilitando seu surgimento. Para este autor, o estudo sobre a história da família começa de fato em 1861 com a obra O Direito Moderno de Bachofen.

Engels (2002) formula nessa obra algumas teses como a de que os seres humanos primitivos viviam em situação de promiscuidade sexual, sendo um comportamento sexual, desregrado ou com ausência de regras determinadas, trata-se de sexo casual entre pessoas que se conhecem ou não, principalmente entre seres humanos não casados. A promiscuidade é denominada também por relações extraconjugais, denominada por Bachofen de heterismo, relação que se dava em que todas as mulheres de um determinado grupo pertenciam a todos os homens, em que a livre união entre eles dependia da vontade e dos seus desejos.

Essas relações excluíam o estabelecimento da paternidade, visto que a filiação somente poderia ser identificada pela linhagem feminina. As mulheres possuíam a condição de únicas progenitoras, e por isso gozavam de grande apreço e respeito, e conforme Bachofen possuíam domínio absoluto.

Esse pensador foi o primeiro a revelar o primitivo estágio de promiscuidade sexual, ou seja, relações sexuais envolvendo diversos parceiros, tratando-se de uma relação sexual com ausência de regras que não eram apenas os homens que

mantinham relações sexuais com várias mulheres, mas as mulheres também possuíam relações sexuais com vários homens.

Os estudos de Bachofen foram ignorados por muitos anos, e em 1871 o antropólogo Norteamericano Lewis H. Morgan recuperou os estudos e voltou suas pesquisas para os iroqueses, uma comunidade primitiva localizada no Estado de Nova York, e demonstrou a organização familiar vinculada ao modelo de relação baseado na poligamia, conforme Engels (2002).

Nessa comunidade vigorava-se o direito materno, pois cada filho possuía vários pais e mães, a mulher era respeitada e possuía valores divinos perante toda a sociedade. Como as relações se baseavam na poligamia, a mulher possuía vários parceiros, e todos sabiam quem era as mães dos filhos que nasciam, mas nunca se sabia ao certo quem era o pai.

Sendo assim, todos eram filhos de todos e a comunidade assumia interinamente a educação de todas as crianças. Mas à medida que o homem vai desenvolvendo os meios de produção e as forças produtivas (como o pastoreio, a criação de gado, elaboração de metais, a arte do tecido e a agricultura) ocorre a necessidade de apropriação sobre esse desenvolvimento.

Nesse contexto, o homem supera o nomadismo e passa a se fixar em um lugar, então surge a propriedade e conseqüentemente a necessidade de produzir legítimos herdeiros, para a transmissão da propriedade.

Isso faz surgir o que Engels (2002) denomina de família sindiásmica, sendo aquela não mais constituída por uniões por grupos, mas baseada na união por pares. Esse novo arranjo familiar, de acordo com o autor, é o estágio evolutivo permitindo o surgimento da família monogâmica.

A família sindiásmica elimina o direito materno e impõem o direito paterno, em que a poligamia e a infidelidade passam a ser um direito dos homens em contraposição às mulheres, que viviam com apenas um parceiro, garantindo a fidelidade, além de não mais aceitar as uniões por grupos.

Com esta crescente complicação das proibições de casamento, tornaram-se cada vez mais impossíveis as uniões por grupos, que foram substituídas pela família sindiásmica. Neste estágio, um homem vive com uma mulher, mas de maneira tal que a poligamia e a infidelidade ocasional continuam a ser direito dos homens, embora a poligamia seja raramente observada, por causas econômicas; ao mesmo tempo, exige-se a mais rigorosa fidelidade das mulheres,

enquanto dure a vida em comum, sendo o adultério destas cruelmente castigado. (ENGELS, 2002, p. 50).

Essa é a lógica e a origem da família monogâmica, de acordo com Engels (2002) suas raízes estão no surgimento da propriedade privada associada ao desenvolvimento das forças produtivas. A família monogâmica nasce da família sindiásmica, baseia-se no predomínio do homem sobre a mulher, a essa resta apenas à procriação dos filhos que terão a qualidade de herdeiros, cuja paternidade seja indiscutível, afinal há maior solidez no matrimônio e garantia da filiação.

Ao discorrer sobre essa sujeição, o autor se refere como exemplo à família romana, cuja origem da palavra deriva de *famulus*, tendo por significado escravo doméstico “[...] e a família é o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem”. (Engels, 2002, p.60).

No entanto, ao discutir sobre o conceito de família remete-se à complexidade desse conceito na atualidade, já que não podemos classificar como família apenas aqueles modelos ou arranjos baseados na monogamia, ou o que muitos autores delinham como famílias tradicionais.

Dessa forma, a discussão pretende abordar a problemática familiar levando em conta as transformações que atingem a família em sua totalidade, ao passo que, as metamorfoses na estrutura familiar impossibilitam identificá-la como um modelo único e ideal, ao contrário, manifesta-se em um conjunto de trajetórias individuais expressas em espaços e organizações domiciliares estritamente peculiares.

No Brasil, as políticas voltadas para o atendimento às famílias serão desenvolvidas inicialmente no Estado novo, sendo essas as primeiras políticas públicas voltadas para o atendimento dessa instituição, limitando-se a família e educação, num contexto de autoritarismo, cujos interesses estatais se restringiam ao controle familiar, com base na família regular, saudável, pautada na eugenia que apostava no branqueamento da sociedade na época, ou seja, com desdobramentos para o racismo, conforme Neder (2005).

Diante disso, na concepção de Miotto (1997) discutir família é entender que seu pressuposto trata-se de uma instituição social historicamente condicionada e dialeticamente articulada com a estrutura social que esta inserida. Pensá-la enquanto grupo natural significa ocultar seu caráter histórico, onde se naturaliza a sua relação. A partir disso, trabalha-se com estereótipos de ser pai, mãe e filho,

deixando de lado a dinâmica relacional estabelecida em cada família que não é dada, mas sim construída historicamente a partir das relações cotidianas, onde as negociações ocorrem no interior do conjunto familiar, como também, no meio social mais amplo e externo.

Ribeiro (2005) reconhece o processo de urbanização, a partir da década de 1950, associado à industrialização e ao crescimento econômico, contribuindo para a mudança dos valores familiares e a redefinição de papéis no conjunto familiar, principalmente o papel da mulher, com o seu ingresso no mercado de trabalho o que se intensifica com a crise desencadeada na década de 1970.

Sob essa mesma perspectiva Neder (2005) afirma que o processo de industrialização influencia nas mudanças referentes à estrutura familiar, com o aumento do ingresso da presença da mão de obra feminina no mercado de trabalho, para este autor:

Sem dúvida, o processo de industrialização/urbanização, que ocorre sem que haja modificações na estrutura fundiária, é perverso e irreversível e constitui fato que agrava estas dificuldades. Observa-se, entretanto, o destaque dado por alguns economistas, por exemplo, à presença das mulheres no mercado de trabalho. Está claro que ocorrem na sociedade brasileira fenômenos mais ou menos recorrentes em processos de industrialização/urbanização, tal qual em outras formações sociais, na passagem à modernidade. Neste particular, a constituição do mercado de trabalho capitalista e a inserção/exclusão das mulheres neste contexto produziram efeitos sobre a estrutura familiar. (NEDER, 2005, p.43).

Ribeiro et al (2005) ao desenvolverem o estudo sobre família nos permitem apreendê-la numa perspectiva temporal nos diferentes momentos históricos, levando em conta a trajetória percorrida e entendendo-a enquanto etapas do desenvolvimento familiar. As famílias em cada etapa de desenvolvimento se constituem de formas distintas, construindo diferentes estratégias para obter mecanismos para sobrevivências e bem estar, em que os comportamentos são diversos e adaptados à procura de satisfazer as necessidades de seus membros que se expressam na vida cotidiana em suas diferentes esferas.

Ao analisar o conjunto das referências tratando do tema família observa-se um consenso entre os autores<sup>18</sup> que discutem essa temática, ao concordarem na

---

<sup>18</sup> Dentre os autores pode-se destacar: Ribeiro et al (2005); Lopes, 1994; Carvalho, 1998; Carvalho e Almeida, 2011; Neder, 2005; Mioto, 1997; Szymanski, 2002; Camarano, Mello e Kanso, 2009.

dinâmica da unidade familiar no decorrer do processo histórico passando por modificações constantes, não sendo, portanto, linear e nem seguindo um percurso único, e dessa forma, seu conceito deve considerar sua complexidade tendo em vista o conjunto de arranjos familiares que vem se consolidando e se constituindo no tempo no âmbito das relações sociais.

Há o consenso de que as fragilidades das famílias encontradas em situação de vulnerabilidade social, aquelas expostas necessariamente aos riscos, estão associadas diretamente à sua condição de pobreza, sobretudo ao modelo de distribuição de renda, além de consubstanciar em mudanças no núcleo familiar.

Dessa forma, tem-se observado o aumento das famílias de caráter monoparentais, especialmente aquelas chefiadas por mulheres. A questão migratória é outro fator preponderante, pois se refere a uma estratégia de sobrevivência, e dessa forma, fragiliza os vínculos à medida que atinge membros e se apresenta como uma das razões para desagregação familiar. Além disso, a heterogeneidade que revela as famílias na contemporaneidade se caracteriza como um fator preponderante para compreendermos que estas se formam por elos afetivos fortes, núcleo de sobrevivência espiritual e material, sendo esse um instrumento fundamental viabilizador da vida, e constituidor também, como substrato da identidade social no contexto das relações.

O debate estabelecido sobre família está relacionado às novas relações estabelecidas entre mercado, Estado e família. O resultado dessas novas relações é a profunda refuncionalização do Estado devido ao esgotamento das políticas keynesianas, nos países centrais, com implicações nos países periféricos, já apresentadas no capítulo 1. Trata-se da crise que tem redefinido o papel da proteção social no âmbito do aparelho Estatal.

Nessa conjuntura marcada pela crise das políticas do Estado de Bem Estar Social nos países centrais, bem como o fim das economias socialistas com a retomada do pensamento liberal através do mercado regulador e de influência neoliberal, tem-se o Estado mínimo, principalmente nos países de economia dependente que se legitima a atender os interesses únicos do mercado e altera de forma significativa o núcleo familiar. Ao empreender essa análise, Lopes destaca que:

A família nuclear moderna surge como uma categoria interpretativa, como um tipo ideal que num determinado período permitiu a compreensão do real. Nessa concepção, todos os arranjos familiares que se encaixavam dentro deste modelo eram considerados famílias “boas”, “certas”, “estruturadas”, sendo que todos os arranjos que não se enquadravam, constituíam-se em disfunções do sistema ou simplesmente em famílias desorganizadas e/ou desestruturadas. (LOPES, 1994, p. 24).

Para este autor, o termo famílias desorganizadas e/ou desestruturadas é utilizado para designar arranjos familiares que não estão de acordo com os padrões das famílias nucleares e vistas como instituições sociais cujo bom funcionamento está em desequilíbrio dentro da funcionalidade do sistema, ou seja, estão em desvio ou disfunção quando apresenta novas configurações familiares não sendo, portanto, vistas como respostas das condições históricas e estruturais da sociedade.

Nessa perspectiva, Lopes (1994) ao analisar a desestruturação familiar destaca o fato de que famílias em situação de pobreza são enquadradas como desestruturadas por constituir-se de novos arranjos familiares que fogem dos padrões convencionais de famílias

Tais motivos não são suficientes para considerá-las como desajustadas ou desestruturadas dadas à conotação negativa e vazia de explicação da realidade concreta, que tende a naturalizar os problemas oriundos de um sistema excludente, onde os determinantes sócios econômicos, sociais, políticos e culturais contribuem para que famílias em situação de pobreza ou fora dos padrões “normais” se constituam como tal, uma vez que são resultados das relações contraditórias do próprio sistema capitalista de produção.

Ribeiro (2005), ao discutir sobre a crise econômica intensificada no Brasil na década de 1980 e 1990, destaca a adesão às políticas de cunho neoliberal que obrigou as famílias a reformularem suas estratégias de sobrevivência, sobretudo no que se refere à obtenção de renda, na tentativa de fugir ao máximo dos impactos da recessão, do desemprego estrutural e da perda do seu poder aquisitivo, conforme já mencionado anteriormente.

Sobre esse aspecto, Carvalho (1998), evidencia que o processo de transformação de nível econômico é acompanhado por uma modernização das relações familiares, isso vem modificando os padrões de investimentos financeiros na manutenção do núcleo familiar, pois o acesso sobre rendimentos dos membros

das famílias enfraquece as obrigações mútuas entre as gerações, em que o homem se desobriga das responsabilidades familiares.

De acordo com Carvalho (1998) o processo gerador da ruptura das relações e funções familiares, associado à crise econômica dos anos de 1980 e agravadas em 1990, indicadas também no capítulo 1, e a conseqüente perda do poder masculino como gerador da renda têm sido apontados por intelectuais como um possível fator que influenciou no aceleramento do aumento de famílias chefiadas por mulheres.

Para esta autora, as evidências empíricas comprovam que grande parte das famílias chefiadas por mulheres está associada à condição de pobreza, uma vez que, a vulnerabilidade econômica tem contribuído para o aumento de mulheres chefes de famílias, embora nem todos os domicílios chefiados por mulheres sejam necessariamente pobres.

Entender a família no contexto atual remete compreender a sua importância, independente da forma que assuma.

No período de 2001 a 2009, os dados da PNAD evidenciam a continuidade do aumento da proporção de famílias chefiadas por mulheres no Brasil. O percentual nesse intervalo de tempo subiu de aproximadamente 27% para 35%, o que, em termos absolutos representa 21.933.180 famílias que identificaram como principal responsável uma mulher em 2009. Essas famílias, no entanto, são bastante heterogêneas e apresentam as mais diversas configurações: mulheres solteiras, separadas ou viúvas com filhos e tendo ou não parentes e/ou agregados em casa; mulheres solteiras, separadas ou viúvas, sem filhos com presença ou não de parentes e/ou agregados; mulheres solteiras, separadas ou viúvas morando sozinhas; e, ainda, mulheres casadas chefiando a família mesmo tendo um marido ou companheiro em casa, com ou sem filhos. (IPEA, 2012c, p.05).

Nessa direção, Carvalho e Almeida (2011), tratando da situação da família brasileira no contexto das transformações que contribuem para a sua composição, delineadas por conceitos heterogêneos, num primeiro momento afirmam que:

[...] o conceito de família é polissêmico, com várias acepções. No sentido mais restrito, ele se refere ao núcleo familiar básico. No mais amplo, ao grupo de indivíduos vinculados entre si por laços consangüíneos, consensuais ou jurídicos, que constituem complexas redes de parentesco atualizadas de forma episódica por meio de intercâmbios, cooperação e solidariedade, com limites que variam de cultura, de uma região e classe social a outra. Nas sociedades contemporâneas ocidentais, o modelo arquetipo é a

família conjugal tradicional, constituída pelo casal e seus filhos não emancipados, e que residem em um domicílio independente. Contudo, como já se avançou, há uma brecha clara e crescente entre este modelo e uma realidade muito mais plural, na qual uma proporção crescente de famílias não se enquadra nesse padrão. (CARVALHO e ALMEIDA, 2011, p.111).

Esses autores destacam que os aumentos do desemprego associados aos baixos níveis de rendimentos inviabilizam o homem como o único provedor da família, e também contribui para que ele sinta-se culpado pela situação apresentada. Ao não mais garantir o seu papel enquanto provedor da família, o homem, associa-se as circunstâncias ao seu fracasso, sentindo-se impossibilitado e exposto a outros riscos sociais, isso conseqüentemente pode levar ao abandono familiar, violência, alcoolismo e entre outras situações semelhantes.

O processo de concentração de renda e aumento da pobreza afeta de forma dramática as relações de parentesco, característica do padrão de famílias de caráter nuclear causando dessa forma o rompimento dos vínculos e das relações. As mudanças estruturais pautadas na reorganização do capital para superar suas crises cíclicas, são acompanhadas de novos valores, normas e práticas que se manifestam e modificam comportamentos, impondo novos padrões culturais presentes nas famílias.

Além disso, famílias brasileiras nos anos de 1990 assumem características diversas, como a redução do número de filhos, cujo dado era de 6,3 nos anos 1960, chegando a 2,5 filhos nos anos 1990, indicando a acentuada queda na taxa de fecundidade da população feminina em idade fértil.

Portanto, para Carcalho e Almeida (2011), ao analisar sobre o ingresso da mulher no mercado de trabalho, ressalta que esse fenômeno contribuiu para estas terem menos tempo de sua vida dedicados a reprodução, especialmente as mulheres até trinta anos, por disponibilizarem parte de seu tempo para o trabalho e para a vida conjugal, reduzindo dessa forma o número de filhos e até a opção por não tê-los. Para Mito, (1997) a gravidez na adolescência é outro fator preponderante na alteração do conjunto familiar, tendo em vista o aumento da concepção em idade precoce, sendo esse um dado significativo.

Outro ponto destacado por esta autora é o aumento da união consensual e da coabitação, que já não é mais considerado como reflexo da pobreza, paralelamente

houve um decréscimo da união religiosa em detrimento de uniões por meio de casamentos civis.

Frente a essa realidade, continua a discussão, no contexto brasileiro embora apresente queda de 2,5% de famílias de caráter nuclear no período de 1981 a 1989 ainda predomina a organização familiar desta natureza, ou seja, aquelas compostas por pais, mães e filhos. Em contrapartida, tem-se o aumento significativo de organização familiar de caráter monoparental, cuja predominância é dada às mulheres chefes de família, essa alteração registrou-se o aumento de 2,2% entre os anos de 1981 a 1989.

As propensões dessas mudanças no conjunto familiar se adentram a década de 1990 onde a família pode ser vista como “[...] uma caixa de ressonância dos problemas e desafios deste final de século, que envolvem problemas de ordem ética, econômica, política e social” (MIOTO, 1997, p.121).

Szymanski (2002) ao se apropriar da teoria de Kaslow (2001) referente aos novos conjuntos familiares, pontua outra característica importante no que se refere à família, retrata as novas configurações familiares como sendo recomposições decorrentes do conseqüente aumento de separações e divórcio ocorridos nos últimos anos. As várias definições dos tipos de composição familiar obtêm as seguintes características:

- 1) família nuclear, incluindo duas gerações, com filhos biológicos; 2) famílias extensas, incluindo três ou quatro gerações; 3) famílias adotivas temporárias (Foster); 4) famílias adotivas, que podem ser bi-raciais ou multiculturais; 5) casais; 6) famílias monoparentais, chefiadas por pai ou mãe; 7) casais homossexuais com ou sem crianças; 8) famílias reconstituídas depois do divórcio; 9) várias pessoas vivendo juntas, sem laços legais, mas com forte compromisso mútuo. (KASLO, 2011 *apud* SZYMANSKI, p.10 ).

Numa perspectiva semelhante, os autores Camarano, Mello e Kanso (2009) destacam que, atualmente identificam-se as famílias menores e mais heterogêneas do que em décadas atrás, há uma população de famílias unipessoais, ou seja, pessoas que moram sozinhas e de um número crescente de famílias onde a mulher é a chefe, com ou sem filhos, de famílias que apresentam três gerações habitando a mesma casa, além da redução de famílias formadas pelo casal e filhos.

Entre 1982 e 2007, a população brasileira aumentou de 122,5 milhões para 186,5 e o número de domicílios passou de 27,5 milhões para 55,7. A taxa de fecundidade total caiu de 3,5 filhos, em 1984, para abaixo dos níveis de reposição, atingindo 1,8 em 2007. As taxas de fecundidade no Brasil vêm caindo notonicamente desde meados dos anos de 1960, acompanhando o comportamento de vários países em desenvolvimento. Uma consequência dessa queda é a redução do tamanho médio dos domicílios, que passou de 4,4 para 3,3. Esta redução é resultado, também, das mudanças na nupcialidade (não casamentos, separações). Isso leva a um aumento na proporção de pessoas morando sozinhas, o que também contribui para a redução do tamanho médio dos domicílios. (CAMARANO, MELLO, KANSO, 2009, p. 29).

Para essas autoras há um aumento de famílias chefiadas por idosos, desempenhando papéis anteriormente não vistos. É válido destacar que as transformações refletidas em novos arranjos familiares ocorrem por meio de processos lentos, ao passo que, sofrem influências de fatores sociais e culturais, que necessitam de tempo para se concretizarem.

Conforme Mioto (1997), as transformações aludidas que afetam o cerne do conjunto familiar e alteram suas configurações devem ser compreendidas como decorrentes de uma multiplicidade de aspectos que precisam ser considerados, como a nova posição da mulher na sociedade, bem como, a mudança de hábitos e costumes, especificamente no que se refere à sexualidade - dado merecedor de atenção. Associado a isso, o avanço dos meios de comunicação, bem como o desenvolvimento técnico-científico contribuidor para novas invenções dos métodos contraceptivos ganham destaque como fatores que auxiliam para as novas configurações de famílias.

[...] as mudanças acarretaram uma fragilização dos vínculos familiares e uma maior vulnerabilidade da família brasileira (número de filhos, separações, divórcios) e a sua nova composição (famílias nucleares, aumento crescente das famílias monoparentais e especialmente de mulheres chefiando famílias, aumento das pessoas sozinhas). As famílias menores, sem dúvida, são mais vulneráveis às situações de crise, como mortes, desemprego, doenças e outros. (MIOTO, 1997, p.120).

Na tentativa de identificar os matizes e as especificidades que determinam as relações familiares e conseqüentemente de reprodução, devem-se pensar os problemas sociais associados às condições de vulnerabilidades das famílias. Nesse contexto, a família além de se constituir por elos afetivos fortes, também se constitui

como o núcleo de sobrevivência espiritual e material, é um instrumento fundamental que viabiliza a vida, e se constitui também como substrato da identidade social no contexto das relações, mesmo que essas perpassam pelas piores condições de vida associados à condição de pobres conforme Szymanski (2002).

Tendo em vista as transformações nos conjuntos familiares no decorrer do processo histórico, Lopes (1994) ao fazer o exercício para compreender as mudanças nas bases legais, no que diz respeito à família, destaca que é a partir da CF de 1988 que se avança quanto à questão da família, ao passo que, à Constituição de 1969 reconhecia a família constituída com base no casamento, cujo caráter era individual.

Para esse autor, a nova proposta com a CF de 1988 reconhece a entidade familiar como à união estável entre o homem e a mulher, independente da existência do casamento religioso ou civil, bem como a entidade familiar de caráter monoparental, instituída por um dos pais e seus descendentes.

Embora a CF de 1988 apresente avanços no que se refere ao reconhecimento dos novos arranjos familiares, ela não reconhece as famílias constituídas sem laços de alianças e/ou consanguinidades, bem como, as famílias compostas por casais homossexuais. Sob as análises acerca da evolução na legislação brasileira no que se refere à nova concepção de família, Costa (2005), destaca:

A nova definição constitucional de família, tornando-a a mais inclusiva e sem preconceitos; a igualdade de direitos e deveres entre os homens e mulheres na sociedade conjugal; a consagração do divórcio; a afirmação do planejamento familiar como livre decisão do casal; e a previsão da criação de mecanismos para coibir a violência no interior da família são o resultado das lutas feministas junto aos legisladores constituintes. (COSTA, 2005, p. 21).

Nesse sentido, Itaboraí (2011) ressalta que a legislação sobre família não pode se limitar a vínculos de afetividade e sociais, ao pretendermos contemplar essas dimensões, não se deve negar a pluralidade dos arranjos familiares concretamente no plano das políticas sociais, é preciso antes de tudo um olhar atencioso de forma a considerar o já previsto nas legislações e o que ainda falta para avançar e para ser assegurado como direito.

Deve-se notar, contudo, que o reconhecimento legal é um passo importante, senão o primeiro, para permitir a implementação de políticas públicas de uma perspectiva de cidadania (direitos assegurados) e não caridade estatal que varie conforme os valores e modelos de família apreciados por cada governo. Esta é também uma forma de garantir a estabilidade das políticas públicas para a família numa sociedade democrática, de forma que sejam condizentes com os valores de nossa época. (ITABORAÍ, 2011, p.15).

As mudanças na estrutura familiar levaram as famílias na década de 1990 a tornarem-se mais efêmeras e heterogêneas, os divórcios e os novos casamentos se caracterizam muito mais complexos e intrincados as redes de parentescos e de solidariedade, assumem uma variedade de arranjos, que exigiram do Estado mudanças conceituais de caráter jurídico, conforme destaca Pereira (2010).

Seguindo o raciocínio de Lima (2006) quanto mais o Estado se exime de sua responsabilidade no âmbito da proteção social maior será a sobrecarga das famílias no provimento de suas necessidades básicas. Isso requer um redirecionamento das ações Estatais, que têm um aumento expressivo de sua demanda, num contexto de enxugamento de recursos para saná-las.

Alencar (2010) ao partir dessa análise retrata que nos anos de 1990, marcado pelo agravamento do desemprego onde a inserção no mercado de trabalho torna-se cada vez mais difícil, a família torna-se talvez a possibilidade única para os sujeitos promoverem as suas reais necessidades tendo em vista a inoperância ou inexistência de mecanismos de proteção social que levem em conta as repercussões dramáticas oriundas dos problemas relacionados da precarização do mundo do trabalho.

Para esse autor, é válido lembrar que o discurso ideológico que escamoteia os efeitos da crise econômica e retração do Estado no que concerne à proteção social, dissemina a ideia da família como sendo a maior responsável pelo provimento das necessidades de seus membros.

Stamm e Mioto (2011) inspirando-se nas ideias de Êssen com relação à família argumentando a proteção e o cuidado como os grupos familiares estão relacionados ao processo direto de qualidade de vida no contexto socialmente determinado.

No Brasil, especialmente as famílias empobrecidas estão sendo pressionadas pelo modelo de política econômica adotada pelos governos, já que esta não vem

assegurando as condições mínimas de sobrevivência tais como: acesso ao emprego, moradia, segurança, serviços públicos de qualidade, mas ao contrário, permite o desencadeamento de processos migratórios, desemprego em massa, exclusão e empobrecimento acelerado, além da ausência de serviços públicos gerando insegurança para as famílias em todas as suas formas.

A família mesmo em uma sociedade geradora da desagregação ou enfraquecimento de seus vínculos se constitui enquanto espaço privilegiado de socialização de divisão de tarefas, com prática de tolerância e busca coletiva de mecanismos de sobrevivência.

Também entendida como lugar inicial para o exercício da cidadania, levando em conta os princípios da igualdade, do respeito, bem como, dos direitos humanos, sendo a família o espaço imprescindível,

[...] para a garantia da sobrevivência de desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. (FERRARI e KALOUSTIAN, 2005, p.11-12).

A família tem o papel significativo na educação formal e informal, num espaço onde são absorvidos todos os valores e onde se constrói os laços de sentimentos solidários. É no interior dela que se constroem entre gerações as bases intrínsecas aos valores culturais observados,

[...] enquanto forma específica de agregação, tem uma dinâmica de vida própria, afetada pelo processo de desenvolvimento sócio-econômico e pelo impacto da ação do Estado através de suas políticas econômicas e sociais. Por esta razão, ela demanda políticas e programas próprios, que dêem conta de suas especificidades, quais sejam, a divisão sexual do trabalho, o trabalho produtivo, improdutivo e reprodutivo, a família enquanto unidade de renda e consumo e forma de proteção de serviços em seu espaço peculiar que é o doméstico. (FERRARI e KALOUSTIAN, 2005, p.02).

De acordo com esses autores a família deve ter referência central nos programas de caráter social com visibilidade política, ser alvos de ações que contemplem de fato as reais necessidades dos membros familiares, considerando as

novas consolidações das expressões da “Questão Social” dada à conjuntura atual no país, onde as estratégias de combate à pobreza interferiram necessariamente nas relações de mercado ao passo que é nas relações intrínsecas a ele que emergem as condições desiguais e contribui para a reprodução da exclusão social.

Com o aceleramento da pobreza, são necessárias medidas com implantação de PTR, que complementam a renda familiar, se não a única fonte em muitos casos.

A implantação desses programas trata-se de medidas indispensáveis na composição de uma política de proteção às famílias, com maior visibilidade e consenso na sua importância e apresenta-se como resposta às consequentes performances do sistema capitalista, que concentra renda e gera desigualdade social em todas as suas formas, associados ao desemprego massivo, expansão do trabalho informal e pobreza absoluta. “A complementação de renda se destina a grupos familiares sem renda ou cuja renda é insuficiente para garantir o mínimo necessário à sobrevivência, que varia segundo o custo e as condições médias de vida de cada país”. (CARVALHO, 2005, p.107).

Carvalho (2005) acrescenta ainda que, mesmo os programas sociais se caracterizarem de forma focalizada no contexto do sistema capitalista não é possível ignorá-los, à medida que são programas contempladores da renda de famílias pobres, como o PBF, por exemplo, o que tem um caráter significativo para esse público, afinal apresenta-se como um salto qualitativo no contexto da sociedade brasileira, sobretudo pelo fato de reforçar a garantia dos direitos sociais.

Mesmo sabendo haver muitos desafios no que diz respeito ao rompimento do seu caráter compensatório e seletivo para aqueles que na condição de pobres têm nesses programas uma complementação de renda e o seu reconhecimento enquanto cidadãos de forma a romperem com cultura de tutela e subordinação assistencialista, entendendo-o como um meio e não um fim.

Diante disso, compreender a família enquanto conjunto de sujeitos sociais requer atenção prioritária por meio das políticas sociais, implicando na busca de desafios com opções eficazes e coletivas na proteção familiar no conjunto de suas reais necessidades. “O reconhecimento da família como totalidade implica também reconhecê-la dentro de um processo de contínuas mudanças. Estas são provocadas por inúmeros fatores, que estão aqueles colocados pelo processo de desenvolvimento de seus membros”. (MINUCHIN apud MIOTO, 1997, p. 124).

O acesso ao direito social por meio das políticas sociais deve contemplar as famílias na sua complexidade, e isso só é possível com a intervenção do Estado, no entanto, apesar desse Estado ser constituído pelo interesse de classes antagônicas, e representar dessa forma os interesses hegemônicos da classe dominante, o mesmo dispõe de uma dimensão pública que expressa luta por interesses coletivos, pois os direitos sociais são frutos de um processo de luta e negociações com o bloco do poder para o seu reconhecimento legal por meio de implantação de leis.

Partindo da lógica de o PBF/BVJ fazer parte do conjunto de políticas sociais, e tratar-se de uma das primeiras ações do Estado de âmbito nacional dirigida à família em situação de pobreza que reconhece os múltiplos arranjos familiares. No entanto, por mais que se caracteriza como uma política seletiva tem demonstrado impactos na adesão de milhares de famílias no contexto brasileiro, contribuindo conforme já aludido para a redução do número de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza.

De acordo com Weissheimer (2006), o PBF é no mínimo uma referência do quanto é possível fazer política dessa natureza, uma vez que, é capaz de provocar mudanças na vida de muita gente “Quando não se tem nada, a vida pode começar a mudar com um prato de comida na mesa. Alguém duvida?”. (WEISSHEIMER, 2006, p. 123).

Considerando o contexto de transformações sociais particularmente na década de 1990 em que as expressões da “Questão Social” são aguçadas, devido o aumento da pobreza, indigência e fome, tem se observado as importantes medidas de enfrentamento desses fenômenos, como os programas de transferência de renda, dentre eles o PBF/BVJ. Todavia podemos avaliar como uma política de inserção mínima no consumo, cujo papel é este mesmo.

Mas como afirma Silva (2008) o PTR/PBF/BVJ não pode ser invalidado no seu significado para a sociedade brasileira, o que se constitui para população beneficiária extremamente pobre, sendo que esse público encontra-se excluídos das condições mínimas de subsistência, enfatizando o seu limite no que se refere às mudanças mais profundas de situações de pobreza, levando em conta seus reflexos para o conjunto de famílias brasileiras.

O Brasil por meio de implantação de PTR como o PBF/BVJ tem centrado suas ações no conjunto de famílias que vivem em situação de pobreza e extrema

pobreza, cujas cifras aumentaram de forma significativa na década de 1990, sobretudo com reflexos nefastos para as famílias em situação de vulnerabilidade social. As mudanças nessa conjuntura correspondem com a ampliação substantiva de incorporação no PBF.

O BVJ é um dos PTRs que contempla todos os arranjos familiares independente de laços consanguíneos ou não. Por constituir a família como público prioritário no atendimento por meio das políticas de saúde, educação e assistência social, requer ações de acompanhamento familiar constante como alternativa de fortalecimentos de vínculos familiares e comunitários, além de fomentar a garantia dos direitos sociais básicos.

Dado o caráter da família, tendo em vista que o núcleo familiar não é uma ilha de consensos e virtudes num mar conturbado de dimensões e tensões sociais.

É por isso que se diz que as famílias, mesmo as mais pobres, podem ser simultaneamente descritas como instituições fortes e frágeis [...]. Fortes, porque elas são um componente central da integração social mediante a qual os indivíduos podem encontrar um refúgio contra o desamparo e a exclusão. Fortes, ainda, porque é nelas que se dá a reprodução e onde são transmitidos valores culturais básicos. Mas elas também são frágeis pelo fato de que não estão livres de despotismos, violência, confinamentos, desencontros e rupturas. Tais rupturas, por sua vez, podem gerar inseguranças, mas também podem abrir portas para a emancipação e bem-estar de indivíduos. (PEREIRA, 1995, p. 109).

A discussão sobre família no âmbito dos programas sociais envolve um conjunto de aspectos que devem levar em conta as diversas configurações familiares e suas relações que se estabelecem no interior dessas, tendo em vista que na atualidade o modelo de família apesar de ser heterogêneo não mudou as funções principais do núcleo familiar, sendo constituído por:

Um núcleo de pessoas as quais convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserido. (NORA e MIOTO, 2006, p.04).

Por mais que as mudanças sociais nas últimas duas décadas repercutiram na esfera familiar produzindo significativas alterações, não podemos analisar o conjunto

familiar de forma isolada, mas, levar em conta o conjunto das determinações que rebatem no funcionamento do Estado enquanto provedor de políticas sociais.

A família é um elemento importante para pensar as políticas sociais, sendo assim os PTRs vinculados ao ensino médio têm sua importância na complementação de renda familiar por meio do PBF/BVJ como alternativa no estabelecimento do combate a pobreza no Brasil, e no reforço da garantia dos direitos sociais básicos, tal vinculação está pautada no fato de que o PBF/BVJ se refere a uma das políticas de abrangência nacional dirigida a famílias em condição de pobreza e extrema pobreza que independem dos arranjos familiares para sua inserção, pois não são os membros familiares que definem a inserção ou não de uma família no programa, mas sim a comprovação da renda familiar per capita comprovado no valor de zero a R\$140,00.

Com objetivo de compreender a política de transferência de renda com destaque ao PBF/BVJ, pretende-se contextualizar o surgimento e a importância desse programa, considerando que se toda política social alimenta a roda da reprodução do capital, também tem mantido vivas muitos homens e mulheres, que podem se incorporar na luta pelos muitos outros direitos sociais.

## **2.2 O Programa Bolsa Família/Benefício Variável Jovem: condicionalidades e sua história no Brasil**

A discussão na literatura sobre os PTRs no Brasil tem em comum a ênfase no cumprimento de condicionalidades, com a finalidade de elevar os níveis educacionais, reduzindo a evasão escolar, o trabalho infantil, visando à melhoria dos indicadores de saúde e nutrição, sendo essas, estratégias no cumprimento de metas para melhorar as condições de vida da população em situação de pobreza, conforme Freitas (2008).

De acordo com Wessheimer (2006), no Brasil os primeiros estudos sobre o combate as desigualdades sociais começaram com Celso Furtado em 1968 cuja obra Um Projeto para o Brasil defendia a necessidade de mudar a distribuição do perfil da demanda agregada.

Dessa forma, e, em 1975 pós-milagre econômico brasileiro Antonio Maria da Silveira, discutiu seu primeiro ensaio sobre renda mínima, em que publicou na

Revista Brasileira de Economia - RBE um artigo com título moeda e redistribuição de renda, entendendo a economia brasileira conforme estruturada não dando conta de atender as necessidades básicas da população mesmo que inseridos no mercado de trabalho, havendo um distanciamento entre crescimento econômico e bem estar conforme Silveira (1981).

Os PTRs no Brasil ganharam força na década de 1990, passando ser parte da agenda política por meio da aprovação do projeto de lei de autoria do senador Eduardo Suplicy do Partido dos Trabalhadores – PT. O propósito do programa era a garantia de renda mínima, destinado à população do país com idade igual ou superior a 25 anos.

O desenvolvimento de PTR situa-se no âmbito da proteção social, as experiências pioneiras de implantação no Brasil se efetivaram em algumas cidades do país, com a Bolsa Escola, implementado no Estado de São Paulo nos municípios de Campinas, Ribeirão Preto e São Paulo, sendo essas experiências, restritas e de caráter municipal que se transformaram posteriormente em modelos inspiradores das propostas subsequentes.

Essas experiências decorrentes no Estado de São Paulo se associaram a outras posteriormente implantadas em Brasília e começaram a ganhar destaque na agenda governamental. Precisamente a partir de 1996 os programas passam a ter amplitude nacional principalmente com a implantação do PETI, que segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD, “[...] o Brasil retirou, entre 2002 e 2004, quase meio milhão de crianças do trabalho infantil. Ocorreu uma redução de 2.988.294 (2002) para 2.574.717 (2004) no número de crianças de 5 a 14 anos no trabalho”. (WESSHEIMER, 2006, p.46).

Outro destaque é o Benefício de Prestação Continuada da política de assistência social que também toma amplitude nacional enquanto um benefício que transfere renda a famílias em situação de vulnerabilidade social e integra a proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Em 2001 há uma proliferação de PTRs no Brasil de iniciativa do governo federal com a descentralização para os municípios, nesse contexto há a transformação do programa nacional de garantia de renda mínima para toda criança em idade escolar vinculado a educação (programa bolsa escola), a criação da bolsa

alimentação, além da expansão do PETI e do BPC, este último um benefício da política de assistência social, conforme já mencionado.

A partir de 2003, conforme já mencionado neste trabalho o início do governo Lula os PTRs são marcados por mudanças substanciais, na direção da construção de uma política pública de transferência de renda de maior abrangência. Há a unificação de programas nacionais de transferência de renda sendo eles: bolsa escola, bolsa alimentação, (vale gás e cartão alimentação) denominado a partir de então o PBF.

É sabido que o lançamento do PBF em outubro de 2003 por meio da medida provisória nº. 132/2003 só foi possível mediante as experiências acumuladas historicamente referentes aos PTRs. A unificação dos programas vai incorporar e integrar as políticas em um único programa, na busca por unificar as ações nas diferentes áreas, assistência social, segurança alimentar e nutricional, saúde, educação e transferência de renda conforme Wessheimer (2006).

O objetivo de unificar os vários programas foi de garantir maior agilidade na liberação do recurso financeiro, reduzir a burocracia e melhorar o controle dos recursos. O PBF é operacionalizado pelo MDS em parceria com os Estados e municípios, sendo que este último tem a responsabilidade de cadastrar as famílias e atualizar estes por meio do cadastro único, além de ter a responsabilidade de acompanhar o cumprimento das condicionalidades dos benefícios.

As famílias integradas no programa são selecionadas por meio dos dados fornecidos pelo cadastro único o MDS, cuja seleção das famílias a serem beneficiadas com o PTR/BF cumpre uma série de critérios, tendo como principal a renda mínima. O controle social do referido programa é realizado por meio de comissões municipais de caráter intersetoriais e paritárias, denominadas como Instância de Controle social - ICS. A Caixa Econômica Federal é quem operacionaliza o cadastro e pagamento dos benefícios junto ao titular do PBF que na maioria dos casos é a mãe ou outra pessoa da família maior de 18 anos, sendo esta responsável pela retirada do dinheiro por meio da utilização de um cartão eletrônico no referido Banco, conforme Wessheimer (2006).

O PBF é um programa que transfere renda diretamente para as famílias com condicionalidades, além de integrar-se ao programa Fome Zero com objetivo de assegurar o direito humano e a alimentação adequada, com intuito de promover

segurança alimentar e nutricional. Além disso, contribui para as famílias que se encontram mais vulneráveis a situação de fome rompendo com o ciclo da pobreza extrema, e prevendo o reforço aos direitos sociais, ao passo que objetiva o incentivo direto da permanência de crianças e adolescentes na escola e melhoria na saúde. (BRASIL, 2011c).

Para Wessheimer (2006), o caminho do PBF é promover o desenvolvimento sócio econômico de famílias em situação de insegurança alimentar, gerar trabalho e renda, potencializar dignidade capaz de alcançar a cidadania. Acrescenta ainda que, talvez o PBF ainda se trate de um passo insuficiente no que concerne em mudar a realidade imposta, porém os dados revelam a grandeza de seu impacto e avanços. Os dados recentes referentes à situação social brasileira indicam a redução na desigualdade nos últimos anos, sendo resultado de um conjunto de políticas públicas com destaque para o Bolsa Família.

Embora apresente limites, no que se refere à proteção social no conjunto das políticas sociais envolvidas em torno do PBF sendo elas: assistência social, saúde, trabalho e educação apresentando critérios de inserção no programa; atende famílias com renda mensal per capita de até R\$140,00, sendo este o critério de inserção no referido programa.

O PBF impõe como critério de permanência do cidadão, um conjunto de indicações denominadas condicionalidades, que se traduzem nas contrapartidas sociais devendo ser cumpridas pelas famílias beneficiárias, como exigência para a garantia de acesso e de permanência no programa.

Para Senna et al (2012), o PBF ao exigir a contrapartida trata-se de uma novidade do próprio programa e também uma polêmica, pois muitos questionam a legitimidade da exigência da condicionalidade, já que este benefício se refere a um direito social e deve ter caráter incondicional, mas para os idealizadores do PBF, é necessário criar mecanismos que estimulem a inserção de famílias nas políticas de saúde, educação e assistência social por meio dos serviços ofertados, na perspectiva de romper com o ciclo reprodutivo da pobreza.

Para os idealizadores do PBF, a condicionalidade é uma forma de ampliar os direitos sociais vinculados à saúde, educação, assistência social e trabalho, ainda incipientes entre nós, para tanto, exige mecanismos eficazes de acompanhamento social das famílias inseridas no programa, na perspectiva de reverter a ineficiência

em oportunidades reais de inserção social e garantia dos direitos sociais conforme destaca Senna et al (2012).<sup>19</sup>

Segundo a portaria GM/MDS nº. 321 de 29 de setembro de 2008, normativa que regulamenta a gestão das condicionalidades, estas visam reforçar o direito de acesso das famílias às políticas de saúde, educação e assistência social, bem como de trabalho por meio de projetos complementares de geração e renda as famílias perfil do PBF e visam à promoção da melhoria das condições de vida dos beneficiários, ao passo que contribuem para complementação da renda familiar, além de que em várias situações o PBF se constitui como a única fonte de renda da família. (BRASIL, 2008a).

Dessa forma, ao exigir critérios para inserção no PBF, assim, não sendo, portanto para todos, mas somente para uma camada da população que vive em estado de vulnerabilidade social decorrente da pobreza e extrema pobreza este o programa conforme já mencionado atende atualmente 13,3 milhões de famílias em todo território nacional. (BRASIL, 2012b).

O PBF por compor três eixos principais na sua operacionalidade, sendo eles a transferência direta de renda, as condicionalidades na política de educação e saúde e ainda, a exigência de projetos complementares por meio de ações de geração de renda no âmbito da política de assistência social, enfatiza que a transferência direta de renda promove o combate de forma imediata à pobreza, as condicionalidades exigidas reforçam o acesso aos direitos sociais básicos, e as ações de caráter complementar objetivam o desenvolvimento das potencialidades das famílias, de modo que os membros familiares possam ter a oportunidade de superar a situação de vulnerabilidade social. (BRASIL, 2012b).

De acordo com Wessheimer (2006), no que se refere às condicionalidades principalmente na área da educação, desde 2004, o MEC disponibiliza aos municípios na página eletrônica da Caixa Econômica Federal um aplicativo para coleta das informações referente à frequência escolar registrada pelas escolas tanto municipais quanto estaduais e enviadas às secretarias municipais. O resultado desse acompanhamento da frequência escolar é encaminhado ao MDS para controle. As repercussões para as famílias que não cumprirem condicionalidades são a advertência<sup>19</sup>, seguida de bloqueio e suspensão do benefício.

---

<sup>19</sup> As famílias ao descumprirem condicionalidades no PBF sofrerão efeitos gradativos que vão desde a advertência até o cancelamento, sendo que o primeiro efeito a advertência para aqueles que

Jaccoud, Hadjab e Rochet (2009) revelam que no ano de 2008 houve a ampliação do PBF, ampliando a faixa etária para a inserção de jovens no referido programa, sendo criado o BVJ por meio da medida provisória n.º411, de 28/12/2007 e convertida em lei n.º11.692/2008.

Este benefício, conta com o ingresso de jovens no programa com idade entre 16 e 17 anos. Esses beneficiários são desligados do programa ao concluírem 18 anos, ou por não contemplar os critérios de condicionalidades. Esses critérios são: ter renda per capita até R\$140,00, estar matriculado na escola no ensino médio e cumprir frequência mínima de 75% nas aulas. Além disso, a titular do PBF/BVJ é a responsável pela retirada do dinheiro por meio da utilização de um cartão eletrônico no banco da caixa econômica federal.

O PBF inicialmente contempla três benefícios:

- o benefício básico - para famílias que possuem renda mensal per capita de zero a R\$70, 00, abrangendo qualquer idade dos membros familiares;
- o benefício variável - para as famílias que possuem renda entre R\$70,01 e R\$140, 00, este só ingressam famílias que possuem crianças ou adolescentes de zero a 16 anos, vinculados à saúde com o cumprimento de condicionalidade da carteira de vacinação de crianças de zero a seis anos, e educação com o cumprimento de condicionalidade da frequência mínima de 85% no ensino fundamental, cujo benefício é no valor de R\$32,00 e o BVJ para famílias com adolescentes na idade entre 16 a 17 anos vinculados a condicionalidades na educação na etapa de ensino médio e o valor deste benefício é de R\$38,00 para até dois adolescentes com a referida idade (BRASIL, 2011c);
- a ampliação do benefício variável - conforme já mencionado em 2011, passando de três para cinco, incluindo o benefício variável gestante e nutrízes.<sup>20</sup>

---

não cumprirem frequência mínima de 85% no ensino fundamental, bem como acompanhamento na área da saúde para crianças de zero a seis anos, gestantes com o pré-natal, porém com a advertência a família continua recebendo o benefício, na segunda vez sofre sanção sendo o benefício bloqueado por trinta dias, porém no mês seguinte recebe acumulado, na terceira vez o benefício é suspenso por sessenta dias, na quarta vez o benefício é suspenso por sessenta dias e a família fica sem receber na quinta vez o benefício é cancelado. (BRASIL, 2011b).

<sup>20</sup> O Governo com objetivo de continuar o combate a pobreza e extrema pobreza em 2011 amplia os benefícios variáveis através do Decreto n.º.7.494 de junho de 2011 que altera o Decreto n.º.5.209

Nesse contexto, por meio da medida provisória de n.º 411, de 28 de dezembro de 2007 dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem promulgado pela lei nº 11.129 /2005, altera a lei nº10.836/2004 fica instituído em seu Art. 2º, inciso II que o,

II - Benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição crianças de zero a doze anos ou adolescentes até quinze anos, sendo até o limite de três benefícios por família; III - o benefício variável, vinculado ao adolescente destinando a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade entre dezesseis e dezessete anos, sendo pago até o limite de dois benefícios por família. (BRASIL, 2011d, p. 01).

O artigo terceiro no parágrafo único ainda dispõe,

O acompanhamento da frequência escolar relacionada ao benefício. Considerará setenta e cinco por cento de frequência, em conformidade com o previsto no inciso VI do artigo 24 da Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. (BRASIL, 2011d, p.01).

As condicionalidades entendidas pelo PBF enquanto medida para reforçar o acesso aos direitos sociais básicos (saúde, educação, assistência social e trabalho) requer o compromisso das famílias, bem como do poder público no cumprimento das mesmas, e o conjunto dessas políticas deve atuar de forma articulada para assim os sujeitos sociais utilizarem os serviços ofertados por meio dessas políticas, ao passo que as ações desenvolvidas, requerem a interlocução constante e devem

---

de 2004 o qual regulamenta a Lei que institui o BF. Dessa forma, o aumento de três benefícios variáveis para o número de cinco benefícios variáveis, sendo eles: O Benefício Variável Gestante e Nutrizes os quais se referem a famílias que tenham em sua composição: Gestantes; nutrizes; crianças com idade de zero a doze anos; adolescentes até 15 anos. O valor mensal desse Benefício Variável passa a ser de R\$32,00 por benefício até o limite de R\$160,00 por família que encontram-se em situação de pobreza e/ou extrema pobreza, e que comprovarem renda per capita de zero a R\$140,00. (BRASIL, 2011e). Outra medida de combate a extrema pobreza foi o chamado *Brasil Carinhoso*, criado em 2012 anunciado oficialmente no dia 13 de maio deste mesmo ano pela presidente Dilma Rousseff, o qual amplia as ações para o enfrentamento da extrema pobreza de famílias com crianças de até 6 (seis) anos de idade. Esse benefício amplia o número de vagas em creches e garante o benefício extra para famílias que tenham em sua composição crianças de zero a seis anos, é um benefício que compõe o Bolsa Família assim como o benefício Básico e Variável. O valor recebido será aproximadamente a R\$80,00 por família.

provocar mudanças substantivas na sua operacionalização<sup>21</sup>, das mesmas assegurando dessa forma, o acesso aos direitos sociais básicos.

Nessa lógica, a vinculação do PBF com a educação deve ser compreendida num primeiro momento com a intensificação dos PTRs principalmente na segunda metade da década de 1990, quando os projetos educacionais estão atrelados às exigências da lógica do mercado mundial, isso pressupõe ao Estado a função de exercer certa equalização do processo de desigualdades sociais e medidas de combate à pobreza e extrema pobreza. A educação nesse panorama tem a função de mediar esse processo, ao passo que, ideologicamente cumpre um papel para dissimular os mecanismos de discriminação e processos educacionais, bem como, da ordem econômica.

O BVJ instituído em 2008 ao condicionar o acesso e permanência do adolescente no ensino médio vem com a pretensão de reforçar o acesso de jovens nessa etapa de ensino. Além disso, “A ampliação da faixa etária do PBF pode incentivar os jovens que estão na escola a melhorar a frequência e reduzir a evasão escolar. Pode também contribuir para o retorno daqueles que abandonaram os estudos”. (BRASIL, 2013b, p. 01).

Dessa forma, a educação não deve ser compreendida apenas como reprodutora das relações sociais vigentes, sendo necessário considerar o seu caráter contraditório de formação humana, o que pode permitir aos sujeitos a apropriação das mais variadas formas de conhecimento produzidas historicamente pelo homem ao construir as condições para sua existência.

Nesse sentido, nenhum sujeito se desenvolve espontaneamente, e não basta a ele possuir características biológicas definidoras da espécie humana, mas é necessário educação com o seu processo mediador e intencional, em que os mais velhos transmitem aos mais jovens toda a herança cultural, de forma a possibilitar a apropriação da cultura material e imaterial, consolidando assim a humanização do homem. O homem enquanto ser humano não é resultado somente de suas

---

<sup>21</sup> Conforme Documento final da CONAE o novo Plano Nacional de Educação “[...] deve prever meios e processos para a articulação das políticas sociais: educação, saúde, assistência social, **sustentabilidade socioambiental**, economia solidária, trabalho e renda, entre outras, com vistas a assegurar os direitos humanos, sociais, políticos e econômicos de cidadania”. (BRASIL, 2010a:31). Discute ainda sobre “Serviços de apoio e orientação aos estudantes - com o fortalecimento de políticas intersetoriais de saúde, assistência e outros, para que, de forma articulada, assegurem à comunidade escolar os direitos e serviços da rede de proteção”. (BRASIL, 2011f, p.36).

características biológicas, mas sim do conjunto de relações sociais existentes que estabelece em sua trajetória histórica.

O PBF, em outubro de 2011, comemorou seus oito anos de criação e isto enfatiza que tal programa tem contribuído de forma significativa para os avanços sociais no Brasil, sendo referência mundial contemplando (conforme já mencionado) aproximadamente 13,3 milhões de famílias beneficiárias em todo território nacional, demonstrando o tamanho do seu impacto em nível nacional. (BRASIL, 2012c).

A gestão do PBF é de caráter descentralizado nos três entes federativos, união, estado, distrito federal e municípios, com o objetivo de atuar de forma conjunta para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a forma de execução conforme a lei n.º10.836/2004 e regulamentado pelo decreto n.º. 5.209/2004. Qualquer cidadão pode ter acesso a lista dos beneficiários do programa, já que o mesmo é de interesse público.

O objetivo central do PBF/BVJ, além de potencializar a articulação entre transferência monetária de renda e políticas educacionais, de saúde, de trabalho e assistência social, direcionado a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, particularmente o BVJ, é o de condicionar o acesso e a permanência de jovens no ensino médio, enquanto estratégia para a ampliação do acesso nessa etapa de ensino, além disso, prevê o combate à evasão e o abandono escolar, e ainda promover o retorno à escola de jovens que abandonaram os estudos nas circunstâncias de suas vidas.

Além do exposto acima, o PBF/BVJ (conforme mencionado anteriormente) contribui para o combate ao trabalho infantil, retirando crianças e adolescentes do trabalho precoce, inserindo-as na escola, e permitindo simultaneamente combater a evasão escolar e a repetência de forma a contribuir para a permanência desse público alvo na educação no ensino médio. O BVJ por representar enquanto uma política de enfrentamento da pobreza também pode ser entendido como uma medida para potencializar a conclusão no ensino médio.

O debate em torno dessa temática nos permite apreender que discutir PTR requer sua expansão e democratização dos serviços sociais, principalmente através da articulação das políticas no que concerne a educação, saúde, trabalho e assistência social.

É evidente que no contexto brasileiro os PTRs/PBF/BVJ têm assumido significativa contribuição para reduzir o quadro da extrema pobreza conforme já evidenciado nesse estudo, para tanto, é possível visualizar potencialidades para os PTRs no sentido de avançar no reforço aos direitos sociais básicos, como saúde, assistência social e educação.

A ampliação do PBF em 2003, bem como a implantação do BVJ em 2008 trata-se de uma potencialidade no contexto dessa política, tendo em vista a dimensão numérica do público beneficiário no decorrer desses anos. No entanto, associado a esses aspectos de potencialização fica o desafio de superar os limites que os PTRs no Brasil ainda possuem, à medida que, apresentam critérios e cumprimento de condicionalidades para sua inserção e permanência, pois a fixação de renda per capita para sua inclusão ainda permanece baixa, fazendo com que muitas famílias não sejam atingidas por essa política na perspectiva de ultrapassar a linha da pobreza.

Não descaracterizando a importância de investimentos em programa de transferência de renda familiar como o PBF/BVJ deve-se travar a luta constante para constituir políticas efetivas que levem em conta os determinantes do processo das desigualdades sociais no país, bem como de avançar na política de educação no ensino médio, no que se refere ao ingresso e permanência de jovens nessa etapa de ensino.

Diante da discussão sobre o PBF/BVJ que ao condicionar a frequência escolar de jovens no ensino médio, por meio do registro de frequência do sistema de acompanhamento do MEC bimestralmente, necessariamente requer a matrícula escolar desses jovens nessa etapa de ensino, além da comprovação da frequência mínima nas aulas<sup>22</sup>, enquanto condições para o recebimento do BVJ enquanto um benefício variável que compõe o Bolsa Família. (BRASIL, 2012d).

Os jovens que apresentarem frequência inferior a 75% serão considerados em situação de descumprimento de condicionalidades, receberão sanções de forma gradativa conforme registro das frequências, sendo que, o primeiro registro trata-se de advertência para a família, essa sanção não recebe efeito sobre o benefício, ou seja, a família é advertida, mas continua recebendo o BVJ, o segundo registro refere-se a suspensão, quando o benefício fica suspenso por um prazo de sessenta

---

<sup>22</sup> No PBF, os demais membros da família com idade de até 15 anos de idade continuam com a frequência mínima de 85% no ensino fundamental. (BRASIL, 2012d).

dias e o terceiro registro é o cancelamento que dentro do prazo de seis meses considerando desde a advertência, caso o jovem não retorne ao ensino médio é cancelado o BVJ. (BRASIL, 2012d).

É necessário enfatizar que o jovem deixará de receber o BVJ ao completar 18 anos, sendo cessado o benefício apenas no mês de dezembro do ano em que completar essa idade, ou quando descumprir as condicionalidades perpassando por todos os registros de sanções até o cancelamento. Destaca-se que o BVJ por constituir-se uma modalidade de benefício variável que compõe o PBF, assim como o benefício básico entende-se que as regras para a família voltar a receber o BVJ, depois de seu cancelamento é após 180 dias, lembrando que, a sanção por descumprimento de condicionalidade no ensino médio afeta apenas o BVJ, sendo os demais benefícios (básico e variável) preservados.

No entanto, quando houver descumprimento de condicionalidades por outros membros da família beneficiados pelo benefício variável que requer o cumprimento de condicionalidades no ensino fundamental e na saúde, todos os benefícios são afetados, inclusive o BVJ<sup>23</sup>. (BRASIL, 2012d).

No município de Cascavel, recorte territorial deste trabalho, conforme dados da secretaria municipal de assistência social por meio do cad-único em dezembro de 2011, havia 17.131 famílias cadastradas, porém apenas 9.313,00 estavam recebendo neste mesmo mês, conforme a folha de pagamento de dezembro de 2012, dentro desse número 757 são BVJ, que necessariamente nem todos recebem o BVJ no valor de R\$38,00, pois muitos completaram 16 anos, mas ainda permanecem recebendo o benefício no valor de R\$32,00. A passagem do benefício variável (famílias que apresentam crianças e adolescentes de 0 a 15 anos completos) para o BVJ é realizada automaticamente pelo MDS. Pode-se, observar a fragilidade, morosidade e inoperância do sistema tendo em vista que muitos adolescentes já completaram 16 anos e ainda não migraram para o BVJ.

A ampliação de jovens na faixa etária ente 16 e 17 anos pertencentes a famílias inseridas no PBF por meio do BVJ e que devem ser acompanhadas pelo CRAS serviço o qual requer ações intersetoriais entre assistência social e educação tem por objetivo reforçar a garantia dos direitos sociais básicos como educação, com

---

<sup>23</sup> Conforme consulta nos documentos oficiais do MDS que regulamenta o PBF/BVJ não foi possível identificar os motivos que o descumprimento de condicionalidades no ensino médio não repercuta no cancelamento dos demais benefícios que compõe o BF.

a possibilidade de jovens continuarem os estudos especificamente no ensino médio, uma vez que, o recebimento deste benefício está condicionado à matrícula e frequência vinculadas a essa etapa de ensino conforme já mencionado neste trabalho.

Nesse sentido, a política de assistência social tem como uma de suas ações dentro dos serviços ofertados o acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade social e que são público alvo dos PTRs, dentre eles em específico o PBF/BVJ.

### **2.3 A assistência social: o papel estratégico do programa de transferência de renda bolsa família**

A assistência social a partir da CF/1988 passa a direcionar suas ações a população em situação de vulnerabilidade social, deixando o campo do voluntarismo, ajuda e benemerência e passa a operar sobre a estrutura de uma política pública e de Estado, ou seja, rompendo com um modelo socio assistencial que, ao contrário de legitimar direitos sociais, reforçava a dependência e subalternidade dos cidadãos de serviços sociais em relação às atividades estatais e de filantropia de caráter privado. Dessa forma, essa política, de mero favor um benefício no âmbito da assistência social agora é direito do cidadão e dever do Estado.

Conceber a assistência social na realidade do Brasil requer desvelar suas particularidades e relações no campo da provisão social estatal, inscrevendo-a no contexto amplo no que se refere ao desenvolvimento de uma política social de Estado não desconhecendo seu movimento histórico e político.

No seu percurso histórico a assistência social vai encontrar na CF/1988 uma inovação, ou seja, passa a compor o tripé da seguridade social (saúde, previdência social e assistência social). Portanto, a assistência social é concebida enquanto direito do cidadão e dever do estado, e em 1993 é regulamentada através da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), lei N.º 8.742/1993 que estabelece a primazia da responsabilidade do Estado na condução das ações, com comando único em cada esfera de governo. Supõe um conjunto de ações voltadas para que os cidadãos tenham acesso a direitos sociais com cobertura, redução e prevenção de situações de risco social e de vulnerabilidade social.

A consolidação da assistência social como política pública e direito social ainda exige o enfrentamento de importantes desafios. A IV Conferência Nacional de assistência social, realizada em dezembro/2003, em Brasília/DF, apontou como principal deliberação a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) requisito essencial da LOAS, para dar efetividade à uma política pública de responsabilidade do Estado. Desta forma, visando uma maior cobertura no atendimento, no Brasil foi implantado o SUAS, o qual regulamenta em todo o território nacional essa política.

E para que de fato a assistência social seja uma política de direitos se propõe avançar na perspectiva de consolidar um sistema único descentralizado e participativo de assistência social com conteúdo, funções, fluxo, competências capazes de buscar e efetivar equidade, justiça social e garantir a proteção social, eliminando a distância entre os direitos protagonizados nas legislações e sua efetivação. Assegurando a proteção social à população que se encontra em situação de vulnerabilidade, risco e exclusão social, dentre elas os beneficiários do PBF.

Em 2004, é aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) segundo as diretrizes do SUAS, a qual apresenta um novo formato de gestão e de desenvolvimento das ações sócio assistencial concebidas como proteção social as famílias em situação de vulnerabilidade social e risco social.

O SUAS estabelece duas modalidades de atendimento, proteção social básica e proteção social especial. **A proteção social básica desenvolve** ações de caráter preventivo e o objetivo é fortalecer os vínculos familiares e comunitários, através de um conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução e proteção do impacto das vicissitudes sociais.

O SUAS parte do pressuposto de que o acesso à política de assistência social se dará na condição de sujeito de direitos, direitos esses que se constroem e se garantem na coletividade, mas têm como centralidade a família, tentando romper com a lógica individualista de prestação de serviços assistenciais. (COUTO, 2008, p.11).

Esse modelo de gestão no âmbito da proteção social básica engloba um conjunto de ações preventivas e prioriza as famílias em situação de vulnerabilidade social, com vistas a desenvolver potencialidades, aquisições e fortalecimento de vínculos. Nesse sentido, inclui-se os serviços programas projetos, locais de

acolhimento, socialização e convivência e os benefícios eventuais<sup>24</sup>, o BPC e outras formas de transferência de renda como o PBF e a realização dessas questões se dão por meio dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) enquanto um equipamento estatal. Este, passa a ser referência local da política de assistência social, por isso é instituído em locais estratégicos de maior grau de vulnerabilidade social e tem como principal programa o Programa de Atenção Integral a Família (PAIF),

e deve criar condições para prevenir situação de risco evitando que famílias necessitem de proteção social de média<sup>25</sup> e de alta complexidade.

Nesse contexto, o PAIF enfatiza o acompanhamento das famílias que necessitam de apoio para a garantia dos direitos sociais, por meio de ações socio assistenciais de caráter continuado, dentre essas famílias, prioriza o atendimento e acompanhamento daquelas inseridas no PBF, principalmente as que se encontram em descumprimento de condicionalidades na educação.

Dessa forma, o PAIF apresenta-se, como um importante serviço de referência da assistência social e pode ser potencializado, contribuir para a ampliação do acesso à rede de proteção social local e conseqüentemente, aos direitos sociais.

No âmbito da política de assistência social, a ênfase dos serviços ofertados no CRAS é o atendimento as famílias. A diretriz central é a construção do protagonismo e da autonomia na garantia dos direitos sociais com superação das condições de vulnerabilidade social priorizando aquelas famílias inseridas nos programas de transferência de renda como o PBF.

Dessa forma, o BVJ por vincular e condicionar a participação do adolescente no ensino médio, de forma a garantir ou não a permanência deste nessa etapa de ensino, tema que será tratado no próximo capítulo, tem por objetivo compreender

---

<sup>24</sup> Os benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e suas famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. (BRASIL, 2008b).

<sup>25</sup> **A proteção social especial de média complexidade** são ações destinadas a situações onde os direitos do indivíduo e da família já foram violados, mas ainda há vínculo familiar e comunitário. Um exemplo é o PETI, que retira do trabalho crianças com idades 0 e 16 anos. O programa exige uma estrutura técnica e operacional maior do que os classificados como proteção básica, com atendimento individualizado e monitoramento sistemático. **A proteção social especial de alta complexidade** atende a casos onde os direitos do indivíduo ou da família já foram violados, e também quando o vínculo familiar é rompido. Eles garantem proteção integral - moradia, alimentação, trabalho - para quem está em situação de ameaça, necessitando deixar o núcleo familiar ou comunitário. Abrigos e albergues são alguns exemplos de serviços de proteção social de alta complexidade. (BRASIL, 2010b).

como o ensino médio se constituiu historicamente. A dualidade no sistema público tem no ensino médio a sua maior expressão, uma vez que o Estado não é obrigado a ofertá-lo, conforme expressa a emenda constitucional 14/96, que suprime a obrigatoriedade garantida até então pela LDB 9.394/96, e garante que essa etapa de ensino deverá ser progressivamente ofertada pelo Estado.

## **2.4 O Ensino Médio e sua relação com o Benefício Variável Jovem**

A discussão sobre a dualidade educacional no ensino médio ganha significado nesse trabalho tendo em vista que o primeiro objetivo é identificar aspectos das políticas de educação escolar e de assistência social e as possíveis implicações para a permanência ou não de jovens no ensino médio, uma vez que o recebimento deste benefício condiciona a frequência escolar. A literatura que trata da dualidade educacional<sup>26</sup> concorda com o fato de esta ter sua maior expressão no ensino médio, sendo uma educação que prepara a classe para continuar dominando e outra que prepara para o trabalho, legitimando dessa forma a preparação intelectual e humanista para aqueles que iam conduzir os rumos da nação e a educação profissional e específica aos que iam impulsionar a industrialização.

A incapacidade de superar a contradição entre formação geral *versus* formação profissional, dentro desse contexto de preocupações, acabou garantindo a pior espécie de especialização no campo do ensino, a separação entre a educação das camadas privilegiadas e a educação das camadas subalternas. (XAVIER, 1990, p. 114).

Nesse contexto, o processo de desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil possui características próprias no cenário mundial, por se tratar de um país que apresenta peculiaridades do capitalismo periférico. É nesse cenário que se pretende analisar o ensino médio, em que esta etapa do ensino intermedeia a continuidade dos estudos e a formação para o trabalho. Essa característica está marcada pela dualidade educacional como um dos principais elementos necessários para se compreender a educação no ensino médio, sua vinculação com o BVJ em geral.

---

<sup>26</sup> Dentre os autores que tratam sobre a dualidade educacional no ensino médio destacam-se: FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, (2011); XAVIER, (1990); KUENZER, (2005); CUNHA, (2000).

A desigual oferta entre as diferentes classes sociais marca o dualismo educacional relacionada ao antagonismo de classe que perpassa a sociedade brasileira. A educação no Brasil, dessa forma, está ancorada nesse dualismo estrutural da sociedade brasileira expresso no sistema de ensino público, destinada à classe trabalhadora apenas para formar mão de obra e garantir a reprodução do sistema, e destinada à classe burguesa a educação tem por objetivo formar a elite dominante para reprodução das relações de dominação.

Isso significa que aos trabalhadores não apresentam possibilidades de ascensão social por meio da educação, em raras exceções, porém a classe dominante essa se mantém e conserva sua posição hegemônica na sociedade, assim como a classe média reproduz sua condição de dominar, tendo em vista a organização econômica do modo de produção vigente atender aos interesses da classe dominante conforme Predolim (2011).

Conforme Xavier (1990), a elite brasileira sempre teve a exclusividade e o acesso à escola, como forma de legitimar sua dominação de classe. Por séculos de colonização, o trabalhador desempenhou seu trabalho sem a necessidade do conhecimento para executá-lo, mas algo foi alterado com o processo de industrialização e intensificado a partir dos anos de 1930, e isso passou a demandar um novo perfil de trabalhador, adaptado ao trabalho industrial, e simultaneamente as novas relações de consumo demandas pelo processo de industrialização.

Dessa forma, conforme Xavier (1990), a dualidade que se expressa nas relações antagônicas na sociedade brasileira, também se manifestam na escola, pois essa historicamente se organiza de forma a corresponder aos diferentes interesses de classes, por essa razão ela é dual, pois se constitui por sistemas de ensino que possuem diferentes estruturas, e correspondem ao antagonismo de classes.

Para essa autora, a dualidade educacional surge no Brasil a partir do momento em que pequena parte das classes populares passa a ter acesso à escola. O ensino secundário nessa lógica passa a se constituir como ponto nevrálgico da reforma Francisco Campos de 1931.

A dualidade que trata Xavier (1990) está relacionada com a diferença entre trabalho manual e intelectual, embora as classes dominantes sempre desprezarem a realização de atividades relacionadas ao trabalho manual, sendo esse esquecido,

desvalorizado, e reservado as classes dominadas. Dessa forma, ocorre a separação entre o pensar e o executar, nessa sociedade de classes o privilégio de planejar e pensar o trabalho vem historicamente sendo praticado pelas classes dominantes, enquanto a execução fica restrita aos trabalhadores, historicamente relegados ao trabalho manual.

A partir da década de 1940, esse dualismo toma caráter estrutural com a organização da educação nacional por meio de leis orgânicas, como a lei orgânica do ensino secundário de 1942 promulgada pelo Estado Novo, quando teve por ministro Gustavo Capanema, o que acentuava a velha tradição do ensino secundário acadêmico, propedêutico e aristocrático.

Paralelamente a essa lei havia outras legislações que regulamentavam o ensino profissional nos diversos ramos da economia, bem como o ensino normal. Havia, nesse sentido, duas estruturas educacionais paralelas de ensino e independentes.

Ou seja, a reforma que instituiu cursos profissionalizantes e formalizou a dualidade no ensino do país, legitimando assim a formação para aqueles que iam conduzir a nação e uma educação voltada para formação profissional aos que iam impulsionar o processo de industrialização, em que “Consolidou-se assim a partir da Reforma Francisco Campos, a dualidade dentro do sistema público de Ensino, levada as últimas conseqüências na dualidade de sistemas, resultado final da gestão Capanema no que tange ao ensino técnico-profissional”. (XAVIER, 1990, p. 114).

Esse ensino paralelo representado pelo Sistema S foi criado por meio do Estado para manter um sistema de adequação da força de trabalho a nova exigência do capital. Surge a partir de discursos da ineficiência do Estado em prover sozinho a formação para o trabalho, o ensino profissional; instituições sociais como Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC.

Nesse sentido o SENAI absorve a formação de mão de obra especializada, visto que, apenas a contribuição da escola pública, não era suficiente, e o SENAI apresenta-se como alternativa mais adequada, constituindo o marco na história do ensino industrial brasileiro, conforme Machado (1989).

Para Kuenzer (2005), o SENAI e o SENAC complementam o sistema privado de formação, numa mesclagem entre público e privado para atender as demandas

do desenvolvimento industrial, o que exigia uma mão de obra qualificada, com cursos específicos de formação profissional na rede pública ou privada.

Para essa autora, as reformas do ministro da Educação Gustavo Capanema emergem da incapacidade do Estado oferecer capacitação profissional em larga escala, recorrendo e possibilitando ao mesmo tempo o seu oferecimento, pela confederação nacional da indústria, em que esse cria essas instituições na perspectiva de suprir as carências de qualificação de mão de obra, visto que, o sistema de ensino até então não atendia as demandas industriais.

A proposta com a reforma Capanema em 1942 tinha por objetivo atender as mudanças no mercado de trabalho, tem-se assim uma nova proposta pedagógica, com a oferta de educação para uma parcela da população elitizada e são criados os cursos médios de 2º ciclo, ofertados pelo Estado, com duração de três anos, na perspectiva de preparar para o ingresso dos educandos no ensino superior.

Essa estrutura dual de ensino se justifica pela necessidade da escola estar em consonância com o processo produtivo, havendo paralelamente a educação geral e a organização do ensino profissional industrial, agrícola, normal e comercial. Essa estrutura consolidava a formação profissional destinada a educandos para ingressar no ensino superior e de outro lado para formar a classe trabalhadora, consolidando dessa forma o marco da dualidade no ensino conforme expressa Machado (1989).

Com a promulgação da Lei de Diretrizes de Bases - LDB nº. 4.024 de 1961, os concluintes do colegial técnico puderam se candidatar para curso de nível superior. Ao mesmo tempo em que a legislação dava bases para as classes populares advindas de a formação profissional ingressar no curso superior ela intensificava a necessidade da oferta de educação profissional, reforçando o discurso já presente, o que colocava a educação como necessária para atender as demandas do processo produtivo. A partir de 1964 a formação profissional passa a assumir então importante papel para o desenvolvimento industrial, atendendo dessa forma, a demanda do setor produtivo, intensificado pelo milagre econômico de acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2011).

Kuenzer (2005) ressalta que dadas as alterações no mundo do trabalho, o desenvolvimento de vários ramos profissionais, devido à aceleração da demanda do setor secundário e terciário, a LDB de 1961 pela primeira vez integra o ensino

profissional ao sistema regular de ensino, com objetivo de dar prosseguimento nos estudos, embora a equivalência do ensino fundamental e médio não deem conta de romper com a dualidade da educação, mas avançam no seu caráter legal a integração do ensino dadas as circunstâncias históricas.

Para essa autora no sentido de subsidiar a dualidade, a lei nº. 5.692 de 1971 torna compulsória a educação profissional e consagra o dualismo educacional, ao propor um ajuste à nova fase de desenvolvimento, pautado na lógica do capital financeiro, demandando mão de obra de nível técnico.

Pimenta (2001) compartilha dessa ideia e destaca que o ensino de segundo grau passa a ser obrigatoriamente profissionalizante. Essa obrigatoriedade, porém não se generaliza, tornando-se flexibilizada com a aprovação do parecer n.º 76 de 1975 e posteriormente revogado com a lei 7.044 de 1982.

De acordo com essa autora, a lei nº. 5.692 de 1971 vem cumprir um duplo propósito, conter a demanda para ensino superior, ampliada a partir da LDB de 1961, e atender a demanda por técnicos de ensino médio. A justificativa por tornar o ensino médio compulsório se sustentava nas críticas ao ensino geral, que não garantia o atendimento das demandas por técnicos no Brasil, nem atendia aos anseios dos jovens de forma a prepará-los para o ingresso no ensino superior. Sendo assim, o argumento da escassez de técnicos e da frustração dos jovens que não ingressavam nas universidades, nem no mercado, por falta de habilitação profissional, constituíram o discurso legitimador da formação técnica.

Esse discurso instituiu a compulsoriedade, ou seja, a obrigatoriedade do ensino médio profissional, isso levou a uma resistência de pais e alunos, bem como da estrutura educacional e empresarial a aceitar tal modelo de formação. O que culminou com a lei nº. 7.044 de 1982 e extinguiu a profissionalização compulsória em que os cursos não profissionalizantes deveriam incluir às 2.200 horas como carga horária totalmente destinada à formação geral. Essa lei recupera o dualismo sob outra característica, ou seja, o dualismo expressa nos conteúdos de formação, com um sistema de educação geral e outro de formação para a classe trabalhadora de nível técnico profissional.

“Com isto, os estudantes que cursavam o ensino técnico ficavam privados de uma formação básica plena que, por sua vez, predominava nos cursos propedêuticos, dando àqueles que cursavam esses cursos, vantagens em relação

às condições de acesso ao ensino superior”. (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2011, p.09).

Dessa forma, a lei nº 7.044/82 normatizou um novo arranjo de caráter conservador o que já vinha ocorrendo nas escolas por meio de práticas de ensino, reforçando a organicidade da concepção do ensino médio para ingresso no ensino superior, ou seja, beneficiavam os que já estavam inseridos nos benefícios da produção e do consumo, bem como de bens materiais e culturais, consagrando a estrutura de classes, havendo um ensino para elite e outro para os trabalhadores, pautado no modelo taylorista/fordista.

O trabalhador deve ser treinado para operar determinadas demandas produtivas, sua subjetividade, o conhecimento que vai para além dessa demanda já não é necessário a ele. Ele deve, portanto, ser eficiente e prático, uma vez que o conhecimento é parcelado, fragmentado, conforme a formação desejada, dispensando-lhe atributos gerais, cujo discurso era aprender a fazer.

Ao longo do processo histórico o modelo que fora sendo ajustado, tinha exclusividade de atender as necessidades do mercado de trabalho, bem como, das relações sociais hora em curso, foi orgânica as demandas do modelo de racionalização taylorista/fordista, marcadas pela dualidade para formar intelectuais e instrumentais, em decorrência da relação de classe marcada pela contradição entre capital e trabalho. Essa organicidade das demandas em curso tinha como objetivo atender a uma divisão social e técnica do processo de trabalho que há a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Na década de 1980, há uma primeira proposta para o ensino médio de educadores progressistas a que foi apresentada pelo deputado Otávio Elísio em dezembro de 1988 e tinha como objetivo a formação profissional não substituir a formação básica. Este projeto foi vencido, sendo aprovado um novo projeto resultante de um desdobramento de outro substitutivo apresentado pelo deputado Jorge Hage<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> O projeto substitutivo Jorge Hage teve “O empenho em conceituar a educação de forma ampla, assim como a tentativa de articular a variada gama de iniciativas educacionais sobre o conceito de sistema nacional de educação [...] devem ser contabilizados como avanços, que, uma vez incorporados à legislação, poderão contribuir, num momento ulterior, para superar a visão fragmentária e o estado de desagregação em que se encontra nossa educação. Indicadora da abrangência do projeto é também a inclusão explícita da educação de jovens e adultos trabalhadores, educação especial, educação de população indígenas, formação técnico-profissional e educação à distância que mereceram um tratamento articulado com a educação escolar regular”. (SAVIANI, 2001, p.50). Em que pese alguns problemas do projeto substitutivo Jorge Hage há que se considerar os

A proposta vencedora se consubstanciou na LDB nº. 9.394 de 1996, com a apresentação do então senador Darcy Ribeiro e posteriormente o decreto 2.208/97 o que regulamentou a educação profissional e sua relação com o ensino médio. Somente o artigo 36 da LDB representa a parte original do projeto apresentado por Jorge Harge. O trajeto tortuoso, desfigurado pelas diversas forças políticas tomou forma na LDB 9.394/96, conforme os autores Frigotto, Ciavatta e Ramos (2011). Resolver a questão da dualidade no ensino médio por meio da proposta dos educadores referente à LDB de 1996 não era compatível com a ideologia nem mesmo com as políticas de ajuste dos anos 1990, combatidos e rejeitados. As decisões foram tomadas pelo alto, mediante medidas provisórias, decretos ou por leis conquistadas no parlamento, consolidando a troca de favores que historicamente se constitui no Brasil. O projeto original substituído passou por transformações adequadas aos interesses do governo, impondo sua política de ajuste pontuada na área educacional e mantendo a dualidade educacional.

O ensino médio e profissional, no contexto da década de 1990, vincula a adequar as forças econômicas e políticas ao novo padrão de acumulação capitalista, pois vem com a pretensão de reformas inovadoras que leva em conta o padrão de acumulação capitalista, pautado na acumulação flexível, essas reformas nessa etapa de ensino mantêm-se perfeitamente adequadas as exigências do capitalismo.

A LDB 9.394/96 vai inaugurar um conjunto de reformas atingindo o ensino médio, ao mesmo tempo em que, o coloca como etapa final da educação básica contemplada no Art. 35, simultaneamente inaugura uma nova modalidade de educação para o trabalho, prevista no Art. 42 a formação de trabalhadores por meio de cursos desvinculados de níveis de ensino, isso conforme Predolim (2011) demonstra a influência das transformações do mundo do trabalho sobre a LDB, tornando-a flexível.

Conforme essas novas demandas, isso se dá pelo fato do Art. 42 da própria lei deixar lacunas para flexibilização na formação, contribuindo de forma determinante para a concretização do decreto 2.208/97 o que complementar a referida lei no que se refere à organização do ensino profissional e dessa forma

---

avanços sendo a tentativa de se configurar um sistema nacional de educação; a regulamentação da pré-escola (educação infantil); algum avanço no ensino médio; a redução da jornada de trabalho; a instituição do salário creche; a delimitação do que pode e do que não pode ser considerado despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino; para melhores informações do substitutivo Jorge Hage consultar: (SAVIANI, 2001).

negligenciar o Artigo 36 da LDB 9.394/96, limitando-se apenas ao ensino de caráter concomitante ou subsequente como alternativas únicas na articulação profissional aos níveis de escolaridade, conforme menciona o próprio decreto 2.208/97.

Se a LDB no artigo 35 coloca a educação de ensino médio como obrigatória, já garantida na CF de 1988, as consequências dessa lei foram sentidas na ampliação da demanda, exigindo conseqüentemente o aumento de recursos por parte do Estado. Contudo essa realidade se colocava contraditória as orientações de caráter neoliberal, cuja principal característica era a redução de gastos para as políticas sociais. Como alternativa a esse novo problema, fomentado pelo crescimento das taxas de matrículas e de gastos estatais, foi aprovada a emenda constitucional 14/96, que tirou o caráter de obrigatoriedade da oferta de ensino médio pelo Estado, conforme Predolim (2011).

A aprovação dessa emenda contemplou o Art. 42 da LDB 9.394/96 o que permitiu a oferta de cursos paliativos e aligeirados sem vinculação com níveis de ensino sendo ofertados pela iniciativa privada e, dessa forma, reduzindo o papel do Estado na oferta de uma formação contempladora a oferta de cursos que vinculem ciência, cultura e tecnologia, perpassando a simples formação para o trabalho. Contudo essa lei, especificamente por meio deste Art. vai dar bases para a aprovação do decreto 2.208/1997, corroborando com a conjuntura neoliberal.

Ao instituir uma nova modalidade de educação, pode-se perceber a influência das transformações no mundo do trabalho, pautadas na flexibilização e precariedade dessas relações de trabalho sobre a LDB, já que ela também segue essa tendência ao separar o ensino e educação profissional, principalmente quando permite a oferta de cursos paliativos e aligeirados de formação específica voltados à demanda da organização do trabalho que exige cada vez mais trabalhadores adaptados ao trabalho temporário, flexível, precário e instável. (PREDOLIM, 2011, p.146).

O decreto 2.208/1997 ao separar a educação geral da educação profissional interfere de forma significativa na identidade do ensino médio, ou seja, potencializou a oferta de cursos básicos<sup>28</sup> desvinculados dos níveis de ensino, à medida que o Estado foi se eximindo de oferecer ensino técnico integrado e a iniciativa privada

---

<sup>28</sup> Os Cursos Básicos eram aqueles de caráter formativo profissional, sem qualquer vinculação com o conhecimento científico, como por exemplo: cursos de padeiro, jardinagem, cabeleireiro, entre outros. Além de não possuir articulação com o conhecimento científico eram cursos que não careciam de maiores investimentos e por isso eram oferecidos em sua maioria pela iniciativa privada. (PEDROLIM, 2011),

passou a oferecer formação técnica privilegiando a oferta de cursos básicos. O referido decreto regulamenta a educação profissional de caráter técnico e, não mais de forma articulada, estabelece o caráter independente e separado do ensino médio, tornando a educação profissional órfã do dever do Estado, no que concerne o financiamento com responsabilidades diluídas em parcerias, onde o setor privado via sistema S poderia nortear a formação da classe trabalhadora de acordo com seus interesses conforme Cury (2002).

Predolim (2011) ao analisar os dados do primeiro senso da educação profissional, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais - INEP no ano de 1999 evidencia a hegemonia do setor privado no que concerne à oferta da educação técnica nas diferentes modalidades: básico, técnico e tecnológico corresponde a 2.656 instituições sendo, portanto, 67,27% do total das instituições de ensino nesse período conforme apresenta a Tabela 1.

Tabela 1 - Número de instituições por nível de educação profissional segundo dependência administrativa

Dependência administrativa	Total	Básico	Técnico	Tecnológico
Total (Brasil)	3.948	2.034	2.216	258
Federal	150	103	120	30
Estadual	800	187	689	24
Municipal	342	199	152	6
Privada	2.656	1.545	1.255	198

Fonte: PREDOLIM, 2011'

Essa autora destaca ainda que conforme dados dessa Tabela a oferta de cursos de nível básico por meio do setor privado, supostamente são os de menor custo. Diante disso, o decreto 2.208/96 potencializou que o Estado progressivamente se eximisse de suas responsabilidades na oferta da educação profissional, isso contribui para a população de baixo poder aquisitivo contar com sua própria sorte, caso houvesse interesse pela educação profissional, tendo em vista que o setor público deixaria progressivamente a partir desse decreto de oferecer de forma gratuita o acesso à educação profissional. O discurso base da supressão da formação profissional pública se ampara na lógica que os consideravam ineficientes de forma a não atender as demandas do setor produtivo, além dos gastos elevados, tornando-se dessa forma onerosos ao Estado.

Predolim (2011) ressalta ainda a preponderância da iniciativa privada nas taxas de matrículas da educação profissional um dado importante a ser destacado. Os dados do INEP demonstram o total das matrículas realizadas, incorporando o nível básico, técnico e tecnológico, destacando o maior investimento da esfera privada na oferta de cursos básicos, sendo aqueles que exigem menos estruturas e são considerados de baixo custo para serem ofertados.

Os cursos básicos, além de serem considerados baratos para a iniciativa privada, possuem outra característica que interfere de forma qualitativa na formação do trabalhador, a sua desvinculação com a educação ou níveis de estudo são voltados para formação de mão de obra especializada. Os números são reveladores, pois a iniciativa privada oferece mais da metade dos cursos, tendo à educação básica a oferta de 86,6%, sendo 43% das matrículas do nível técnico e 61% dessas do tecnológico, conforme evidencia a Tabela 2.

Tabela 2 - Número de matrículas na educação profissional, segundo o nível e a dependência administrativa

Dependência administrativa	Total de matrículas	Básico	Técnico	Tecnológico
Total (Brasil)	2.859.135	2.045.234	716.652	97.249
Federal	184.377	72.966	101.001	10.410
Estadual	413.351	120.999	265.772	26.580
Municipal	117.928	79.790	37.150	988
Privada	2.143.479	1.771.479	312.729	59.271

Fonte: PREDOLIM, 2011

Nessa lógica, o Decreto 2.208/1997 regulamenta a educação profissional de nível técnico, em que a educação profissional deste nível passa a ser oferecida de forma concomitante ou subsequente ao ensino médio. Ressalta-se que a educação profissional quando concomitante ou subsequente ainda possui vinculação com a escolarização, isso não acontece com a oferta de cursos básicos.

Esses cursos básicos são cursos profissionalizantes que não exigiam qualquer vinculação com níveis de estudos, como cabeleireiro, jardineiro, encanador, eletricista, dentre outros. Além de desvinculados do conhecimento científico e paliativos, esses cursos não demandavam investimentos maiores para serem oferecidos, sendo dessa forma alijeirados e baratos para aquelas instituições que se disponibilizavam em oferecê-los.

Ao permitir a oferta de cursos básicos, desvinculado de qualquer escolarização, criou-se um sistema de educação profissional paralelo ao ensino de caráter regular de educação geral, então se retrocede aos princípios da LDB/96, embora como já salientamos, esta deixou flexível para as reformas desse nível. A legalidade do decreto proíbe a existência dos cursos de nível técnico de forma integrada, com currículos distintos.

Para Predolim (2011), se esse decreto viabilizou a intensificação da dualidade na etapa do ensino médio potencializou ainda a oferta de cursos aligeirados cuja justificativa dos reformadores eram proporcionar uma formação que atendesse aos interesses produtivos, outras reformas foram necessárias a essa “nova” formação. Cursos rápidos e aligeirados deveriam ter conseqüentemente outro rol de conteúdos que viessem a calhar com essa nova proposta. Para a educação geral oferecida pelo Estado, isso não foi diferente, ao passo que um conjunto de reformas em relação aos conteúdos também foram conclamadas pelos gestores estatais, concretizando-se com as reformas curriculares, consubstanciadas em duas reformas que as contemplasse.

Esse conjunto de reformas curriculares foi inaugurado com o parecer 15/98 o que delineou a implementação das diretrizes curriculares para o ensino médio, complementada posteriormente com os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino médio.

Nessa mesma direção o então Ministro da Educação destaca que as reformas curriculares são fundamentais para garantir a preparação para a vida. O mesmo define que tal preparação deve afastar a escola dos velhos métodos de disciplinas rígidas, bem como preparar o sujeito para a vida democrática, fazer da escola um espaço de socialização de crianças e jovens, visando à integração social, em detrimento de atitudes que favoreçam a discriminação e intolerância. (PREDOLIM, 2011, p.164).

Tais reformas têm como característica a organização de conteúdos voltados para a formação de competências, e formação de valores. Os alunos deveriam ser formados numa perspectiva que os levassem ao desenvolvimento de atitudes voltadas para a tolerância e ao respeito às diferenças, em detrimento da secundarização dos conteúdos científicos.

De acordo com Frigotto, (2004), em sentido geral, os graus de dificuldades e da possibilidade de uma nova política de educação, especificamente para a

educação básica de nível médio, ganha maior evidência quando relacionarmos aos projetos dominantes no decorrer do século XX, sendo denominada como o berço da estratégia de Fernando Henrique Cardoso - FHC, por se tratar de projetos que contrapunham aos interesses das camadas populares e por reforçar a dualidade no ensino médio.

É por meio dos embates e diferentes interesses de classes que vamos ter a revogação do decreto 2.208/1997. Ao discutirem sobre essa reforma, os autores Frigotto, Ramos e Ciavatta, (2011) analisam o processo contraditório de revogação do decreto 2.208/1997, e a construção do decreto nº. 5.154/2004, e destacam que esse decreto apesar de dar condições para o retorno da formação profissional integrada, não conseguiu suprimir a dualidade educacional no ensino médio.

Esses autores participaram das discussões que deram bases para a formulação desse novo decreto, retomando dessa forma a possibilidade da integração do ensino profissional. A discussão do decreto 2.208/1997 era central no sentido de viabilizar a sua superação e em contrapartida dar bases para construir uma nova proposta de educação profissional consolidada pela aprovação do decreto 5.154/2004.

Os marcos deste processo estão na mobilização do fórum nacional em defesa da escola pública, com reivindicação de um sistema público e gratuito de educação o que deveria ser contemplado na constituinte 1988 e na nova LDB 9.394/96. Dessa forma, diante da leitura dos autores um conjunto de acontecimentos foi significativo para compreender as reformas do ensino médio, principalmente a consolidação do decreto 5.154/2004, o que veio revogar o decreto 2.208/97, sendo resultado das lutas da sociedade civil em defesa da educação pública de qualidade, na tentativa de propor a ampliação do ensino médio e combater a dualidade que historicamente demarcou essa etapa de ensino.

No entanto, o movimento de educadores e a pressão para a promulgação de outro decreto, não se consubstanciou na superação da dualidade existente no ensino médio a que fora reforçada com o antigo decreto, embora ele tenha recuperado a oferta de educação de nível médio integrado, articulando a educação profissional ao sistema de ensino.

O desenlace desse embate acerca dos desafios a serem enfrentados para o ensino médio, enquanto etapa intermediária entre o ensino fundamental e a

formação de nível superior o ensino médio voltado para uma educação de qualidade e de uma política pública de formação geral depende do compromisso político, é algo a ser construído no interior da sociedade brasileira, e dependerá das relações de forças presentes.

Isso também significa a necessidade de traçar um novo debate para romper com a lógica mercantilista da educação, mas podemos destacar que apesar da promulgação do decreto 5.154/2004 apresentar limites no que se refere à sua integração, a partir de 2005 se tem a retomada do Estado na oferta de ensino médio havendo a ampliação de matrículas nessa etapa de ensino conforme censo escolar expresso na Tabela 3 no Estado do Paraná.

Tabela 3 - Número de matrículas no Ensino Médio, segundo a dependência administrativa no Estado do Paraná conforme censo escolar

Dependência	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Estadual	409.489	418.495	416.626	416.596	416.869	418.084	413.839
Federal	2.826	2.020	2.191	3.112	3.557	3.574	3.973
Municipal	44	0	0	0	0	0	0
Privada	55.849	60.012	49.217	51.461	52.377	55.702	61.092
Total	468.208	480.527	468.034	471.169	472.803	477.360	478.904

Fonte: BRASIL, 2012e.

Os dados da Tabela acima demonstram a supremacia do setor público na oferta de ensino médio, no decorrer dos anos, mas conforme dados do ano de 2011 identificou-se que 87,25% das matrículas são ofertados pelo setor público, consubstanciando assim a ampliação do ensino médio em detrimento da sua oferta pela iniciativa privada representada por apenas 12,75%, sendo em grande medida resultado do decreto 5.154/2004 o que reorganizou a educação para garantir sua ampliação e revelando a sua inversão comparando-se aos dados da década de 1990.

Outra análise interessante é a ampliação gradativa de número de matrículas no Estado do Paraná, desde 2005 até 2010, enquanto em 2011 houve a diminuição da oferta desses cursos de 1,01%, isso equivale à diminuição de aproximadamente 4.500 matrículas.

O mesmo ocorre no município de Cascavel, onde a Tabela 4 demonstra a preponderância do setor público na ampliação de matrículas no ensino médio de

2005 até 2011 havendo a hegemonia deste setor em detrimento da iniciativa privada.

Tabela 4 - Número de matrículas no Ensino Médio, segundo a dependência administrativa no Município de Cascavel conforme censo escolar

Dependência	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Estadual	10.875	11.796	12.160	12.447	12.466	12.630	12.048
Federal	0	0	0	0	0	0	0
Municipal	0	0	0	0	0	0	0
Privada	216	2.195	2.430	2.427	2.201	2.115	2.182
Total	13.491	13.991	14.590	14.874	14.667	14.745	14.230

Fonte: BRASIL, 2012e

Pode-se perceber, de acordo com a Tabela acima, que 84,67% o ensino médio é ofertado na rede pública no município de Cascavel, e 15,33% fica para o setor privado. Comparando-se com a Tabela 3, no município de Cascavel em relação ao Estado, o setor privado possui no número maior de matrículas nessa etapa de ensino que apresenta 15,33% da sua oferta e 12,75% no Estado do Paraná.

Outra característica dessa conjuntura na ampliação da oferta do ensino médio vem ser a Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR e tem como principal foco a graduação, a pós-graduação e a extensão, porém oferta cursos de educação profissional técnica de nível médio na modalidade integrada e subsequente.

Ressalta-se que a rede federal de educação profissional científica e tecnológica iniciou em 1909 com a criação de 19 escolas de aprendizes e artífices que na década de 1970 deram origem aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica – CEFETs. Em 2008 os 31 CEFETs, as 75 Unidades Descentralizadas de Ensino – UNEDS, as 39 escolas agrotécnicas, as 7 escolas técnicas federais e as 8 escolas vinculadas as universidades passaram a formar os Institutos Federais do Paraná - IFPR, por meio da lei nº. 11.892 de 29 de dezembro de 2008, constituindo-se como um marco nas políticas educacionais ao passo que contribui para atender a demanda por educação profissional. (BRASIL, 2012f).

O princípio da proposta pedagógica dos institutos federais é a oferta de educação básica, sobretudo em cursos de ensino médio integrado, a educação profissional técnica em geral, graduação tecnológicas, licenciaturas e bacharelado nas áreas em que a ciência e tecnologia são determinantes, além disso, em programas de pós-graduação *latos* e *stricto sensu*, assegurando a formação de caráter inicial e continuada dos sujeitos sociais. (BRASIL, 2012f).

De 1909 a 2002 foram construídas 140 escolas técnicas no Brasil, além disso, de 2003 a 2010 houve a entrega de 214 escolas pelo MEC, conforme previa o plano de expansão da rede federal de educação profissional, sem falar que outras escolas foram federalizadas em todo território nacional. Atualmente o país conta com 354 unidades e mais de 400 mil vagas em todo país e com a previsão de ampliação de mais de 208 novas escolas para serem entregues, até 2014 serão 562 unidades, gerando aproximadamente 600 mil vagas. (BRASIL, 2012f).

Com os institutos federais inicia-se uma nova fase, na tentativa de inovar a partir de características, experiências e necessidades próprias, nessa lógica, a implantação e ampliação dos institutos federais visam à ampliação da oferta de cursos técnicos, principalmente de ensino médio integrado baseado na integração entre ciência, tecnologia e cultura, levando-se em conta um contexto que reconhece as atuais políticas de educação profissional no Brasil, fortalecendo o processo de inserção de milhões de brasileiros com multicampo especializados nos diferentes níveis de ensino. (BRASIL, 2012f).

Ressalta-se que os avanços na política da educação no ensino médio dependerão do jogo de forças políticas, econômicas, sociais e culturais presentes no interior da sociedade, isso determinará projetos de cunho universalistas ou conservadores, mas o que podemos concluir é haver um avanço a partir do decreto 5.154/2004, no que se refere à presença do Estado em ampliar a oferta no ensino médio conforme demonstrado nas Tabelas.

Podemos inferir diante do estudo realizado que, ao contrário do apresentado nos anos de 1990 principalmente na sua segunda metade, a atual conjuntura prevê um conjunto de ações que venham a potencializar a expansão do ensino médio, obtendo as novas legislações, principalmente a partir do decreto 5.154/2004, a retomada do Estado na oferta de cursos técnicos profissionalizantes vinculados aos níveis de ensino.

A vinculação entre a política de Transferência de Renda PBF/BVJ e ensino médio requer compreender primariamente que as políticas sociais são resultados das lutas travadas por direitos pelos trabalhadores.

Em sua gestão, o governo Lula ao unificar os PTRs em um único programa, o PBF/BVJ (um dos programas que tornou carro chefe desse governo) redistribuiu renda a milhares de brasileiros que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza, ampliando o acesso. Além disso, o BVJ condiciona a permanência no ensino médio conforme já discutido, sua proposta é ampliar os níveis educacionais desta modalidade de ensino e combater a evasão escolar, por meio do cumprimento de condicionalidades e ainda busca promover o retorno à escola daqueles que abandonaram os estudos por circunstâncias da vida.

Tendo em vista que esse trabalho tem como um de seus objetivos identificar aspectos das políticas de educação escolar e de assistência social e as possíveis implicações para a permanência ou não de jovens no ensino médio, e conhecer os motivos dos descumprimentos da condicionalidade entre os jovens beneficiários do PBF/BVJ no Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz e Colégio Estadual Presidente Costa e Silva da rede estadual do município de Cascavel.

### **CAPÍTULO III**

#### **O BENEFÍCIO VARIÁVEL JOVEM – BVJ: POSSIBILIDADES E LIMITES NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NA ETAPA DE ENSINO MÉDIO**

Nesse Capítulo apresentamos os dados do estudo empírico realizado no município de Cascavel, tendo como foco o descumprimento de condicionalidades de frequência escolar por jovens inseridos no PBF/BVJ.

O município de Cascavel, em janeiro de 2011, conforme dados do Cadastro Único apresentava 900 famílias como beneficiárias do PBF e no final deste mesmo ano este número era de 913 famílias. No que se refere aos jovens de até 17 anos, beneficiários pelo PBF/BVJ, como não houve uma coincidência dos dados entre o Cadastro Único do município de Cascavel e da Secretaria Municipal da Educação, o critério de escolha como fonte de dados foi a secretaria municipal de educação, sendo que em novembro deste mesmo ano apresentava um total de 1.395 jovens BVJ vinculados ao ensino médio, conforme dados emitidos pelo documento relatório projeto presença do MEC o que serviu de base do presente estudo.

Dessa forma, o número de descumprimentos de BVJ total é a somatória dos descumprimentos ao longo do ano, enquanto o número tomado como referência para essa pesquisa de BVJs refere-se apenas ao mês de novembro de 2011, já que neste mês foi gerado o último relatório do projeto presença do MEC, e constam as informações referentes aos números de BVJ e descumprimentos de condicionalidades.

A escolha se deu pelo descumprimento de condicionalidades e conhecer os motivos desses descumprimentos entre os jovens beneficiários do PBF/BVJ, no Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz e Colégio Estadual Presidente Costa e Silva da rede estadual do município de Cascavel. Apresentaremos como ocorreram todos os procedimentos metodológicos.

Na Tabela 05 apresenta-se a relação de escolas públicas com oferta do ensino médio no município de Cascavel. Como pode ser observado, em todas as escolas existem jovens do PBF/BVJ com variações em termos de beneficiários e de descumprimentos. Estes dados foram utilizados para definir as escolas que fariam parte da amostra do estudo, ou seja, duas escolas, sendo uma com a maior quantidade de descumprimento, proporcionalmente ao número de alunos beneficiários do PBF/BVJ e a outra com o menor número de descumprimento.

O Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz foi a escola que apresentou o maior índice de descumprimento de condicionalidades, sendo que houve 161 descumprimentos ao longo de 2011, contrastando com 50 alunos que receberam o benefício. Essa relação apresenta 3,22 descumprimentos para cada BVJ.

Dentre as escolas com nenhum descumprimento, o critério de escolha foi a escola Colégio Estadual Presidente Costa e Silva, por apresentar o maior número de

alunos beneficiários do BVJ (27 alunos) e nenhum descumprimento. Ressalta-se que a maioria dos alunos é oriunda do bairro Jardim Marila Luiza e bairros adjacentes, tratando-se de territórios que não se defrontam com o fenômeno da pobreza e extrema pobreza. Já os alunos beneficiários do BVJ, residem em bairros da periferia, sendo a minoria nesta escola, conforme os dados presentes no PPP.

Sendo assim, os jovens que apresenta frequência inferior a 75% no ensino médio serão considerados em situação de descumprimento de condicionalidades e receberão as sanções conforme já demonstrado nesse trabalho.

Tabela 5 – Total de matrículas, número de BVJ e número de descumprimento por Escola com Ensino Médio, Cascavel, 2011

Escolas Estaduais	Total de Matrículas em 2011	BVJ *	Número de Descumprimentos no ano de 2011	Proporção entre n.º de Descumprimentos por BVJ
Colégio Estadual Brasmadeira	314	56	18	0,32
Colégio Estadual Cataratas	240	38	69	1,81
Colégio Estadual Consolata	479	51	106	2,07
Colégio Estadual Ébano Eleodoro Pereira	888	26	8	0,30
Colégio Estadual Francisco Lima da Silva	210	75	44	0,58
Colégio Estadual Horácio Ribeiro dos Reis	279	16	11	0,68

Colégio Estadual Ieda Baggio Mayer	263	23	50	2,17
Colégio Estadual Interlagos	265	85	127	1,49
Colégio Estadual Jardim Clarito	159	31	40	1,29
Colégio Estadual José Angelo Baggio Orso	321	27	44	1,62
Colégio Estadual Julia Wanderley	208	21	38	1,80
Colégio Estadual Juvinópolis	60	8	24	3,00
Colégio Estadual Marcos Claudio Schuster	417	45	71	1,57
Colégio Estadual Marechal Humberto Alencar Castelo Branco	367	28	22	0,78
Colégio Estadual Marilis Farias Pirotelli	476	21	02	0,09
Colégio Estadual Mário Quintana	422	45	40	0,88
Colégio Estadual Octavio Tozo	55	8	12	1,50
Colégio Estadual Olinda Truffa de Carvalho	329	36	23	0,63
Colégio Estadual Olivo Fracaro	217	41	74	1,80
Colégio Estadual Pacaembu	242	07	12	1,71
Colégio Estadual Padre Carmelo Perrone	496	51	54	1,05
Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz	410	50	161	3,22
Colégio Estadual Pedro Ernesto Garlet	63	04	02	0,50
Colégio Estadual Presidente Costa e Silva	273	27	00	0,00
Colégio Estadual Professor Victório Emanuel Abrosino	525	34	02	0,05
Colégio Estadual Reassentamento São Francisco	84	12	13	1,08
Colégio Estadual Rio do Salto	118	21	23	1,09
Colégio Estadual Santa Cruz	268	37	49	1,32
Colégio Estadual Santa Felicidade	337	41	47	1,14
Colégio Estadual Santos Dumont	226	17	06	0,35
Colégio Estadual São Cristovão	391	25	25	1,00
Colégio Estadual São João	128	25	00	0,00
Colégio Estadual Wilson Joffre	547	16	00	0,00
Colégio Estadual XIV de Novembro	257	19	45	2,32
Colégio Estadual Itagiba Fortunato	81	12	22	1,83

Fonte: PARANÁ, 2012a.

\* Dados relativos ao número de beneficiários no mês de novembro de 2011.

O Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz, com maior proporção de descumprimento, localiza-se no Jardim Veneza, um sub-bairro do bairro Cascavel Velho, sendo essa região parte do conjunto dos bairros periféricos desse município. Já a escola Colégio Estadual Presidente Costa e Silva localiza-se no bairro Jardim Maria Luiza considerada área central do município de Cascavel.

Conforme dados do IBGE Censo de 2010, o número total da população do bairro Jardim Maria Luiza era de 5.095 pessoas, totalizando 90 adolescentes com idade de 16 anos, e 80 jovens idade de 17 anos. Deste quantitativo, a condição de

alfabetização conforme situação do domicílio apresentou um total de 4.769 pessoas alfabetizadas e apenas 93 pessoas não alfabetizadas. (BRASIL, 2012g).

Quanto ao bairro Cascavel Velho, região onde se encontra localizado o Jardim Veneza, e por sua vez a escola com maior número de descumprimento de condicionalidades, o Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz, os dados do IBGE revelaram uma população de aproximadamente 13.392, deste quantitativo 303 pessoas, tem idade de 16 anos e 279 indivíduos, com idade de 17 anos. Diante disso, dos 12.241 pessoas, 11.430 são alfabetizadas, e apresenta um quantitativo de 811 pessoas analfabetas. (BRASIL, 2012g).

O contexto histórico e a realidade das escolas selecionadas como amostras desse estudo foram definidos a partir da análise do Projeto Político Pedagógico – PPP de ambas as escolas.

O Colégio Estadual Presidente Costa e Silva, uma das instituições componentes do universo dessa pesquisa, localiza-se em uma das regiões nobres da cidade como já foi afirmado acima, foi construída por meio de convênio com Fundação Educacional do Paraná – FUNDEPAR, Instituto de desenvolvimento educacional do Paraná e prefeitura municipal de Cascavel, cujo presidente da república da época era o Marechal Emílio Garrastazu Médice e governou o país entre (1969-1974). (CASCAVEL, 2012b).

O nome foi uma atribuição e homenagem ao presidente Costa e Silva e governou o país no período do regime militar (1967 a 1969), sua gênese está no decreto nº. 657 no ano de 1971. Num primeiro momento a escola recebeu o nome “Grupo Escolar Presidente Artur Costa e Silva” e a partir de 1982, foi alterado para Colégio Presidente Costa e Silva, mudando a nomenclatura, além disso, o ensino de segundo grau foi autorizado a partir deste ano com Parecer nº. 2.144/82 da Secretaria Estadual de Educação – SEED e resolução nº. 674/87. (CASCAVEL, 2012b).

Essa instituição obteve sede própria inaugurada em 1975, mantendo-se nesse endereço até a atualidade. A mesma situa-se na Rua José Caldart, 1.181, no Jardim Maria Luiza. Nos anos de 1970 a 1972 a escola atendeu as séries de 1º a 5º primário, sendo que em 1972 a 5º série foi eliminada. No ano de 1975, por meio da implantação da Lei nº. 5.692/71 as turmas subsequentes de 5º a 8º foram sendo implantadas gradativamente. (CASCAVEL, 2012b).

O curso básico propedêutico em comércio foi reivindicado pela comunidade escolar sendo implantado em 1983 e permaneceu até 1985, passando a denominar-se em 1987 de educação geral. Este continuou até o ano de 2000 para que as turmas iniciantes nesta grade curricular concluíssem nessa nomenclatura, sendo que em 1999 foi denominado de ensino médio havendo dessa forma a mudança de grade curricular.

A escola passa a ofertar o ensino médio nesta nomenclatura e permanece até 2012. Em 1985 essa instituição de ensino passou a ofertar o ensino de pré-escola para alunos com idade de cinco e seis anos. Também ofertou ensino pré-vestibular no ano de 1988 e 1989, bem como cursos de línguas estrangeiras. Ressalta-se que a nomenclatura grade curricular atualmente denomina-se matriz curricular. (CASCAVEL, 2012b).

No ano de 1995 foi instituído o curso de habilitação em auxiliar de contabilidade permanecendo até 1999, também ofertou técnico em contabilidade a partir de 1998 tendo em vista a adesão da escola ao Programa de Expansão Melhoria e Inovação do Ensino Médio no Paraná - PROEM. O ensino de 1º a 4º permaneceu na instituição até 1999 quando o município de Cascavel passou a responsabilizar-se pela oferta desta etapa de ensino, isso restringiu a essa escola a oferta de ensino fundamental e médio até 2007. (CASCAVEL, 2012b).

No ano de 2006 a escola passou a atender alunos com necessidades especiais, por meio da proposta escola inclusiva, sendo essa uma política estadual, que atendia especificamente alunos com deficiência intelectual e transtornos de aprendizagem, egressos do ensino fundamental I, ou seja, denominação que atualmente compreende o ensino de 1º a 5º ano.

A escola percorreu um total de 18 gestões. Atualmente possui duas diretoras. Fazem parte da equipe pedagógica cinco professores pedagogos, e três professores readaptados conforme a Lei nº. 15.308/06. O quadro de recursos humanos é composto por quatro secretárias, dois profissionais mecanografia/multimeios, um laboratorista, atuando no laboratório químico-física/física/biologia e ciências e um em informática, além de dois agentes administrativos, duas cozinheiras e oito auxiliares de serviços gerais. Já o corpo docente, é composto por setenta e três professores em regência que atuam no ensino fundamental e médio no ano de 2011. (CASCAVEL, 2012b).

No que se refere aos aspectos pedagógicos da presente escola, a direção tem o papel de atuar, a partir de legislações e decretos em vigor, e contribuir para a formação de indivíduo cidadão, respondendo pelo cumprimento das leis e determinações pelas questões de aprendizagem e socialização da criança e jovem em seu processo de formação. A sua relação com os demais funcionários deve primar por um trabalho coletivo e integrado, bem como, envolver os pais nesse processo. (CASCAVEL, 2012b).

O trabalho pedagógico por meio da equipe pedagógica é realizado pelo professor pedagogo com a função de assistir, coordenar, acompanhar e avaliar o processo de ensino aprendizagem. Também prevê o acompanhamento da construção da aprendizagem e avaliação, pautados nos critérios de qualidade que permeiam a prática pedagógica com vistas a contribuir na organização e desenvolvimento das atividades na escola, envolvendo toda a comunidade escolar. (CASCAVEL, 2012b).

O enfoque das ações da equipe pedagógica nesta instituição de ensino volta-se para o pedagógico, à medida que se centra em guiar atividades em conjunto com o corpo docente de forma a garantir êxito no processo ensino-aprendizagem. O corpo docente composto pelos professores atuantes nas diversas disciplinas deve considerar a formação integral dos educandos no que tange aos aspectos morais, físicos, afetivos e intelectuais, refletindo na formação de atitudes e visões de mundo frente à realidade no decorrer do processo ensino aprendizagem, com a finalidade de garantir aos alunos o acesso ao conhecimento e conseqüentemente à formação o trabalho.

Conforme análise, o PPP da escola Colégio Estadual Presidente Costa e Silva identificou que a maioria dos funcionários atuantes nesta unidade escolar possui ensino superior ao exigido para o cargo que ocupam, sendo 62,5% destes possuidores de ensino médio completo. Além disso, 31,5% concluíram o Programa Nacional de Valorização dos Funcionários em Educação - Prófuncionário – SEED/MEC, e apenas 6% já concluíram ensino superior.

Quanto ao grau de instrução do corpo docente, 83% possuem especialização, sendo 7,5% com o título de mestres, 8% estão cursando pós-graduação em sua área de formação ou áreas afins, 7% do corpo docente estão em readaptação de

função, que prestam serviços em outras funções educacionais. (CASCAVEL, 2012b).

Em pesquisa realizada pela escola junto aos alunos em 2010, por meio de questionários por amostragem aos estudantes do ensino fundamental e médio constatou-se que a maioria destes reside com os pais, no entanto, a pesquisa revelou também a existência de uma tendência crescente de alunos oriundos de famílias monoparentais, que residem somente com a mãe e uma parcela destes alunos residem com família acolhedora<sup>29</sup>. (CASCAVEL, 2012b).

Quanto à composição familiar dos alunos, conforme demonstrado no documento analisado, a maioria compreende três pessoas, seguida de cinco pessoas enquanto unidade familiar.

Já o aspecto que se refere ao território de moradia constatou-se ser a maioria dos alunos proveniente de outros bairros, tendo em vista que a escola encontra-se localizada na área nobre da cidade de Cascavel. Os alunos são originários dos respectivos bairros: Jardim Itália, Santa Felicidade, Jardim Veneza, Faculdade, Neva, Parque São Paulo, Pacaembu, Interlagos, Jardim União e Jardim Maria Luiza e a maioria destes alunos utiliza-se como meio de transporte ônibus escolar. (CASCAVEL, 2012b).

Referente à situação de moradia dos alunos, da escola Colégio Estadual Presidente Costa e Silva a pesquisa demonstrou que 56% possuem casa própria e 48% residem de aluguel, ou em casa cedida. Esses dados nos revelam o elevado déficit habitacional e a ineficiência de políticas habitacionais que atendam principalmente as populações habitantes das periferias urbanas.

Outro dado interessante revelado por essa mesma pesquisa é a dedicação exclusiva aos estudos pela maioria dos alunos, que não precisam trabalhar, e têm o privilégio de somente estudar.

Dessa forma, são as condições materiais fenômenos determinantes e explicativos da dedicação exclusiva aos estudos pela maioria dos estudantes da

---

<sup>29</sup> Família Acolhedora trata-se de uma Unidade Pública que presta serviços especializados de caráter contínuo, objetiva o acolhimento de crianças e adolescentes afastados da família por medida de proteção, em residência de famílias acolhedoras cadastradas neste serviço. O serviço tem a responsabilidade de selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras, bem como realizar o acompanhamento da criança e/ou adolescente acolhido em sua família de origem. O público alvo deste serviço é crianças e adolescentes, incluindo aqueles que apresentam deficiência, aos quais foi aplicada medida de proteção, por motivo de abandono ou violação de direitos, cujas famílias responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir com sua função de prestar cuidados e proteção.

escola Colégio Estadual Presidente Costa e Silva, mesmo aqueles oriundos da periferia, que têm garantido pelos pais a possibilidade de dedicarem-se aos estudos, mantendo-os na escola sem trabalhar, e custeando gastos de deslocamento e outros custeios necessários.

O grau de escolarização do pai é um dado importante a ser mencionado, já que essa mesma pesquisa evidenciou a maioria possuir ensino fundamental completo, constando 45%, enquanto 15% apresentam ensino superior completo e incompleto, isso é considerado pela escola um bom nível educacional do genitor ou responsável. (CASCAVEL, 2012b).

Quanto ao grau de escolaridade da mãe ou responsável verificou-se que as de ensino médio e fundamental completo somam-se a 50%, e o ensino superior completo e incompleto incorpora 11,7%, sendo também considerado pela escola um bom nível educacional da genitora ou responsável.

Outro dado a ser destacado na pesquisa realizada pela escola e evidenciada no PPP é que, 66% dos alunos entrevistados almejam ingressar no ensino superior público, 28% destes em cursos técnicos profissionalizantes e apenas 6% no ensino superior privado.

Os dados referentes a renda familiar dos alunos que participaram da pesquisa realizada pela escola em 2010, conforme destacado no PPP, revelam que 47% das famílias possuem renda de (1 a 3) salários mínimos, 30% de (3 a 5) salários mínimos, e 14% possuem renda de (5 a 8) salários mínimos, sendo que apenas 3% obtêm renda familiar de apenas (1) salário mínimo. Apesar da escola atender alunos de bairros periféricos, a maioria das famílias possui renda considerável a níveis satisfatórios de sobrevivência, com pouquíssimos casos de famílias consideradas extremamente pobres.

Além disso, a pesquisa demonstrou que 20% dos alunos possuem plano de saúde privado, e a maioria utiliza o Sistema Único de Saúde – SUS. (CASCAVEL, 2012b).

A escola também enfrenta problemas relacionados à evasão escolar, conforme demonstra o PPP, e traz dados do relatório final de 2009, pontuado pelo Setor Estadual de Registro Escolar - SERE/SEED na etapa de ensino médio 4,9% revelou abandono escolar, este número vem crescendo a cada ano, apesar desses dados, a interpretação do PPP, nos permite inferir que a escola considera ter um

bom aproveitamento escolar. Outro dado interessante revelado no PPP é a taxa de reprovação, sendo essa maior no ensino médio com índice de 7,5% no ano de 2009, tendo em vista que essa etapa de ensino em 2007 e 2008 representou aproximadamente 34% dos alunos e em 2009 60%<sup>30</sup> do total dos alunos na escola. (CASCAVEL, 2012b).

A existência de maiores taxas de matrículas no ensino médio, pode também contribuir para que as taxas de reprovação sejam maiores nessa etapa, considerando dessa forma a proporcionalidade.

A Tabela 6 demonstra os índices de aprovação, reprovação e abandono escolar dessa escola no ano de 2011, sendo estes dados preliminares, conforme informações do Núcleo Regional de Educação de Cascavel.

Tabela 6 - taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar no ensino médio no ano de 2011 da Escola Colégio Estadual Presidente Costa e Silva

Séries	1º.	2º.	3º.	4º	Total Médio
Taxa de Aprovação	71,54	67,67	87,5	0	74,14
Taxa de Reprovação	19,51	16,16	9,72	0	15,98
Taxa de Abandono	8,94	16,16	2,77	0	9,86

Fonte: PARANÁ, 2012a.

Essa tabela nos revela que a taxa de aprovação é de 74, 14% considerando uma média entre as três séries, e destaca ter o terceiro ano o maior índice de aprovação, enquanto o primeiro carrega às maiores taxas de reprovação, e o segundo ano as maiores de abandono escolar.

Dessa forma, o município de Cascavel apresenta conforme a Tabela 7 as taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar no ano de 2011, lembrando que o quarto ano conforme demonstra a Tabela se refere às escolas que ofertam ensino médio integrado na modalidade profissionalizante, e, portanto cursam quatro anos.

<sup>30</sup> Destaca-se que o PPP da escola Colégio Estadual Presidente Costa e Silva traz informações de que no ano de 2009 esta instituição escolar tinha no ensino médio o correspondente a 60% dos alunos. Para tanto, conforme dados da Secretaria de Estado da Educação – SEED no sistema de Gestão Escolar/ Consulta Escola esses dados revelam que neste mesmo ano esta escola possuía aproximadamente 36% de alunos no ensino médio.

Tabela 7 – Taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar no Ensino Médio no ano de 2011 no Município de Cascavel

Séries	1º.	2º.	3º.	4º.	Total Médio
Taxa de Aprovação	76,24	81,29	88,2	96,09	81,7
Taxa de Reprovação	16,71	12,92	6,24	1,95	12,2
Taxa de Abandono	7,4	5,78	5,55	1,95	6,09

Fonte: PARANÁ, 2012a.

Ao comparar as taxas de abandono da escola Colégio Estadual Presidente Costa e Silva com os dados referentes ao município de Cascavel, percebe-se que o percentual da taxa de abandono dessa escola nos três anos do ensino médio em 2011, sendo 9,86 foi maior que a apresentada por todas as escolas nos três anos dessa etapa de ensino, ou seja, 6,09.

Considerando a evasão escolar um problema que afeta a maioria das escolas brasileiras, principalmente aquelas oferecedoras de ensino médio no período noturno, essa escola tem desenvolvido medidas para combatê-la.

Essas medidas estão ancoradas no comprometimento dos profissionais envolvidos, além de acompanhamento da coordenação pedagógica junto às famílias, por meio de contato com os responsáveis ou com os próprios alunos, quando esses são maiores de 18 anos, por meio de informações sobre a atual situação do aluno na instituição escolar, seja por meio de bilhetes, contato telefônico, convocação dos pais para discutir sobre informações referentes a seus filhos sempre que necessário.

Além de encaminhamento ao conselho tutelar, quando não resolvida a situação junto à família e responsáveis, a escola pode sugerir encaminhamentos junto a vara da infância e juventude. Ademais, a escola aponta como ponto positivo a participação da maioria dos pais quando solicitado, seja para atendimentos individuais sobre situações pontuais de seus filhos, seja para reuniões envolvendo outras pautas convenientes a comunidade escolar. (CASCAVEL, 2012b).

Diante disso, o ensino médio por se tratar de uma etapa final da educação básica, objetiva-se assegurar a todos os cidadãos oportunidades de aprofundar e consolidar conhecimentos adquiridos por meio do ensino fundamental, de forma a

possibilitar ao ser humano condição de aprimorar o conhecimento e prosseguir nos estudos.

Essa etapa de ensino deve garantir ainda, a preparação básica para o trabalho e cidadania, com instrumentos que permitam ao educando continuar aprendendo, com vistas a desenvolver a compreensão dos fundamentos científicos tecnológicos dos processos produtivos, conforme Art. 35 da LDB 9.394/96, essa mesma compreensão encontra-se também no PPP da escola. É com esse propósito que esta escola desenvolve o processo de ensino aprendizagem. (CASCAVEL, 2012b).

Essa foi a apresentação dos dados de uma das amostras selecionadas para essa pesquisa, sendo esse um dos campos empíricos desse trabalho. Na sequência, abordaremos a outra amostra selecionada, ou seja, a escola Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz, sendo essa a escola que apresentou maior número de descumprimento de condicionalidades no ano de 2011 no BVJ vinculado ao ensino médio, e a qual possui estrutura pedagógica de forma diferenciada, ou seja, a organização do ensino médio se dá por blocos de disciplinas semestrais, sendo concentradas em um único semestre, deixando de ser seriada. Para isso pretendemos fazer a contextualização da realidade social, partindo de análise de dados presentes no PPP da presente escola.

A escola Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz, conforme já aludido, localiza-se em uma região periférica do município de Cascavel, região do bairro Cascavel Velho. Essa região situa-se na zona sul do município e é considerada uma das regiões pioneiras, ou seja, onde deu origem as primeiras habitações, e posteriormente a urbanização de Cascavel.

Para conhecermos essa realidade, fez-se conforme já mencionamos a análise do PPP da Escola, para isso, faz-se necessário compreender que os propósitos e intencionalidades presentes nesse documento, demandaram e demandam compromisso de toda comunidade escolar com o processo de construção e atualização desse documento, já que ele deveria revelar dados reais e concretos dessa instituição, buscando dessa forma, superar as dificuldades existentes no que se propõe à medida que se trata de um documento que organiza e norteia o trabalho escolar.

Esta escola num primeiro momento foi denominada de escola Estadual Jardim Nova Itália que ofertava ensino de 1º grau, sendo criada e autorizada a funcionar conforme resolução nº. 5.290 de 09/12/1986 no prédio da escola municipal Atilio Destro ensino infantil e ensino fundamental. Essa autorização de funcionamento foi estabelecida por um prazo de dois anos, contando a partir de 1987 para ministrar as quatro últimas séries do ensino de primeiro grau de forma gradativa, ou seja, em 1987 com 5º série, no ano de 1988 com a 6º série, em 1989 com 7º série e no ano de 1990 com a oferta de 8º série. (CASCAVEL, 2012c).

Em 15 de dezembro de 2008 por meio da resolução n.º 441, a escola Estadual Jardim Nova Itália obteve renovação do reconhecimento do ensino médio. Diante disso por meio da resolução n.º 1.853/09 esta escola passou a chamar-se Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz. Tal mudança decorreu da reivindicação da própria comunidade escolar em homenagem póstuma ao Padre Pedro Canísio Henz como forma de reconhecer o trabalho desenvolvido por este na comunidade.

A escola possui sede própria construída no ano de 2001. Neste mesmo ano, efetivou-se por meio de matrícula 869 alunos no ensino fundamental e 410 no ensino médio.

Esta instituição escolar oferta ensino fundamental séries finais e ensino médio, sendo que o ensino fundamental organiza-se em série, tendo se reestruturado para o ensino de nove anos a partir de 2012, isso corresponde às séries de 6º ao 9º. Esta escola prima pela inclusão social obtendo salas de recursos, para atendimento de alunos que apresentam necessidades educativas especiais associadas à deficiência física, mental temporária ou permanente que comprometa o desenvolvimento escolar, além de ofertar sala de apoio para alunos com dificuldades de língua portuguesa e matemática em contra turno.

O corpo docente componente desta instituição totaliza-se em 68 professores atuantes nas diversas disciplinas do ensino fundamental e médio. Todos apresentam ensino superior completo nas áreas em que atuam, e apenas 03 professores encontram-se afastados por licença médica.

O quadro de funcionários da presente escola é preenchido por agentes educacional I e II, conforme exposto no PPP sendo o primeiro composto por pessoas responsáveis pelos serviços gerais, tais como conservação, manutenção,

segurança e alimentação totalizando 13 funcionários. Quanto aos agentes educacional II é exercida por profissionais que atuam nas áreas de biblioteca, e laboratório de informática, bem como, secretaria, obtendo o total de 11 profissionais, ambos agentes educacionais possuem formação compatível com sua função. A escola tem como diretora atual a Sr.<sup>a</sup> Ana Cândida dos Santos e como secretária a Sr.<sup>a</sup> Dulcilei da Rocha Zander. (CASCAVEL, 2012c).

A equipe pedagógica da presente instituição escolar conta com atuação de 8 professores pedagogos que têm a responsabilidade de implantar, coordenar e implementar ações conforme as diretrizes curriculares, orientações do PPP e regimento escolar, estando em conformidade com a política educacional e orientações da SEED. (CASCAVEL, 2012c).

Essa escola também realizou uma pesquisa por meio de aplicação de questionários aplicados por amostragem aos alunos nos três turnos no ano de 2010 inseridos no ensino fundamental e médio. O objetivo da pesquisa foi identificar o perfil do alunado desta instituição e serviu como referência para organização didático pedagógica no contexto escolar, e o desenvolvimento de ações que visam à melhoria da qualidade de ensino. Os dados da presente pesquisa conforme exposto no PPP da presente escola evidenciam a realidade socio econômica e cultural dos alunos inseridos nesta instituição.

Sendo assim, essa pesquisa revelou que aproximadamente 90% dos alunos estão em séries compatíveis com sua idade.

Quanto ao grau de escolaridade dos pais ou responsáveis, 40% possuem ensino fundamental completo de 5º a 8º série e 23% concluíram o ensino médio, sendo que 29% possuem ensino fundamental de 1º a 4º série. Do quantitativo de alunos que participaram da pesquisa, 4% dos pais possuem ensino superior completo e 4% não apresenta nenhuma escolaridade.

No que tange ao grau de escolaridade da mãe ou responsável, identificou-se que 41% destas possuem ensino fundamental de 1º a 4º série, 32% concluíram o ensino fundamental de 5º a 8º série, e 17% possuem ensino médio, e apenas 4% têm ensino superior completo. Ao compararmos com a escolaridade do pai e da mãe, a pesquisa evidenciou que estes obtiveram melhores oportunidades de estudos, na etapa de ensino médio, onde o percentual é maior comparando-se aos estudos da mãe nesta etapa ensino. (CASCAVEL, 2012c).

Os alunos em sua maioria são pertencentes da área urbana e residem próximos da escola, 90% deles não necessitam de transporte para se locomoverem até a instituição e o deslocamento é realizado “a pé”.

Quanto à renda mensal familiar, a pesquisa evidenciou que a maioria dos alunos faz parte de famílias cuja renda permanece na faixa de (1 a 3) salários mínimos. A inserção dos alunos no mercado de trabalho apresenta dados variáveis, em que 67% destes não desenvolvem atividade laborativa, 12% destacaram trabalharem eventualmente, sendo que 9% trabalham aproximadamente 20 horas semanais e 9% 40 horas ou mais.

A pesquisa revelou ainda que a maioria dos alunos é oriunda dos bairros pertencentes à Região do Bairro Cascavel Velho, sendo: Jardim Veneza, Colina Verde, Jardim Itália e também parte destes pertencem à área rural.

Sendo assim, conforme evidenciado no PPP a pesquisa revela que a realidade dos alunos do período noturno é de trabalhadores assalariados, e em sua maioria são do ensino médio. Conforme os dados das profissões dos pais ou responsáveis foram destacadas como heterogêneas, conforme o referido documento pontua-as como:

[...] caseiro, descarregador, pintores, frentistas, carpinteiros, soldador, estofador, recapador, entregador, guardião, autônomos, serventes em construção civil, porteiro, taxistas, moto taxistas, agenciador de cargas, serralheiro, pedreiro, auxiliares de produção, jardineiro, marceneiros, contador, garçons, marmoristas, lavrador, pizzaiolo, locutor, motorista, montador em empresa automobilística, coletor, costureiro, corretores, inspetor fiscal, operadores de maquinas, gerentes de empresa do ramo do comércio, cabeleireiro, vendedores, guarda patrimonial, borracheiro, encanador, mestre de obras, mecânico, monitores encarregados de setores (indústria e comércio), empilhadores, empresários, motoristas, metalúrgicos, jardineiros, policiais militares, vigilantes, vidraceiros, padeiros, chapeadores, soldadores, torneiros mecânicos, professores, agricultores, cozinheiras. (CASCAVEL, 2012c, p.05 -14).

O conjunto de profissões dos pais destacadas acima, se trata de atividades que não exigem alto grau de ensino ou escolarização, o grau de escolaridade dos pais é compatível com as funções exercidas por estes. A pesquisa não revelou qual a situação de incorporação dessa força de trabalho, ou seja, se trata de trabalho formal ou informal. (CASCAVEL, 2012c).

Sendo assim, o total de alunos matriculados no ensino médio no ano de 2011 foi de 410 alunos, o PPP aponta à taxa de aprovação desta escola em 2010 foi de 78,9%, sendo que 8,50% tiveram reprovados e 12,40% abandonaram os estudos.

Os dados referentes a 2010 apontam que essa escola apresenta a maior taxa de aprovação na 1º série, sendo de 80,70%, maior taxa de reprovação foi percebida na 2º série, isso corresponde a 10,10% e de abandono ou evasão essa taxa foi maior na 3ª série com índice de 14,80%, conforme apresentado na tabela 8.

Tabela 8 – índice de aprovação, reprovação e abandono escolar nas três Séries do Ensino Médio em 2010 na Escola Estadual Padre Pedro Canísio Henz

Séries	1º.	2º.	3º.	Total Médio
Taxa de Aprovação	80,70	79,20	75,90	78,90
Taxa de Reprovação	6,60	10,10	9,9	8,50
Taxa de Abandono	12,60	10,60	14,80	12,40

Fonte: CASCAVEL, 2012c.

Esta instituição também reconhece a importância da presença da família na instituição escolar e cria diversas atividades e espaços para socialização de informações referente aos filhos de forma a contribuir para melhoria da educação escolar como um todo, tratando da materialidade da escola e do próprio PPP. (CASCAVEL, 2012c).

A escola Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz reconhece que essas experiências tenderão a consolidar-se com objetivo de estreitar as relações familiares e escolar. Dessa forma, a escola prioriza o canal de comunicação constante com a família e todo meio sócio educacional por meio de atuações que requerem: acompanhamento dos pais ou responsáveis do aluno na escola, participação de encontros que envolvem a participação destes, reuniões para discussão das dificuldades de aprendizagem, propondo os devidos encaminhamentos, desenvolvimento de ações diversificadas envolvendo toda a comunidade escolar, convocação de reuniões de pais e ou contato com a direção e equipe pedagógica sempre que necessário, atendimento individual reuniões com APMF, promoção de gincanas, jogos escolares, festas em datas comemorativas festivais de dança, reuniões para troca de informações sobre rendimento do processo de aprendizagem dos alunos, palestras com profissionais que apresentam

habilidades em determinados assuntos considerados relevantes a serem discutidos, e que devem ser tratados no meio escolar e com os pais, promoção de excursões, entre outros. (CASCAVEL, 2012c).

Conforme análise do PPP, a participação dos pais na escola não deve se restringir apenas quando o aluno apresenta a necessidade associada a comportamentos negativos ou notas baixas, ou até mesmo em momentos festivos, mas essa interação dos pais com a escola deve ocorrer como mecanismo de enriquecimento mútuo com ampliação do espaço democrático da escola e também como forma de combater a evasão escolar.

Assim como as demais escolas, esse problema também está presente nessa realidade, e essa escola busca combater a evasão escolar, cuja taxa é de aproximadamente 10% no ano de 2010.

Como medida de combate a evasão, essa escola aderiu no ano de 2010 a uma organização diferenciada na oferta de ensino médio, recomendado pela SEED, que deixou de ser seriada, passando a ser ofertado por Blocos, cujo nome é: “organização do ensino médio por blocos de disciplinas semestrais”.

Vale ressaltar que como foi somente uma recomendação da SEED, e que não era obrigatório ser acatada pelo conjunto das escolas, no momento em que o ensino médio por blocos foi sugerido, a própria SEED, fez uma propaganda referente a essa nova organização de ensino, e destacou ser uma alternativa para a superação ou enfrentamento da evasão escolar, característica presente na maioria das escolas que ofertam ensino médio, principalmente noturno. Essa proposta foi considerada como inovadora pelo fato do Estado do Paraná apresentar uma taxa significativa de evasão escolar e repetência. Diante dessa problemática houve a necessidade de pensar novas ações para o ensino médio. (PARANÁ, 2012b).

A partir de 2007 o Departamento de Educação Básica – DEB começou a estudar e desenvolver pesquisas sobre o número de aprovação, repetência e evasão no âmbito do ensino médio. Diante do resultado, essa secretaria propôs a organização do ensino médio por blocos de disciplinas semestrais, na perspectiva de superar os índices de evasão escolar no Estado do Paraná. Foi formada uma comissão com vários representantes de setores ligados à educação, onde estudaram uma proposta que garantisse a efetivação dos seus princípios, ou seja, o direito do aluno a continuar os estudos, e aproveitamento nos estudos parciais.

Segundo o Censo Escolar no final de 2007, no Estado do Paraná apresentava os seguintes índices de evasão e repetência no Ensino Médio Noturno: 1ª série – 47% 2ª série – 32% 3ª série – 23%. No Ensino Médio diurno os números se modificam pouco, apresentando índices diferentes de reprovação e evasão, mas ainda sim muito altos, pois no diurno os evadem menos, mas reprovam mais. (PARANÁ, 2012b, p. 01).

Diante disso, em 2008 houve a ampliação da comissão formada para estudar propostas de combate à evasão escolar no âmbito do ensino médio, quando se discutiu questões mais práticas da implantação da proposta do ensino médio organizado por blocos para alunos do noturno, vista como uma solução rápida para um problema posto como antigo e urgente. (PARANÁ, 2012b).

Por se tratar de uma questão democrática, definiu-se no âmbito governamental que a proposta seria optativa para a escola em todos os turnos do ensino médio, isso trouxe um aspecto positivo num primeiro momento para a escola, ficando a critério destas a necessidade de adotar mudanças conforme a sua necessidade. Em 2008 mediante resolução nº. 5.590 da SEED e instrução, nº. 021 da Secretaria de Estado da Educação Superintendência da Educação - SUED-SEED implantou-se de forma optativa a organização do ensino médio por blocos de disciplinas semestrais. (PARANÁ, 2012c).

É nessa lógica que a escola Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz por meio de reunião com a comunidades escolar optou por aderir à proposta, com a necessidade de enfrentar os índices de evasão e reprovação escolar no âmbito do ensino médio, que conforme Instrução nº. 021/2008 enfatiza,

Os estabelecimentos da Rede Pública Estadual de Ensino que ofertam Ensino Médio Regular e **que possuam mais de uma turma de cada série** poderão optar pela organização por Blocos de Disciplinas Semestrais, com implantação a partir do ano letivo de 2009. A carga horária anual da disciplina ficará concentrada em um semestre, garantindo o número de aulas da Matriz Curricular, pois os Blocos de Disciplinas Semestrais são ofertados de forma concomitante nos dois semestres. Cada Bloco de Disciplinas Semestrais deverá ser cumprido em, no mínimo, 100 dias letivos, previstos no Calendário Escolar. Se o total de turmas previstas para o Ensino Médio for ímpar, será necessário: a) reorganizar a série que tiver o maior número de alunos matriculados de modo que o número de turmas daquela série seja par. b) distribuir os Blocos de Disciplinas Semestrais de forma alternada pelo Ensino Médio em todas as turmas de todas as séries. Turmas pares: se o número de total de turmas já for par, distribuir os Blocos de Disciplinas Semestrais de forma alternada pelo total de turmas de todas as séries. (PARANÁ, 2012c, p. 01).

Dessa forma, a carga horária anual ficará concentrada em um semestre, garantindo o número de matriz curricular, sendo que os blocos de disciplinas semestrais são ofertados de forma concomitante nos dois semestres. Além disso, a escola Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz é a única instituição escolar que oferta ensino médio por Blocos na região do bairro Cascavel Velho no município de Cascavel, área de abrangência onde se localiza a presente escola.

A organização do ensino médio por Blocos na escola Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz contribuiu de forma significativa para a redução da evasão escolar, principalmente para alunos maiores de 18 anos que são trabalhadores. Antes da escola aderir a essa forma de organização, primeriamente foi realizado uma reunião com os pais e responsáveis, com corpo docente da escola e com os demais funcionários para decidirem sobre tal adesão, e que da mesma forma foi feito para retomar ao ensino regular em 2013, por meio de assembléia com os pais e funcionários da escola, mesmo obtendo índice positivo no combate a evasão escolar, a comunidade escolar decidiu retomar ao ensino médio regular<sup>31</sup>.

Outro dado interessante ressaltado pela equipe pedagógica, é que tanto os pais quanto os professores se demonstraram insatisfeitos com essa forma de organização, os professores pela dificuldade de se adaptarem a essa nova organização de ensino, uma vez que, é necessário concentrar as disciplinas anuais em um único semestre e muitos deles não se adaptaram às aulas de forma concentradas.

Essa escola se depara também com problemas relacionados ao crescimento populacional no território de abrangência do Jardim Veneza área que se localiza essa instituição de ensino, bem como dos bairros adjacentes que fazem parte da região do bairro Cascavel Velho, sendo que, o aumento demográfico leva consequentemente ao aumento de matrículas, dado a ampliação da demanda. Tem-se dessa forma a necessidade de ampliação do espaço físico, dessa escola, que carece urgentemente dessas reformas para garantir a inserção de crianças e adolescentes no ensino regular.

O PPP desta instituição escolar pontua como avanço na política de educação que a SEED vem desenvolvendo ações voltadas à formação continuada dos

---

<sup>31</sup> Informações colhidas junto a direção da da Escola Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz.

profissionais de educação, com destaque para o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, tornando-se uma referência nacional e se caracteriza como a primeira política institucional que visa à integração entre ensino superior e educação básica.

Essa política demonstra a valorização do professor e atende às necessidades da escola, uma vez que o professor passa por uma seleção, e tem o direito de se afastar integralmente para estudar, retornando seus vínculos à universidade, cujo objetivo é a capacitação e o desenvolvimento de metodologias e estudos aplicados diretamente na educação básica. Esse programa PDE apesar de não contemplar de uma só vez todos os professores, tem contribuído para a formação e qualificação de um conjunto de professores da rede estadual de educação. Se a melhoria da prática pedagógica é o objetivo desse programa, conseqüentemente isso reflete diretamente na relação ensino aprendizagem, bem como na qualidade de ensino. (CASCAVEL, 2012c).

A formação de caráter continuado é compreendida como um direito de todos os profissionais que atuam na área da educação no sentido de contemplar as especificidades de sua função. É essencial que seja oportunizado aos professores e demais funcionários da escola o acesso constante aos novos conhecimentos produzidos nas diferentes áreas, isso tende a contribuir para a qualidade do ensino com reflexos diretamente para a formação do aluno. A formação continuada é uma estratégia que vem ao encontro do enfrentamento aos desafios colocados ou demandados para a escola, e deve se efetivar por meio de capacitações ofertadas pela SEED, dentre esses desafios a serem superados, destaca-se o combate da evasão escolar. (CASCAVEL, 2012c).

Esta instituição oferta, também educação de línguas estrangeiras, e executa o Projeto mais Educação<sup>32</sup>, por meio de atividades optativas que propõe atender estudantes do ensino regular fundamental e médio em horários de contra turno. A execução deste projeto é realizada por um professor da rede pública, com carga horária específica, responsável pelo seu desenvolvimento em cada estabelecimento

---

<sup>32</sup> O projeto mais educação oriundo do programa mais educação foi criado pela portaria interministerial nº17/2007 com objetivo de aumentar a oferta educativa nas escolas públicas com atividades optativas que foram agrupadas em macrocampos com acompanhamento pedagógico, sendo meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, também cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educomunicação, educação científica e educação econômica. Maiores informações acessar portal do MEC.

escolar e na presente escola é ofertado cursos de canto, dança, jornal escolar, letramento e teatro. (CASCAVEL, 2012c).

Tendo em vista a realidade das duas escolas identificadas como campo empírico dessa pesquisa, a escola Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz, apresentou no ano de 2011, maior número de descumprimento de condicionalidades do BVJ vinculado à frequência no ensino médio. Identificamos esse resultado a partir da análise de dados do registro da frequência escolar no documento projeto presença do MEC, disponibilizado pela SEMED de Cascavel.

Para que as secretarias municipais de educação repassem os dados referentes à frequência escolar dos alunos inseridos no ensino médio que constam os motivos dos descumprimentos, o MEC fornece uma legenda com uma lista de motivos para que as escolas estaduais alimentem os dados conforme as faltas dos alunos BVJ e repassem para a SEMED.

Nessa legenda, os motivos enumerados de 64 e 65 são os mais se destacados, sendo respectivamente desinteresse/desmotivação pelos estudos e abandono escolar/desistência sendo esses indicadores que contribuíram para os alunos descumprirem. A Tabela 9 esclarece os motivos que compõe o documento “relatório projeto presença” do MEC e as secretarias municipais de educação obtêm o acesso quando o aluno descumpra a condicionalidades, com presença inferior a 75% na escola no ensino médio.

Tabela 9 – Legenda de Motivos dos descumprimentos de condicionalidades do PBF/  
BVJ

<b>LEGENDA</b>	<b>MOTIVOS</b>
1	Ausência por questão de saúde do aluno
2	Doença/Óbito na família
3	Inexistência de oferta de serviços educacionais
4	Fatos que impedem o deslocamento à escola
5	Inexistência de serviço/Atendimento educacional à pessoa com deficiência/necessidades especiais
6	Concluiu o Ensino Médio
7	Suspensão escolar
8	Educação de jovens e adultos semipresencial
9	Situação coletiva que impede a escola de acolher os alunos

51	Gravidez
52	Mendicância/Trajétória de rua
53	Negligencia dos pais ou responsáveis
54	Trabalho infantil
55	Violência sexual/exploração sexual
56	Violência domestica
57	Sem motivo identificado
58	Escola não informou o motivo
59	Motivo inexistente na tabela
60	Violência/Discriminação/Agressividade no ambiente escolar
61	Motivos sociais familiares
62	Trabalho do jovem
63	Exploração/Abuso sexual/Violência domestica
64	Desinteresse/Desmotivação pelos estudos
65	Abandono escolar/Desistência
66	Necessidades de cuidar de familiares

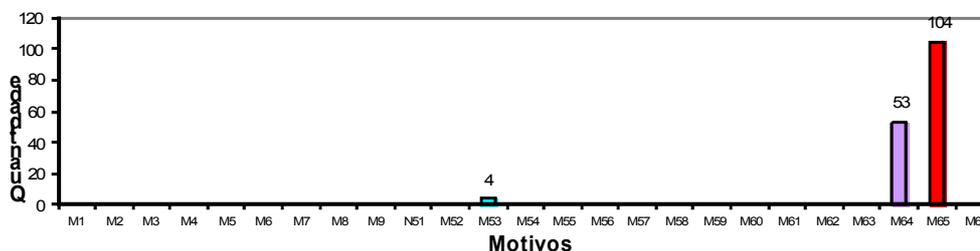
---

**Fonte:** CASCAVEL, 2011

Dentre os motivos destacados, percebe-se que os mesmos estão associados às implicações sociais do sistema capitalista, o que permite concentração e acumulação de capital nas mãos de uma minoria, gerando as mazelas sociais que atingem a grande massa da população a classe trabalhadora, destituída dos meios de produção. Devido à fragmentação das políticas sociais, e nesse caso aparece nos dados relacionados à política educacional, os graves problemas sociais manifestam-se concomitantemente no sistema de ensino, que reproduz a dualidade de classe, sendo essa uma das expressões máximas do sistema capitalista.

Diante do exposto, a escola Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz enquanto campo empírico apresentou maior número de descumprimento de condicionalidades no BVJ ao longo de 2011, estes estiveram relacionados a três motivos conforme evidencia a tabela acima, sendo o motivo 64 relacionado ao (desinteresse/desmotivação pelos estudos), obtendo 53 descumprimentos no decorrer de 2011, e com maior expressão o motivo 65 referente ao (abandono escolar/desistência) com total de 104 descumprimentos, e o motivo 53 relacionado com a (negligência dos pais ou responsáveis) e obteve apenas 04 descumprimento ao longo do ano, podendo ser visualizado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Motivos do descumprimento de Condicionalidades dos alunos BVJ no decorrer do ano de 2011 vinculados ao Ensino Médio na Escola Padre Pedro Canísio Henz



Fonte: CASCAVEL, 2011.

Conforme os dados evidenciados no presente estudo, que demonstra a realidade dos descumprimentos na presente escola, conforme expusemos, se existe uma escola dual e se organiza conforme a diferença de classes, há uma educação direcionada para ao pobres, classe trabalhadora e outra voltada para os interesses da classe dominante, e utiliza o conhecimento científico para garantir sua hegemonia dominante e a educação para a classe trabalhadora, e tem por objetivo preparar mão de obra para garantir a reprodução do capital, mas às vezes, inclusive também dispensa essa mão de obra, por excesso, ou pela ideologia que há trabalho e que os trabalhadores não estão suficientemente qualificados para esses postos.

É desse sistema educacional que a escola Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz pertence, sendo público e assim como a maioria das escolas públicas brasileiras, sofre o descaso com essa educação.

Pode-se inferir que o descaso com a educação pública está na sua precarização, cujas consequências se expressam nas condições das escolas, seja em sua estrutura física e espacial, além da existência adequada de laboratórios técnicos de qualidade e desvalorização dos professores, cuja política está atrelada a oferta de formação continuada oferecida em alguns dias do ano letivo, estando essas associadas a elevada carga horária de trabalho e envolve uma relativa parcela desses profissionais, que sobrecarregam-se para complementar sua renda familiar, tendo em vista os baixos salários.

A sobrecarga de trabalho dos professores associadas aos problemas estruturais já mencionados, são na maioria das vezes limitadores do próprio trabalho dos professores, pois esses não conseguem inovar didaticamente, além de ter tempo disponível para estudar para assim garantir da melhor forma possível a

transmissão do conhecimento científico. Ademais, não pretende-se generalizar que todos os professores com elevada carga horária não desempenham boas aulas e transmissão dos conteúdos científicos, mas salienta-se ser a sobrecarga uma variável limitadora, já que o tempo de trabalho em sala impede o professor de estudar e preparar aulas.

Além desses motivos, os alunos que frequentam essa escola, conforme já discutimos são trabalhadores, e estão em sua tripla jornada cotidiana. O cansaço do trabalho, associado a outras responsabilidades e papéis sociais, somam-se como outra variável também responsável pelo desinteresse e desmotivação pelos estudos, conforme apresenta o motivo 64 do gráfico acima.

Os alunos beneficiários do PBF/BVJ cursam uma modalidade de ensino cuja dualidade se manifesta de forma nevrálgica, já que o ensino médio carrega consigo as manifestações contundentes dessa educação dual, quando possui uma formação que pode preparar para a continuidade dos estudos, e uma formação que minimamente atende as demandas do mundo do trabalho, isso quando atende.

Já o motivo 65, relacionado ao abandono escolar e desistência, é certamente um dos maiores problemas da educação pública no Brasil, e demanda alternativas de solução no combate a essa problemática não somente nesta escola, mas em todo o município de Cascavel, pois seus dados correspondem a 6,9% de abandono escolar no ensino médio no ano de 2011. (PARANÁ, 2012a).

A compreensão dessa variável é fundamental, pois entender o que causa o abandono ou a desistência escolar pode ser um indicador importante para o desenvolvimento de políticas sociais que venham ao encontro de diminuir esse problema, o que atinge muito mais o ensino médio, no Brasil.

Essa variável está também relacionada a variável 64, já que o aluno desmotivado e desinteressado pelos estudos, tem como consequência o mal desempenho e rendimento escolar, isso consequentemente pode levá-lo a evadir-se da escola. Sendo assim tais fatores já relatados, somam-se a outros que possivelmente estão associados à questões econômicas, em que muitos alunos são obrigados a saírem da escola seja para ampliar sua carga de trabalho e complementar renda, ou mesmo pela incapacidade física de se adequar as exigências do trabalho e da escola.

Pinto e Cruz (2012) ao realizarem uma análise dos dados estatísticos apresentado pelo IBGE em 2008 revelam que a evasão escolar é mais acentuada entre alunos na idade de 15 a 17 anos, matriculados em sua maioria no ensino médio. A escola Padre Pedro Canísio Henz, não se difere dessa realidade, já que a maioria dos alunos que evadem são aqueles matriculados no ensino médio noturno.

O BBF/BVJ contempla estudantes dessa faixa etária, possibilita o combate à evasão escolar e o retorno de jovens que estavam fora do sistema de ensino, além disso, é um benefício variável o que permite a complementação da renda familiar, sendo que o valor deste benefício é de R\$38,00 e contempla até dois jovens na idade de 16 a 17 anos por família.

Dessa forma, na escola Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz, os alunos BVJ, vinculados ao ensino médio, este benefício contribui de forma significativa para o combate à evasão escolar, principalmente quando este é fundamental ao complemento da renda familiar. Os pais, muitas vezes procuram a escola na tentativa de fazer com que os filhos retornem aos estudos quando o benefício está para ser cancelado, isso na maioria dos casos, contribui para o combate a evasão escolar, pois possibilita o retorno dos alunos no ensino médio<sup>33</sup>, tendo em vista que o descumprimento incide em três efeitos, advertência, suspensão e cancelamento do benefício.

Para Pinto e Cruz (2012), os motivos de esses jovens estarem fora da escola estão ligados a vários fatores, muitas vezes difíceis de serem superados para continuarem os estudos e permanecerem na escola. A necessidade de ingressar no mercado de trabalho, o convívio com a violência e problemas de ordem familiar, são os mais destacados. Sobressaem-se também a dificuldade de acesso à escola, além da péssima qualidade de ensino, constituindo-se como outros fatores que mais contribuem para o abandono escolar pelos jovens.

A percepção de que a escola reflete a sociedade, e por isso não pode ser pensada fora dela, como algo isolado e distante, é uma das condições necessárias para compreendermos os motivos que levam a evasão escolar. Esse problema, conforme nos evidenciam os dados dessa escola, tem origem em outras situações que estão fora da escola, mas que a afetam diretamente.

---

<sup>33</sup> Informações colhidas junto a direção da da Escola Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz.

Citamos por exemplo ser o trabalho algo necessário para garantir as relações de sobrevivência de muitos jovens da classe trabalhadora, o aluno não deixa de estudar somente por conta da escola, das suas condições necessariamente, mas, o aluno trabalhador, não suporta a tripla jornada, sendo essa última àquela que requer dele atenção, concentração e disciplina. Isso ocorre num momento de limite de suas forças físicas, e muitas vezes não é suportado por um grande número de estudantes trabalhadores. Tendo por consequência, o que denominamos de fracasso escolar, quando o aluno não corresponde ao bom desempenho nos estudos, chegando a não assimilar o conhecimento científico ou mesmo a situações de reprovação, ou ao abandono escolar.

O sistema capitalista naturaliza as situações de informalidade, baixos salários, ou desemprego, a partir das relações meritocráticas, pois o sistema joga para o sujeito a sua responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso, sendo assim, a situação que encontra-se o sujeito é resultado de seu próprio desenvolvimento na sociedade, de seu sucesso ou esforço individual. Assim também, consolidam-se as justificativas para a valorização do trabalho intelectual, e desvalorização do trabalho manual, sendo que esse é desprezível e reservado aos menos esforçados, e socialmente excluídos de outras possibilidades.

A evasão escolar, dessa forma, desencadeia outro motivo, também evidenciado nos dados da tabela 9 que apresenta o conjunto de motivos de descumprimento de condicionalidades, o motivo 53 “Negligência dos pais ou responsáveis”, o que deve ser considerado porque os pais ao perceberem a evasão dos filhos não tomam iniciativas que venham combatê-las, mas parecem acomodar-se diante de tal situação, quando percebem e encontram os filhos em uma situação de cansaço físico, proporcionado pelo trabalho o que contribui para a complementação de renda familiar.

O fracasso escolar e a desvalorização da educação pela classe trabalhadora, já foi discutido por Saes (2013) que ressaltou as condições materiais de existência e a necessidade da ocupação das crianças serem destinadas ao trabalho, quando a escola tira delas o tempo e a renda que poderiam ser destinados para o trabalho.

Para as famílias de trabalhadores manuais, as crianças constituem mão de obra suscetível de ser colocada, desde cedo, a serviço da reprodução material da unidade familiar. Analisada por esse ângulo, a entrada das crianças no ensino fundamental representa um desvio

de energia que poderia ser empregada na esfera do trabalho e, portanto, indiretamente, um empobrecimento da família trabalhadora. Isso explica, de resto, que a evasão escolar das crianças pobres, como consequência do fracasso escolar, seja freqüentemente encarada como uma fatalidade, e não como um acontecimento revoltante, pelos pais desses alunos. Talvez pela mesma razão muitas famílias de trabalhadores manuais promovem o retardamento da entrada dos seus filhos no universo escolar, argumentando que lhes faltaria a maturidade necessária para tanto, presente apenas, desde cedo, nos filhos de pais ricos. (SAES, 2005, p. 99).

Associado a isso, tem-se a desvalorização do trabalho manual, onde muitas vezes ele realiza sua atividade laborativa sem a necessidade de maior grau de instrução para isso, sendo um elemento a mais para a não se valorização da escola ou mesmo do conhecimento científico. Xavier (1990) nos demonstrou em seu estudo que a educação não era considerada algo importante para os trabalhadores, pois os mesmos desenvolviam suas atividades sem ter acesso à escola.

Esse conjunto de expressões contribui para o aluno desacreditar que a escola possa proporcioná-lo um futuro melhor, tendo em vista que a educação recebida por eles na atualidade tem qualidade precária em relação ao conteúdo, ao preparo para o trabalho. (Pinto e Cruz, 2012).

Esses autores pontuam ainda que em 2007 a Fundação Getulio Vargas por meio de uma pesquisa relacionado à evasão escolar revelou por meio dos alunos a falta de atrativos da escola, e por isso não querem mais estudar. Outro agravante para esse desinteresse são as sucessivas reprovações sofridas pelos alunos, e conseqüentemente acabam por desmotivá-los. Porém, para esses autores, associar o abandono escolar a um histórico de repetências é no mínimo um equívoco, ao passo que este não é o único fator responsável pela evasão escolar. (Pinto e Cruz, 2012).

Para Alaminos, (2012) as dificuldades econômicas tornam-se uma justificativa para a saída de jovens da escola, obrigando-os a exercerem atividades laborativas remunerada para complementar a renda familiar. A realidade brasileira marcada pela expressiva desigualdade social em que a situação de muitas famílias é a condição de miséria, muitos jovens são obrigados a buscar meios de subsistência em detrimento da continuidade nos estudos.

Embora a educação não seja valorizada por muitos alunos e responsáveis, deve-se ressaltar que essa não é uma premissa a que possa ser generalizada a

toda classe trabalhadora, mesmo representando a grande maioria, isso pode ser constatado com os dados da escola com menor índice de descumprimento, e conseqüentemente, percebermos que a maior parte dos estudantes não desenvolve outra atividade a não ser a dedicação exclusiva aos estudos.

Isso demonstra que esses alunos também filhos de trabalhadores possuem uma realidade diferenciada da massa da classe trabalhadora no Brasil, pois priorizam a educação e a formação dos filhos. Porém essa realidade não compreende a maioria da população brasileira, já que, conforme discutimos, as péssimas condições de vida implicam em obstáculos para o aluno trabalhador ingressar e permanecer na escola pública.

Na concepção de Soares (1986), ao fazer uma discussão crítica sobre a ideologia do dom, todos possuem seu lugar na escola e as oportunidades são dadas a todos nessa ideologia, portanto, o sucesso ou fracasso dependerá unicamente do indivíduo.

Dessa forma, as causas do sucesso ou fracasso no ensino devem ser analisadas a luz das características individuais, pois a explicação da ideologia do dom é que a escola oferta igualdade de oportunidades para todos, portanto, o bom aproveitamento depende de cada um. Essa ideologia reproduz as idéias liberais, principalmente aquela que concebe o indivíduo como um ser livre, para individualmente traçar seu caminho de sucesso, bastando para isso o seu esforço, consolidando uma idéia hegemônica que associa o sucesso educacional a meritocracia.

Esse discurso tende a ocultar que o problema não está na estrutura da sociedade a que é desigual e não tem como garantir o sucesso de todos, mas reforça a explicação das desigualdades como fenômeno natural não sendo, portanto somente da escola a responsabilidade pelo fracasso do aluno, associado ao abandono escolar.

Portanto, de acordo com essa ideologia liberal a causa estaria relacionada à aptidão, à inteligência e ao talento de cada um desses jovens, ou seja, das suas condições básicas para aprender, passando a ser natural a seleção dos mais capazes e dos menos capazes, classificando-os em:

[...] em turmas “fortes” e turmas “fracas”), identifique “bem-dotados” e “superdotados”, e a eles dê atenção especial, e oriente os alunos para

diferentes modalidades de ensino (por exemplo: os “menos capazes” para um 2º grau profissionalizante, os “mais capazes” para um 2º grau que leve ao acesso a cursos superiores). (SOARES, 1986, p.11).

Outra questão pontuada pela autora é a ideologia de deficiência cultural e está relacionada à posição hierárquica dos indivíduos determinadas por suas características individuais, ou seja, a idéia de as diferenças sociais originarem-se da diferença de aptidão de inteligência.

Os mais dotados, os mais aptos, os mais inteligentes, constituiriam por suas características de classe favorecida, a dominante, embora os destituídos dessas características constituíssem as classes dominadas e menos favorecidas, isso se torna natural os alunos das classes populares o fracasso escolar relacionado ao abandono e desinteresse pelos estudos, caracterizando-os como menos dotados, menos aptos e menos inteligentes, o contrário disso, não fracassariam, mas sim obteriam o acesso as classes favorecidas.

As condições que gozam as classes favorecidas permitem a elas o desenvolvimento desde a infância dada sua condição de possuir meios para obter sucesso na escola, ao contrário do que se apresentam as condições da classe trabalhadora, pois as formas de socialização da criança no contexto das condições dessa classe não permitem o desenvolvimento das características de obter sucesso na aprendizagem, ao inverso, seriam responsáveis pelas dificuldades que os alunos apresentam por fazer parte da classe menos favorecida, sendo rotulados como menos capazes. (SOARES, 1986).

É sabido que as desigualdades sociais são fruto dessa relação antagônica, e nada tem relação com a desigualdade de cunho natural ou de aptidão e inteligência. Naturalizar o fracasso escolar pela meritocracia oculta os reais motivos que contribuem para esse processo.

As condições materiais de sobrevivência e a determinação da economia sobre a vida social é o principal fator o que nos permite compreender as raízes desse fenômeno. Conforme já discutimos, as crises cíclicas do capitalismo e seus efeitos principalmente na periferia do capitalismo, como degradação das condições de vida da população, associada à queda de salários e alto índice de desemprego afetaram a vida de milhares de brasileiros, quando o Estado desempenhava uma política de redução de custos estatais com políticas sociais, através do cumprimento de uma agenda neoliberal.

Se na década de 1990 ocorreu maior empobrecimento da população associada à redução dos gastos públicos, as contradições dessa realidade levaram por outro lado a organização da classe trabalhadora e a demanda por políticas sociais. Associado a isso, o aumento da pobreza representava também uma ameaça que poderia impulsionar o levante da classe trabalhadora. É nesse contexto que, conforme já relatamos temos nos anos 2000, a ampliação dos investimentos em políticas sociais, sendo o BPF/BVJ exemplos dessas políticas, que resultam do conflito entre capital e trabalho.

Cabe também destacar que alguns motivos apresentados na tabela 9, como o 61 “sociais familiares” e o 66 “necessidade de cuidar da família”, estão relacionados às mudanças políticas sociais e econômicas que alteraram de forma substancial a organização das famílias brasileiras.

Isso pode ser percebido nos novos arranjos familiares, que inclusive levaram a mudança na constituição de 1988, que reconhecia como família apenas aquela constituída com base no casamento ou na união entre heterossexuais.

Isso significa que o conjunto de leis de certa forma se adequa ao conjunto das mudanças sociais, no caso da família houve o reconhecimento da união estável entre homem e mulher independente do casamento religioso e civil, além daquelas de caráter monoparentais, conforme Lopes (1994).

Essas mudanças descaracterizaram o conceito de família, legitimado até então pelo vínculo nuclear, isso trouxe implicações e novas relações sociais, que se expressam principalmente na família chefiada por mulheres. Essa realidade assola a classe trabalhadora, pois grande parte dessas famílias é atingida pela pauperização e degradação das condições de vida, isso de certa forma contribui e interfere no cuidado da família.

Mães que precisam trabalhar e simultaneamente criar seus filhos, associadas à deficiência de políticas sociais, obrigam-se a deixar os filhos em situações de vulnerabilidade e risco social. Filhos mais velhos cuidando dos mais novos, avós tomando para si essa responsabilidade, a marginalidade social, são dentre um conjunto de fatores elementos que afetam e nos permitem explicar o motivo 66, que estabelece a necessidade de cuidar da família.

Já os motivos sociais e familiares, expressos no motivo 61, não estão desvinculados desses, mas os que os explicam são a precarização das condições

de vida da população, os baixos salários, os novos arranjos familiares, o baixo poder aquisitivo de muitas famílias monoparentais chefiadas por mulheres, estão relacionados às condições materiais de existência ou ao aspecto econômico, determinando o conjunto das relações sociais.

Percebemos nessa pesquisa que considerou duas escolas públicas como amostra, sendo alunos cuja origem não está nas classes dominantes, mas são todos eles filhos da classe trabalhadora, a realidade e as condições de sobrevivência material e espiritual, no sentido marxiano são determinantes para o sucesso ou fracasso dos alunos.

Essa constatação entre as escolas públicas, em que a maioria das famílias apesar de ser parte da classe trabalhadora consegue manter seus filhos com dedicação exclusiva a educação, e outra onde as condições materiais constituem-se em obstáculos para a efetivação desse privilégio, pois além de estudar grande parte dos alunos tem que vender sua força de trabalho concomitantemente ao período de estudo.

Isso nos permite inferir e reafirmar que mais uma vez o econômico ou o denominado por Karl Marx (1998) de infraestrutura determina as relações sociais, levando em consideração que as condições materiais de sobrevivência dos alunos que podem dedicar-se integralmente aos estudos, embora sejam esses filhos de trabalhadores, são consideradas privilegiadas em relação àqueles estudantes que têm de submeter-se a uma extensiva e intensiva jornada de trabalho e consiliar parte de seu tempo para estudar.

O resultado dessa pesquisa já nos revela que os objetivos dos PTRs estão muito aquém do pretendido, porque essa lógica é parte das contradições das políticas sociais, que conforme vimos os maiores índices de evasão são de alunos que estão na fase conclusiva do ensino médio, e sequer esse motivo, constitui para eles um estímulo para a sua conclusão. No entanto, apesar dos objetivos dos programas não se efetivarem conforme previsto, deve-se considerar que eles contribuem para a permanência de jovens em situação de vulnerabilidade social na escola e combate a evasão escolar.

Podemos concluir que o nível de descumprimento apresentado pela escola Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz, cujos motivos mais destacados foram o (abandono escolar e desistência pelos estudos), bem como (desinteresse e

desmotivação), conforme nos evidenciou o gráfico 2, consubstanciando-se na chamada evasão escolar, pode ser também interpretado pelas condições materiais de sobrevivência, sendo o fator econômico o determinante para explicar esses índices. Trata-se de jovens que vivenciam uma realidade social de famílias que além de fazerem parte de uma região periférica, convivem com a pobreza, a violência, contribuindo para a evasão escolar.

Além disso, o benefício recebido pelo PBF muitas vezes possui valor monetário menor quando comparado ao salário recebido por aqueles alunos trabalhadores, isso evidencia também um fator de desmotivação em continuar os estudos e estar vinculado aos PTRs.

Dessa forma seria um equívoco, ou um erro arbitrário atribuir o sucesso ou fracasso escolar aos próprios alunos, quando suas realidades não lhes permitem acesso exclusivo à escola. Faz-se necessário salientar que os privilegiados por possuírem boas condições materiais não estão livres do fracasso escolar, ou mesmo considerar o fracasso escolar como uma realidade presente ou vivenciada especificamente pela classe trabalhadora, mas as condições econômicas são fatores extremamente importantes para garantir a boa relação no processo de ensino e aprendizagem e bons índices de aprovação.

Sendo assim, o descumprimento, apesar de estar relacionado à frequência escolar e a interrupção do recebimento do benefício de ordem financeira, mesmo para aquelas famílias que mais necessitam deles, não é garantia da permanência de todos os seus beneficiários no ensino médio por tais políticas, mas são meios que podem atrair e contribuir para combater a evasão escolar e diminuir os índices de reprovação nessa etapa de ensino.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao concluir, provisoriamente este trabalho, podemos afirmar que o PBF/BVJ faz parte do conjunto de políticas sociais que transferem renda diretamente às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, isso permite contemplar a 13,3 milhões de famílias em todo país que corresponde há aproximadamente a cobertura de 50 milhões de pessoas possibilitando a melhoria das condições de vida das famílias mais pobres.

Parece que essa abrangência somente se concretiza por se tratar de uma política de caráter focalizado o PBF/BVJ e, portanto, insuficiente para alterar de forma universal o quadro da desigualdade social. Entendemos ser este o limite da sociedade burguesa, e são visíveis os efeitos positivos para o conjunto de famílias empobrecidas, que inclusive participam ativamente do aumento de consumo onde a

sociedade brasileira vem vivendo nos últimos cinco seis anos. Ademais se trata de uma política que visa combater a miséria e exclusão social e tem na condicionalidade da política de assistência social, saúde e educação o reforço da garantia dos direitos sociais vinculados a essas políticas.

Dessa forma, compreender o PBF/BVJ como parte do conjunto de políticas sociais remete à tensão de classes, e uma das formas de alívio dos conflitos tem sido a antecipação do Estado, administrando no plano formal as contradições de classe. Por essa razão toda política social, que emergiu no século XIX, como uma “Questão Social” só pode ser concretizadas como políticas fragmentadas que se subdividem nas políticas setoriais, e dentre elas os PTRs. Esse caráter focalizado trata-se de atendimento isolado das demandas de determinados segmentos da população, como já manifestado acima.

A análise dos PTRs no Brasil considera tratar-se de uma política que surgiu num momento bastante demarcado, no contexto do neoliberalismo quando houve o surgimento de políticas sociais, estando relacionada ao combate da pobreza que aumentou em números expressivos principalmente a partir da crise eclodida na década de 1970.

Por mais que avançamos na década de 1980 nas concepções legais, o Brasil adentra a década de 1990 com o prolongamento da crise e com índices elevados de desemprego e problemas sociais. O Estado passa a direcionar suas políticas pautado na lógica dos organismos multilaterais como FMI e BM, cujas orientações previam a estabilização da economia e a realização de uma série de reformas com efeitos nefastos principalmente no campo das políticas sociais, com Estado mínimo para o conjunto de políticas, além da privatização de empresas públicas.

Nessa lógica, a globalização da economia e a reestruturação produtiva como parte do processo neoliberal foram uma resposta do sistema capitalista para contornar a crise estrutural, pautado na acumulação flexível com intuito de adequar os interesses de acumulação do grande capital, dando continuidade em sua hegemonia.

Dessa forma os PTRs, surgem em meio a um contexto de crises cíclicas que obrigaram o capitalismo a se reorganizar para continuar seu processo de dominação. Programas como o PBF/BVJ, surgem com o objetivo de combater o fenômeno da pobreza e extrema pobreza, e que de certa forma, atingindo 13, 3

milhões de famílias tem alcançado parte deste objetivo que compõe a lógica da reprodução e concentração do capital, também nos governos Lula. No mesmo entendimento teórico são políticas de contensão, na resolução de parte das demandas da classe trabalhadora. E por outro lado são conquistas da classe trabalhadora, que se mobiliza, às vezes mais às vezes menos, dependendo das condições e forças sociais em embate na sociedade.

Interpretando esses programas como conquistas, a presença de crianças e adolescentes no sistema educacional de ensino contribui nessas circunstâncias concretas para seu ingresso e permanência, de forma a concluir as várias etapas de ensino, principalmente o ensino médio.

Dessa forma, a discussão sobre pobreza no Brasil levou em conta o contexto das mudanças econômicas, sociais e políticas que assinalam o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, principalmente nas últimas décadas, de 1990 a 2008, o país vem erradicando a extrema pobreza, pois, cerca de 27,3 milhões de pessoas saíram da linha da extrema pobreza. Por mais que as cifras da pobreza permaneceram elevadas, destaca-se as políticas sociais criadas no século XXI, como as alterações no mercado de trabalho, decorrentes da expansão de adultos em atividade no mercado de trabalho, com vínculo previdenciário, bem como, as mudanças na distribuição da renda não oriunda do trabalho, com destaque para o PETI e o PBF, que contribuíram para um formato de redução da extrema pobreza.

Diante disso, o PBF/BVJ beneficia a família independente dos arranjos familiares, que foram se alterando com as transformações do sistema capitalista e as metamorfoses na estrutura familiar impossibilitam as identificarem como um modelo único e ideal. Ao contrário disso, as famílias se manifestam como um conjunto de trajetórias individuais que se expressam em espaços e organizações familiares de todos os tipos, rompendo no decorrer do processo histórico com o modelo de família de caráter nuclear.

As mudanças na estrutura familiar levaram as famílias na década de 1990 a tornarem-se mais heterogêneas, os divórcios e os novos casamentos as tornaram muito mais complexas, com alterações nas redes de parentescos e de solidariedade, assumindo uma variedade de arranjos, que exigiram do Estado mudanças conceituais de caráter jurídico. Frente a isso, os PTRs tornaram-se muitas vezes

possibilidades únicas para os sujeitos promoverem as suas reais necessidades, embora houvesse uma inoperância ou a inexistência de mecanismos de proteção social que levassem em conta as repercussões dramáticas oriundas dos problemas relacionados da precarização do mundo do trabalho.

Dessa forma, a família teve referência central nos programas de caráter social com visibilidade política, e passou a ser alvo de ações que contemplavam de fato as reais necessidades dos membros familiares. Vale destacar que os programas PBF/BVJ fazem parte do conjunto de políticas sociais, e se constituem como uma das primeiras ações do Estado de âmbito nacional dirigida à família em situação de pobreza, com vistas a contemplar e reconhecer os múltiplos arranjos familiares.

Por constituir a família como público prioritário no atendimento por meio das políticas setoriais requer ações de acompanhamento familiar constante como alternativa de fortalecimentos de vínculos familiares e comunitários, além de fomentar a garantia dos direitos sociais básicos e no exercício da cidadania.

Dessa forma, o desenvolvimento de PTRs situa-se no âmbito da proteção social, as experiências pioneiras de implantação no Brasil de caráter municipal, transformaram-se posteriormente em modelos inspiradores das propostas subsequentes, sendo um deles o PBF/BVJ.

No ano de 2003, com a unificação de programas nacionais de transferência de renda, denominado PBF, tem-se por objetivo unificar as ações nas diferentes políticas setoriais, tais como: assistência social, segurança alimentar e nutricional, saúde, educação e transferência de renda, visando a intersectorialidade dessas no que se refere a sua operacionalização, acompanhamento por meio do cumprimento de condicionalidades dos benefícios e execução deste programa, nas três esferas de governo.

Diante disso, o PBF vem ampliando seu acesso, tendo em vista o conjunto de benefícios variáveis que o compõe. O BVJ, criado em 2008 é um dos benefícios variáveis que compõe o PBF, e contribui para a inserção, permanência e conclusão no ensino médio, além de possibilitar o retorno daqueles alunos que evadiram da escola nas circunstâncias de suas vidas. Com a implantação do BVJ em 2008, por exemplo, trata-se de uma potencialidade no contexto dessa política, à medida que a dimensão do número de pessoas beneficiárias no decorrer do processo histórico produziu impactos nas condições de vida de milhares de famílias.

Para tanto, associado a esses aspectos de potencialização fica o desafio de superar os limites que os PTRs no Brasil ainda possuem. Os critérios e cumprimento de condicionalidades fazem parte desses desafios, pois quando fixam a renda mínima para sua inserção e permanência, exclui milhares de famílias que possuem renda pouco superior, mas sendo insignificante no que se refere à superação da pobreza.

Um dos desafios desses programas é ampliar a renda que se constitui como critério para a inserção dessas famílias, para dessa forma, incorporar milhares de pessoas que vivem em situação de pobreza e possam assim como os demais beneficiários desses programas superar essa condição. Torna-se um limite e um grande desafio o critério de renda, já que ampliar significa a incorporação de milhares de pessoas e por sua vez exigirá maiores investimentos estatais.

Embora a educação pública no Brasil reproduza diferença de classe, manifestada na dualidade educacional, o decreto 5.154/2004 apesar de apresentar limites em relação ao retorno do ensino médio integrado no que tange à dualidade, porque a sociedade brasileira continua de classes, ocorre a retomada do Estado na oferta de ensino médio com a ampliação de matrículas nessa etapa de ensino, conforme evidenciou esse estudo. Essa ampliação de matrículas no ensino médio também se deu em nível de Estado e no município de Cascavel, onde ocorre a preponderância do setor público na ampliação de matrículas na etapa do Ensino Médio.

A novidade estabelecida na concepção do ensino médio vem ser a rede federal de educação profissional científica e tecnológica contemplada pelas UTFPR e agora com os IFPR, constituindo-se como um marco nas políticas educacionais ao passo que contribuem para atender a demanda por educação profissional no país, com previsão de gerar mais de 600 mil vagas em todo território nacional.

Diante desse estudo, podemos destacar que ao contrário do apresentado nos anos de 1990 principalmente na sua segunda metade, a atual conjuntura prevê um conjunto de ações que venham a potencializar a expansão do ensino médio público, outorgando novas legislações, principalmente a partir do decreto 5.154/2004 atribuindo ao Estado à oferta de cursos técnicos profissionalizantes vinculados aos níveis de ensino.

A importância das mudanças ocorridas na legislação do ensino médio e profissional dos anos de 1990 para 2011 se refere à ampliação de formação pública para o trabalho e mesmo para a continuação, em nível superior técnico, como afirmado acima.

Coube-nos identificar, caracterizar e analisar quanto ao programa PBF/BVJ os resultados dessa pesquisa que, mesmo com duas amostras referentes ao Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz, situada na periferia da cidade que apresentou maior número de descumprimento de condicionalidades, e o Colégio Estadual Presidente Costa e Silva, situada numa área nobre do município, apresentou descumprimento zero, este colégio se depara também com problemas relacionados à evasão escolar, que no ensino médio conforme demonstrou o PPP desta escola corresponde a 4,9%. Portanto, não elimina dessa escola um bom aproveitamento escolar.

No que tange as taxas de reprovações nas diferentes etapas de ensino, o maior índice apresentado pela escola Colégio Estadual Presidente Costa e Silva é no ensino médio com 7,5% de reprovações no ano de 2009, conforme demonstrou o PPP desta escola.

A existência de maiores taxas de matrículas no ensino médio, pode também contribuir para que as taxas de reprovação sejam maiores nessa etapa de ensino, considerando dessa forma a proporcionalidade, sendo que a taxa de aprovação é de 74,14% conforme demonstrou a Tabela 6. Dessa forma, a primeira série carrega o maior índice de reprovação, ou seja, 19,51%, enquanto a última ou terceira série logra os melhores índices de aprovação com 87,5% conforme dados dessa mesma Tabela.

Já a escola Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz outro campo empírico da pesquisa, apresentou maior número de descumprimento de condicionalidades no ano de 2011 no BVJ. A realidade desta escola, além do descumprimento, também apresentou taxa de aprovação, reprovação e abandono escolar no ano de 2011 conforme o PPP. Considerando o total de matriculados no ensino médio, a Tabela 8 nos demonstrou que a taxa de aprovação desta escola em 2010 foi de 78,9%, sendo que 8,50% foram reprovados e 12,40% abandonaram os estudos.

Um dado importante que trouxe a referida Tabela é que esta escola apresentou a maior taxa de aprovação na 1º série, e a maior taxa de reprovação foi percebida na 2º série, já a maior taxa de abandono ou evasão foram constatadas na 3ª série, correspondendo aproximadamente 10% no ano de 2010. Tais dados são contrários ao da escola com descumprimento zero. Esses dados explicam-se a partir de uma série de elementos, que são determinados pelas condições materiais de existência. Diferentemente da outra escola, em que a maioria dos alunos não precisa submeter-se a tripla jornada de trabalho, e dedicam todo seu tempo para os estudos.

Os dados evidenciados no presente estudo, considerando aqui os motivos que levaram os alunos a descumprirem condicionalidades, revelaram a realidade da escola Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz, tais motivos, estão associados as condições materiais de existência, haja visto que esses alunos são em sua maioria trabalhadores, e embora auferam baixos salários, esses ainda são mais elevados que os benefícios. Além do mais, parar de estudar significa livrar-se de mais uma jornada, quando suas condições físicas já estão comprometidas com a dupla jornada de trabalho.

Um dado relevante da pesquisa é que a escola Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz implementou o ensino médio por blocos, principalmente no período noturno, isso foi uma estratégia para combater a evasão escolar principalmente no ensino médio, pois essa organização diferenciada na oferta de ensino médio, contribuiu para diminuir o índice de evasão escolar nessa etapa de ensino.

Nesse sentido, a evasão escolar é um dos maiores problemas a serem enfrentados pela educação pública no Brasil, e exige alternativas que venham combater essa problemática, não somente nestas escola, mas em todo o município de Cascavel, cuja taxa de abandono escolar no ensino médio alcançou 6,9% no decorrer do ano de 2011.

Essa pesquisa considerou duas escolas públicas como amostra, sendo alunos cuja origem não está nas classes abastadas dos novos ricos dessa cidade, mas são todos eles filhos da classe trabalhadora, e no interior dessa classe, também ficaram evidentes as condições de sobrevivência diferenciadas por meio da renda auferida pelas diversas famílias. Essa constatação entre duas escolas públicas nos evidenciaram diferentes realidades, visto que em uma das escolas, a maioria das

famílias apesar de ser parte da classe trabalhadora consegue manter seus filhos com dedicação exclusiva à educação, ao contrário de outra, em que as condições materiais constituem-se em obstáculos para a efetivação desse direito, onde os alunos são simultaneamente trabalhadores.

Assim, o descumprimento de condicionalidades do BVJ vinculado ao ensino médio, apesar de estar relacionado à frequência escolar e a interrupção do recebimento do benefício, de ordem financeira, mesmo para aquelas famílias que mais necessitam deles, não garantem a totalidade dos beneficiários a permanência no ensino médio, mas contribuem para combater a evasão escolar e diminuir os índices de reprovação nessa etapa de ensino.

## REFERÊNCIAS

ALAMINOS, Claudia. **Evasão escolar na adolescência: necessidades ou ideologia?**. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000082005000200001&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000082005000200001&script=sci_arttext)>. Acesso em 24 de abr. 2012.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo; (orgs). **Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995.

ALENCAR, Francisco; CARPI, Lúcia; RIBEIRO, Marcus V.T. (Orgs). **História da sociedade brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL Maria Cristina. (orgs). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (org). **Pós neoliberalismo: as políticas neoliberais e o estado democrático**. 8 ed. São Paulo: Paz e terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo. BOINTEMPO, 2005a.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005b.

ARREGUI, Carola C; WANDERLEY, Mariângela B. a vulnerabilidade social é atributo da pobreza. **Serviço social e Sociedade**, nº 97, São Paulo: Cortez, 2009.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO Mirela de; FRANCO Samuel. O papel das transferências públicas na queda recente da desigualdade de renda brasileira. (Org). In: BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, 2007. 2: Gráfs; tabs. 552 p.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO Mirela de; FRANCO Samuel; MENDONÇA Rosane; ROSALÉM Andrezza. **Determinantes da queda na desigualdade de renda no brasil**. (Org). In: CASTRO Jorge Abrahão De; RIBEIRO José Carlos Aparecido. Situação social brasileira 2007. Brasília: IPEA, 2009.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO Mirela de; FRANCO Samuel; MENDONÇA Rosane; ROSALÉM Andrezza. **Sobre a evolução recente da pobreza e da desigualdade no brasil**. (Org). In: CASTRO Jorge Abrahão De; VAZ Fábio Monteiro. Situação social brasileira: monitoramento das condições de vida. Brasília: IPEA, 2011.

BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. 3. ed. São Paulo: Paz e terra, 2001.

BAVA, Silvio Caccia. A Renda do Brasileiro. In: **Lê Mond Diplomatique**. 2011. Disponível em: < <http://www.diplomatique.org.br/editorial.php?edicao=53>>. Acesso em 24 de mar. 2012.

BECKER, Maria Josefina. A ruptura dos vínculos: quando a tragédia acontece. In: SILVIO Manoug Kaloustian (org). **Família Brasileira base de tudo**. 7. ed, São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2005.

BRASIL, Política Nacional de Assistência social. **Ministério do desenvolvimento social e combate a fome: secretaria nacional de assistência social**, Brasília, 2004.

BRASIL. **Portaria GM/MDS nº 321, de 29 de setembro de 2008**. Regulamenta a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família, revoga a portaria GM/MDS nº 551, de 9 de novembro de 2005, e dá outras providências. Brasília, 2008a.

BRASIL, Capacitasuas. **Desafios da gestão do suas nos municípios e estados**. V. 2. ministério do desenvolvimento social e combate a fome, instituto de estudos especiais da pontifícia universidade católica de São Paulo. 1º. ed. Brasília, 2008b.

BRASIL. **Lei nº 10.836/04**. Cria o Programa Bolsa Família e da outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: <[www.normaslegais.com.br/legislacao/trabalhista/l10836.htm](http://www.normaslegais.com.br/legislacao/trabalhista/l10836.htm)>. Acesso em 04 jun. 2010a.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Capacitação para controle social nos municípios**: assistência social e programa bolsa família: secretaria de avaliação e gestão da informação; secretaria nacional de assistência social. Brasília, 2010b.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento social e Combate a Fome. **Brasil sem miséria**. Disponível em: <<http://www.brasilsemmiseria.gov.br/>>. Acesso em 02 de dez. 2011a.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento social e Combate a Fome. **Bolsa família**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em 13 de set. 2011b.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento social e Combate a Fome. **Benefício Variável Jovem**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/beneficios/gestor/bvj-beneficio-variavel-jovem>>. Acesso em: 01 de jun. 2011c.

BRASIL, **Medida Provisória nº. 411, de 28 de dezembro de 2007** - DOU de 28/12/2007 - edição extra. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/45/2007/411.htm>>. Acesso em: 18 de jun. 2011d.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento social e Combate a Fome. **Instrução operacional conjunto SENARC/MDS/SAS/MS nº 11**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/legislacao-1/instrucoes-operacionais/2011/Instrucao%20Operacional%20Beneficio%20Variavel%20a%20Gestante%20e%20Beneficio%20Variavel%20>>. Acesso em: 01 de Nov. 2011e.

BRASIL. Ministério da educação. **Conferência Nacional de Educação**. Disponível em: <[http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento\\_final\\_sl.pdf](http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf)>. Acesso em 09 de jul. 2011f.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento social e Combate a Fome. **Programa Bolsa Família: valores dos benefícios**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/valores-dos-beneficios>>. Acesso em 25 de mar. 2012a.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento social e Combate a Fome. **Bolsa Família**. Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2012/fevereiro/bolsa-familia-prazo-para-atualizar-dados-cadastrais-termina-dia-29>>. Acesso em 21 de fev. 2012b.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento social e Combate a Fome. **Programa Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/informes/informe-gestores/Informe%20115.pdf>>. Acesso em 21 de mar. 2012c.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento social e Combate a Fome. **Benefício Variável Jovem**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/beneficios/gestor/bvj-beneficio-variavel-jovem>>. Acesso em 29 de fev. 2012d.

BRASIL, Ministério da Educação. **Sistema de matrícula do censo escolar 1997/2011**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>>. Acesso em 17 de mar. 2012e.

BRASIL, Ministério da Educação. **Expansão da rede federal da educação profissional, científica e tecnológica**. Disponível em: <[http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=51&Itemid=79](http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=79)>. Acesso em 01 de nov. 2012f.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de dados agregados 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em 15 de mai. 2012g.

BRASIL, Ministério do desenvolvimento social e combate a fome. **Brasil sem miséria retira 22 milhões de pessoas da extrema pobreza**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2013/02/brasil-sem-miseria-retira-22-milhoes-de-pessoas-da-extrema-pobreza>. Acesso em 19 de fev. 2013a.

BRASIL, Ministério do desenvolvimento social e combate a fome. **Bolsa família informa, nº 115**. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/search?SearchableText=bolsa+fam%C3%ADlia+informa&group\\_results=True](http://www.mds.gov.br/search?SearchableText=bolsa+fam%C3%ADlia+informa&group_results=True). Acesso em 03 de jan. 2013b.

BRONZO, Carla e VEIGA Laura da. Intersetorialidade e políticas de superação da pobreza: desafios para a prática. **Serviço social e Sociedade**, nº92, São Paulo: Cortez, 2007.

CASCAVEL, Secretaria Municipal de Educação. **Projeto presença**. Cascavel, 2011.

CASCAVEL, Portal do Município. **Cadastro único**. Disponível em: <[http://www.cascavel.pr.gov.br/secretarias/seaso/sub\\_pagina.php?id=149](http://www.cascavel.pr.gov.br/secretarias/seaso/sub_pagina.php?id=149)>. Acesso em: 13 de jan. 2012a.

CASCAVEL, Plano político pedagógico. **Colégio Estadual Presidente Costa e Silva**, Cascavel, 2012b.

CASCAVEL, Plano político pedagógico. **Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz**. (Cascavel, 2012c).

CASCAVEL, Secretaria Municipal de Educação. **Projeto presença**. Cascavel, 2011.

CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana leitão e; KANSO, Solange. Famílias brasileiras: mudanças e continuidade. In: CASTRO, Jorge Abrahão; RIBEIRO, José A. Carlos. (orgs). **Situação brasileira**. Brasília/2009. IPEA, Brasília, 2009.

CARVALHO Inaiá M. Moreira de; ALMEIDA, Paulo Henrique de. **Família e proteção social**. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n2/a12v17n2.pdf>>. Acesso em: 29 de ago. 2011.

CARVALHO, Luiza. Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida. **Serviço social e Sociedade**, nº 57, São Paulo: Cortez, 1998.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A priorização da família na agenda da política social. In: SILVIO Manoug Kaloustian (org). **Família Brasileira base de tudo**. 7. ed, São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2005.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **A hora da igualdade**: brechas por fechar, caminhos por abrir. 2010. Disponível em: <[http://www.eclac.org/publicaciones/xml/8/41698/MIOLO\\_Livro\\_CEPAL\\_impresao.pdf](http://www.eclac.org/publicaciones/xml/8/41698/MIOLO_Livro_CEPAL_impresao.pdf)>. Acesso em 01 de mar. 2012.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. A família como questão social no Brasil. . In: SILVIO Manoug Kaloustian (org). **Família Brasileira base de tudo**. 7. ed, São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2005.

COUTO, Berenice Rojas. O sistema único de assistência social – uma nova forma de gestão da assistência social. In: **Curso de Formação de Gerentes Sociais, MDS**, Lote 13 – Curitiba, 2008.

CUNHA, Luiz Antonio. As agências financeiras internacionais e a reforma brasileira do ensino técnico: a crítica da crítica In: ZIBAS Maria; AGUIAR Márcia; BUENO, Marias (Org). **O Ensino Médio e a reforma da educação básica**. Brasília: Plano Editora, 2002.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação e Desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro. F. Alves, 1980.

CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: UNESP, Brasília: FLASCO, 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Políticas atuais para o ensino médio e a educação profissional de nível técnico: problemas e perspectivas In: ZIBAS Maria; AGUIAR Márcia; BUENO, Marias (Org). **O Ensino Médio e a reforma da educação básica**. Brasília: Plano Editora, 2002.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Tradução de Ruth M. Klaus. São Paulo: Centauro, 2002.

FAGNANI, Eduardo. As lições do desenvolvimento social recente no Brasil. In: **Lê Mond Diplomatique**. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1060>>. Acesso em 24 de mar. 2012.

FERRARI, Mário; KALOUSTIAN, Sílvio Manoug. Introdução. In: SILVIO Manoug Kaloustian (org). **Família Brasileira base de tudo**. 7. ed, São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2005.

FREITAS, Rosana Carvalho Martinelli de. Programas de combate à pobreza: o poder das mulheres às avessas. **Serviço social e Sociedade**, nº 96, São Paulo: Cortez, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. A busca de articulação entre trabalho, ciência e cultura no ensino médio In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org). **Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho**. MEC SEMTEC, Brasília, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria, RAMOS, Marise. **A gênese do decreto 5.154/2004 um debate no contexto controverso da democracia restrita**. Revista Trabalho Necessário. Nº 3, 2005. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/TN03%20CIAVATTA,%20M.,%20FRIGOTTO,%20G.,%20RAMOS,%20M..pdf>>. Acesso em: 15 de jun. 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas**. 5 ed. São Paulo:Atlas, 1999.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no brasil contemporaneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço social e Sociedade**, nº 110, São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sóciojudíca. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL Maria Cristina. (orgs). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a.

IANNI, Octavio. **Enigma da modernidade – mundo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento**. 2010. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100408\\_relatoriiodm.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100408_relatoriiodm.pdf)>. Acesso em 23 de mar. 2012a.

IPEADATA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Data. **Finanças públicas séries históricas**. 2012b. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/> Acesso em 30 de nov. 2012b.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Comunicado do IPEA. Nº 65 PENAD 2009- primeiras análises**: investigando a chefia feminina de família. 2009. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101111\\_comunicadoipea65.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101111_comunicadoipea65.pdf). Acesso em 25 de mar. 2012c.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. **A proteção social da família brasileira contemporânea**: reflexões sobre a dimensão simbólica das políticas públicas. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/Nathalieltaborai.pdf>. Acesso em: 01 de out. 2011.

JACCOUD, Luciana; HADJAB, Patrícia Dario EL-Moor; ROCHET, Juliana. A política de assistência social e a juventude: um diálogo sobre a vulnerabilidade social? In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. (org). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

KUENZER, Acácia Zeneida. Ensino médio: novos desafios. In: KUENZER, Acácia Zeneida (Org). **Ensino médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. **As ações sócio-educativas e o projeto ético-político do serviço social**: tendências da produção bibliográfica. Dissertação de mestrado apresentado a universidade federal de Santa Catarina, programa de pós graduação stricto sensu em serviço social nível de mestrado/PPSS. UFSC, Florianópolis, 2006.

LOPES, José Rogério. Das famílias “desestruturadas” às famílias “recombinadas”: transição, intimidade e feminilidade. **Serviço social e Sociedade**, nº 46, São Paulo: Cortez, 1994.

LUKÁCS, György. **Ontologia do Ser Social**: Os princípios ontológicos fundamentais em Marx. Livraria Editora Ciências Humanas. São Paulo, 1979.

MACHADO, Lucília, R. de Souza. **Educação e divisão social do trabalho**: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro. 2. ed. São Paulo: Autores Associados. Coleção educação contemporânea: Cortez, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado**: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MESTRINER, Maria, Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e serviço social: contribuições para o debate. **Serviço social e Sociedade**, nº 55, São Paulo: Cortez, 1997.

NASCIMENTO, Sueli do. Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas. **Serviço social e sociedade**, nº 101, São Paulo: Cortez, 2010.

NEDER, Gizlene. Ajustando o foco das lentes: um olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: SILVIO Manoug Kaloustian (org). **Família Brasileira base de tudo**. 7. ed, São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2005.

NETTO, José P. repensando o balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (org). **Pós neoliberalismo: as políticas neoliberais e o estado democrático**. 8 ed. São Paulo: Paz e terra, 1995.

NETTO, José P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. **Planejamento de políticas sociais: planos/programas/projetos**. Conselho regional de serviço social. 12ª região. Florianópolis, 1998.

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. **A ajuda externa para a educação brasileira: da USAID ao Banco Mundial**. Cascavel, PR: Edunioeste, 1999.

NORA, Naraiana Inez; MIOTO, Regina. C. T. Sistematização do conceito de família: indicadores para pensar as ações profissionais. In: **X ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social**, 2006, Fortaleza. Anais X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço social, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (org). **Pós neoliberalismo: as políticas neoliberais e o estado democrático**. 8 ed. São Paulo: Paz e terra, 1995.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. O Ensino Médio no contexto das políticas para a educação básica In: ZIBAS Maria; AGUIAR Márcia; BUENO, Marias (Org). **O Ensino Médio e a reforma da educação básica**. Brasília: Plano Editora, 2002.

ORTIZ, Fátima Grave. Trabalho Desemprego e Serviço social. **Serviço social e sociedade**, nº 69, São Paulo: Cortez, 2002.

PARANÁ, Governo do estado. **Consultas escolas 2012**. Disponível em: <<http://www4.pr.gov.br/escolas/frmPesquisaEscolas.jsp>>. Acesso em 12 de mai. 2012a.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação Departamento de Educação Básica Coordenação de legislação e Ensino Grupo de Estudos. **A proposta de inovação do ensino médio: uma produção coletiva**. 2009. Disponível em: <[http://www.pedagogia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/ens%20medio%20blocos/origem\\_em\\_blocos.pdf](http://www.pedagogia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/ens%20medio%20blocos/origem_em_blocos.pdf)>. Acesso em 15 de mai. 2012b.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação Departamento de Educação Básica Coordenação de legislação e Ensino Grupo de Estudos. **A proposta de inovação do ensino médio: uma produção coletiva**. 2009. Disponível em: <[http://www.pedagogia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/ens%20medio%20blocos/origem\\_em\\_blocos.pdf](http://www.pedagogia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/ens%20medio%20blocos/origem_em_blocos.pdf)>. Acesso em 04 de fev. 2013.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação Superintendência da Educação. **Instrução n.º 021/2008. 2008**. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/instrucao212008.PDF>>. Acesso em 16 de mai. 2012c.

PEREIRA, A. P. Pereira. Desafios contemporâneos para a sociedade e a família. **Serviço social e Sociedade**, nº 48, São Paulo: Cortez, 1995.

PEREIRA, A. P. Pereira. Estado, regulação social e controle democrático. In: PEREIRA, A. P. Pereira; BRAVO, Maria Ines de. (orgs). **Política social e democracia**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PEREIRA, A. P. Pereira. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL Maria Cristina. (orgs). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PIMENTA, Selma Garrido. O pedagogo na escola pública. In: RANGEL, Mary. **Supervisão pedagógica: princípios e práticas**. 3 ed. São Paulo: Papirus, 2001.

PINTO, Valessa L. L. de Sá; CRUZ, Frederico A. de Oliveira. **Evasão escolar: uma dura realidade**. Disponível em: <<http://arxiv.org/ftp/arxiv/papers/0809/0809.3677.pdf>>. Acesso em 23 abr. 2012.

POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo L. C. pobreza e mudanças sociais recentes no Brasil. In: CASTRO, José Aparecido; RIBEIRO, Carlos. (org). **Situação social brasileira 2007**. Brasília: IPEA, 2009.

PREDOLIM, Claudimara Bortoloto. **A noção de desenvolvimento da cepal nas reformas do ensino médio no Brasil na década de 1990**. dissertação de mestrado apresentado à universidade estadual do oeste do Paraná, programa de pós graduação stricto sensu em educação nível de mestrado/PPGE. UNIOESTE, Cascavel, 2011.

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado In: FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria, RAMOS (Org). **Ensino Médio integrado: concepção e contradições**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA. **Nota de falecimento:** Antonio Maria da Silveira. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71402007000100001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71402007000100001&script=sci_arttext)>. Acesso em 22 de mar. 2012.

RIBEIRO, Rosa Maria. Família brasileira em dados. In: SILVIO Manoug Kaloustian (org). **família Brasileira base de tudo**. 7. ed, São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2005.

RIBEIRO, Rosa Maria; SABÓIA, Ana Lúcia; BRANCO, Helena Castello; BREGMAN, Silvia. Estrutura familiar, trabalho e renda. (Org) In: SILVIO Manoug Kaloustian (org). **Família Brasileira base de tudo**. 7. ed, São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2005.

SAES, Décio Azevedo. Classe média e escola capitalista. **Revista Crítica Marxista** nº 21 Editora Revan, nov 2005. Disponível em: <<http://74.125.45.132/search?q=cache:EnSX3PMAZjwJ:www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/critica21-A-sae>>. Acesso em 28 de jan. 2013.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia:** teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo. Ed. Cortez, Autores Associados, 1984.

SAVIANI, Demerval. **A nova lei de educação:** trajetória, limites e perspectivas. São Paulo. 7. ed. Autores associados, (coleção educação contemporânea), 2001

SENNA Mônica Maria de Castro; BURLANDY, Luciene; MONNERAT, Giselle Lavinias; SCHOTTZ, Vanessa; MAGALHÃES, Rosana. Programa bolsa família: **nova institucionalidade no campo da política social brasileira 2007?** Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802007000100010&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000100010&lang=pt)>. Acesso em: 01 de nov. 2012.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI:** a prevalência dos programas de transferência de renda. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O serviço social e o popular:** resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. (Coor) 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O bolsa família no enfrentamento à pobreza no Maranhão e Piauí.** (Coor). São Paulo: Cortez; Teresina: editora gráfica da UFPI, 2008.

SILVEIRA, Antônio Maria. **Moeda e distribuição de renda.** Revista brasileira de economia, abr./jun, 1975. Reproduzido em Silveira, Antonio Maria. Moeda e redistribuição de renda. Rio de Janeiro, edições múltiplas, 1981.

SINGER, Paul. **A crise do “milagre”**: interpretação crítica da economia brasileira. 5 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnósticos e alternativas. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, Magda. Linguagem e escola: uma perspectiva social. São Paulo: Editora Ática, 1986.

SPOSATI, Aldaíza. Gestão pública intersetorial: sim ou não? Comentários de uma experiência. **Serviço social e sociedade**, nº 85, São Paulo: Cortez, 2006.

STAMM, Maristela; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Família e cuidado**: uma leitura além do óbvio, 2003. Disponível em:  
<<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/5539/3521>>.  
Acesso em: 30 de ago. 2011.

SZYMANSKI, Heloisa. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Serviço social e Sociedade**, nº 71, São Paulo: Cortez, 2002.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: USP, Curso de Pós Graduação em Sociologia: Ed. 34,2001.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez autores associados, 1992. (Coleção polêmicas do nosso tempo, v 49).

VIEIRA, Flávio Lúcio Rodrigues. A pobreza do desenvolvimento no nordeste: do polonordeste às políticas de combate à pobreza. **Serviço social e sociedade**, nº 91, São Paulo: Cortez, 2007.

Vigotski, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WEISSHEIMER Marco Aurélio. Bolsa Família: **avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil**. Campinas, SP: Papyrus, 1990.